



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL
MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

ADRIELSON FURTADO ALMEIDA

**OS EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO NA ZONA COSTEIRA DO NORDESTE PARAENSE:
EXPANSÃO RODOVIÁRIA, URBANIZAÇÃO E ATIVIDADE TURÍSTICA**

BELÉM - PARÁ

2017

ADRIELSON FURTADO ALMEIDA

**OS EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO NA ZONA COSTEIRA DO NORDESTE PARAENSE:
EXPANSÃO RODOVIÁRIA, URBANIZAÇÃO E ATIVIDADE TURÍSTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais /UFPA/MPEG/EMBRAPA como parte das exigências para obtenção do título de Doutor em Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Mário Augusto G. Jardim.

BELÉM - PARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
Biblioteca do Instituto de Geociências/SIBI/UFPA

Almeida, Adrielson Furtado, 1982-

Os efeitos das políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico na zona costeira do nordeste paraense: expansão rodoviária, urbanização e atividade turística / Adrielson Furtado Almeida. – 2017.

115 f. : il. ; 30 cm

Inclui bibliografias

Orientador: Mário Augusto Gonçalves Jardim

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Belém, 2017.

1. Planejamento regional - Pará, Nordeste. 2. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais - Pará, Nordeste. 3. Planejamento político - Pará, Nordeste. 4. Costa - Pará, Nordeste. I. Título.

CDD 22. ed. 338.98115

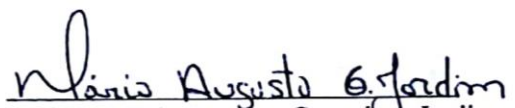
ADRIELSON FURTADO ALMEIDA

**OS EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO NA ZONA COSTEIRA DO NORDESTE PARAENSE:
EXPANSÃO RODOVIÁRIA, URBANIZAÇÃO E ATIVIDADE TURÍSTICA.**

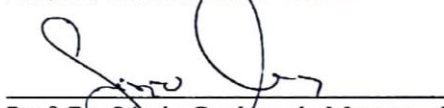
Tese apresentada para obtenção do grau de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará em convênio com o Museu Paraense Emílio Goeldi e EMBRAPA – Amazônia Oriental. Área de concentração em Clima e Dinâmica Socioambiental na Amazônia.

Data de aprovação: 27 / 10 / 2017

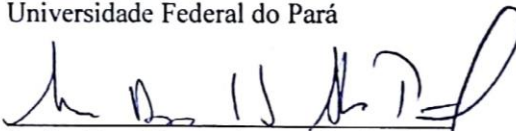
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Mário Augusto Gonçalves Jardim -
Orientador
Doutor em Ciências Biológicas
Museu Paraense Emílio Goeldi



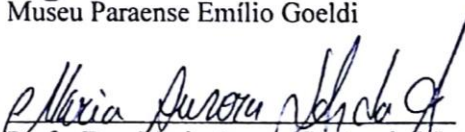
Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes – Membro
Doutor em Educação
Universidade Federal do Pará



Profa. Dra. Marcia Aparecida da Silva Pimentel -
Membro
Doutora em Geografia
Universidade Federal do Pará



Profa. Dra. Benedita da Silva Barros - Membro
Doutora em Biodiversidade e Biotecnologia
Museu Paraense Emílio Goeldi



Profa. Dra. Maria Aurora Santos da Mota -
Membro
Doutora em Meteorologia
Universidade Federal do Pará

A minha Bisavó paterna, Feliciano Pereira Garcia.

(in memoriam)

Por volta de 1835, além de transportar no seu regatão as mercadorias que comercializava pelos rios da zona costeira paraense, decidiu salvar a vida do comerciante português Venino Fausto de Almeida, que estava triste em sua loja no centro comercial de Belém, por estar sentenciado a morrer por fazer parte do grupo contrário aos revolucionários cabanos. Feliciano propôs salva-lo em troca de casamento. Em baixo da saia de Feliciano conseguiu escapar da fiscalização dos militares no Ver-o-Peso e, depois de uma longa viagem, aportou primeiramente na cidade de Bragança onde residiram. Posteriormente, fixaram-se na vila de Boa Vista à margem direita do rio Maracanã (Município de Santarém Novo). As moedas que trouxe em seu bolso, permitiram construir uma nova vida ao lado daquela que lhe deu uma nova oportunidade de vida.

Ao meu Avô, Pedro Martins de Almeida.

(in memoriam)

Pescador artesanal do município de Maracanã, que sustentou sua família com os recursos extraídos do mar.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi e Embrapa por possibilitar através do PPGCA a oportunidade deste aprendizado.

À CAPES pelo apoio financeiro, através da concessão da bolsa de Doutorado e do Doutorado Sanduíche no exterior.

A Dra. Edna Castro que iniciou o processo de orientação desta tese.

Ao Prof. Dr. Mário Jardim, que aceitou o desafio de dar continuidade à orientação com dedicação e sabedoria.

Aos que me ajudaram em campo: João Rodrigues, Regina Rodrigues, Rosiane Rodrigues, Rojane Rodrigues, Elziney Santos (Maracanã), Sheyla do Carmo, Fernando, LiLa Leia Lima (Marapanim), Gedson Cleber, Jean Barbosa, Grayce Beatriz, Glauce Santos (Salinópolis), Lucinéia Rosa, Fernando Rosa, Fernanda Rosa, Natascha Penna, Luís Estórgio, Emanuel Souza, Francisco Souza, Eliete Lima (Bragança), Mauro Rodrigues, Daniel (SPU), Cleber Gomes, Márcia Bastos (SETUR), Áurea Venturiere (SEDOP), Pedro Ferreira (SEMAS), Eduardo Brandão (UFPA), Lídia Amorim (ICMBIO) e Carlos Wanzer (Lecytur Viagens e Turismo).

Aos meus familiares: Joita Lima, Marcos Aurélio Lima, Giseli Lima, Jefferson Lima, Danilo Lima, Bruna Lima e Gabriel Benitez.

Aos meus amigos Rodrigo Costa, Diogo Lisboa, Kelly Ribeiro e Maria Motta.

As contribuições dos professores durante as aulas e qualificações: Dra. Maria de Lurdes Ruivo, Dra. Márcia A. Pimentel, Dr. Everaldo B. Souza, Dra. Maria Aurora S. Mota, Dr. Sérgio Cardoso de Moraes, Dr. Edson José P. Rocha e Dra. Aline Meiguins.

Ao professor catedrático e coordenador do curso de doutoramento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal) Dr. Lúcio José Sobral da Cunha, pela orientação do projeto de pesquisa desenvolvido durante o Doutorado Sanduíche no Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT).

À minha mãe Maria Furtado que me deu apoio durante todo o processo de construção deste trabalho, bem como os meus irmãos.

Ao meu Deus que sempre esteve a minha frente, guiando-me conforme a sua vontade, para que eu pudesse resolver e concluir com êxito os diversos desafios que surgiram ao longo destes quatro anos de estudo e pesquisa para construção desta tese.

Agradeço de coração a todos aqueles que em suas diferentes formas me ajudaram direta e indiretamente.

RESUMO

O modelo desenvolvimentista do governo brasileiro a partir da década de 1960 promoveu na zona costeira do nordeste do estado do Pará a expansão rodoviária, urbanização, circulação de capital e o desenvolvimento de novos mercados, como turismo. Este trabalho objetivou analisar as mudanças na relação entre os aspectos ambientais, econômicos e sociais resultantes das políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico nas praias do Crispim (Marapanim), Atalaia (Salinópolis) e Ajuruteua (Bragança), a partir de 1960. Especificamente buscou-se: a) Identificar as principais mudanças ocorridas na relação entre os aspectos ambientais, econômicos e sociais resultantes das políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico a partir de 1960; b) avaliar os indicadores socioeconômico, ambientais, urbano e turístico nas praias do Crispim (Marapanim), Atalaia (Salinópolis) e Ajuruteua (Bragança) e, c) avaliar a atuação da comunidade local no processo de consolidação das políticas para o desenvolvimento socioeconômico e, garantia dos padrões ambientais. Utilizou-se metodologia padronizada e adequada a cada tema tratado. As principais mudanças foram a perda da vegetação de restinga e dunas para a instalação de comércios e segunda residências (ambiental), substituição dos espaços de pesca para a urbanização (social) e, a substituição das atividades pesca tradicional para atividade turística (econômico). Quanto aos indicadores, às três áreas em estudo apresentam IDH-M médio. As principais ameaças e impactos, que afetam o estado do meio ambiente e exigem respostas por parte das políticas públicas, identificados pela Matriz PEIR foram: uso excessivo e contaminação do lençol freático, ausência de serviços públicos e poluição do solo, ocupação das APP e erosão costeira. Analisando qualitativamente os indicadores turísticos (ICT), a praia do Atalaia apresentou maior competitividade turística em relação as outras praias estudadas. A atuação da comunidade local apresenta certa mobilização, apesar de haver conflito e divergências de interesse que dificulta a atuação dos próprios comunitários, na qual a sua ausência causa o mau direcionamento das políticas públicas. O uso e ocupação inadequado do espaço são os principais causadores das situações problemáticas atuais, identificados pela pesquisa survey e análise dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico, urbano e turístico. Torna-se fundamental a atuação da comunidade local nas políticas públicas, junto com gestores públicos e privados, para que juntos planejem e gerenciem um cenário futuro diferente para qual se caminha a realidade.

Palavras-chave: Zona costeira; Políticas públicas; Desenvolvimento socioeconômico.

ABSTRACT

The development model of the Brazilian government from the 1960s onwards promoted the expansion of road, urbanization, circulation of capital and the development of new markets, such as tourism, in the coastal zone of the northeast of Pará. This work aimed to analyze the changes in the relationship between environmental, economic and social aspects resulting from public policies of socioeconomic development on the beaches of Crispim (Marapanim), Atalaia (Salinópolis) and Ajuruteua (Bragança), from the 1960's. Specifically it sought to: a) Identify the main changes that occurred in the relationship between the environmental, economic and social aspects resulting from the public policies of socioeconomic development from 60'ies; B) to evaluate socioeconomic, environmental, urban and tourist indicators on the beaches of Crispim (Marapanim), Atalaia (Salinópolis) and Ajuruteua (Bragança) and, c) to evaluate the local community's performance in the process of consolidating policies for socioeconomic development and, guarantee of environmental standards. A standardized and adequate methodology was used for each topic. The main changes were the loss of the restinga vegetation and dunes for the installation of trade markets and second residences (environmental), replacement of fishing spaces for urbanization(social) and the replacement of traditional fishing activities for tourism (economic). Regarding the indicators, the three areas under study have an average (IDH-M). The main threats and impacts that affect the state of the environment that demand responses by public policies identified by the PIER Matrix were: excessive use and contamination of the water table, absence of public services and soil pollution, occupation of PPAs and erosion Coastal areas. Analyzing the tourism indicators (ICT), Atalaia Beach presented greater tourist competitiveness in relation to the other beaches studied. The work of the local community presents a certain mobilization, although there is conflict and divergences of interest that makes it difficult for the community to act, in which its absence causes the misdirection of public policies. The use and inappropriate occupation of space are the main causes of the current problematic situations identified by the survey research and analysis of socioeconomic, urban and tourist development indicators. It is essential that the local community act in public policies, together with public and private managers, so that together they plan and manage a different future scenario for which the reality is going.

Keywords: Coastal zone; Public policies; Socioeconomic development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Pg.
Capítulo 1	
Figura 1 –Mapa conceitual demonstrando as variáveis abordadas na tese	16
Capítulo 2	
Quadro 1 –Síntese da políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico nacional e regional (1951-1991)	25
Figura 1 –Mapa das rodovias Federais e Estaduais de acesso as áreas de estudo	27
Figura 2 –Localização das RESEX-Mar na zona costeira paraense	30
Quadro 2 –Aspectos físicos e territoriais dos municípios e praias em estudo	35
Figura 3 –Cronologia da expansão rodoviária do NE do Estado do Pará, Brasil	37
Capítulo 3	
Figura 1 –Localização das áreas de estudo na zona costeira do Estado do Pará, Brasil ...	42
Quadro 1 –As principais mudanças que podem se intensificar nas praias do Crispim, Atalaia e Ajuruteua, Estado do Pará, Brasil	52
Capítulo 4	
Figura 1 –Localização das áreas de estudo na zona costeira paraense	63
Figura 2 –Síntese dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico: IDH-M das áreas de estudo	64
Figura 3 –Síntese dos indicadores de desenvolvimento urbano: Geo-Cidades-Matriz PEIR	67
Quadro 1 –Dados qualitativos sobre a competitividade do turismo nas praias do Crispim, Atalaia e Ajuruteua, Estado do Pará, Brasil	68
Figura 4 –Totalização das variáveis da competitividade turística	72
Figura 5 –Matriz relacional dos indicadores: IDH-M, Geo Cidades-Matriz PEIR e ICT	72
Capítulo 5	
Figura 1 –Mapa de localização das áreas de estudo	87
Quadro 1 –Demonstração qualitativa das informações dos atores sociais públicos e privados referentes às informações sobre as políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental nas praias do Crispim, Atalaia e Ajuruteua, zona costeira do Estado do Pará, Brasil	89
Gráfico 1 –Totalização das principais políticas públicas socioeconômicas e ambientais..	90
Quadro 2 –Distribuição das respostas com maiores frequências sobre atuação da população local nas políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental nas praias do Crispim, Atalaia e Ajuruteua, zona costeira do Estado do Pará, Brasil	91

SUMÁRIO

	Pg.
1	CONTEXTUALIZAÇÃO 10
2	A ZONA COSTEIRA BRASILEIRA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS 18
2.1	O PROCESSO DE OCUPAÇÃO PRÉ E COLONIAL DA ZONA COSTEIRA BRASILEIRA 18
2.2	AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA ZONA COSTEIRA BRASILEIRA 20
2.3	O PENSAMENTO E O MODELO DESENVOLVIMENTISTA DO GOVERNO BRASILEIRO A PARTIR DA DÉCADA DE 1960 22
2.4	A POLÍTICA AMBIENTAL COSTEIRA BRASILEIRA 27
2.5	OS PRINCIPAIS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS E ECONÔMICOS NAS ZONAS COSTEIRAS 30
2.5.1	Turismo de massa/desordenado 31
2.5.2	Resíduos sólidos 32
2.5.3	Erosão costeira 33
2.6	CARACTERÍSTICAS NATURAIS E SOCIOECONÔMICAS DAS PRAIAS OCEÂNICAS EM ESTUDO NA ZONA COSTEIRA PARAENSE 35
3	MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS NA ZONA COSTEIRA PARAENSE RESULTANTES DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM EXPANSÃO RODOVIÁRIA, URBANIZAÇÃO E TURISMO, A PARTIR DE 1960 38
	RESUMO 38
	ABSTRACT 38
	INTRODUÇÃO 39
	MATERIAL E MÉTODOS 41
	RESULTADOS 43
	DISCUSSÃO 47
	CONCLUSÕES 52
	REFERÊNCIAS 53
4	ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, URBANO E TURÍSTICO DECORRENTES DOS INVESTIMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS PRAIAS DO CRISPIM, ATALAIA E AJURUTEUA, PARÁ, BRASIL 59
	ABSTRACT 59
	RESUMO 59
	INTRODUÇÃO 60
	MATERIAIS E MÉTODOS 62
	RESULTADOS 64
	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) 64
	Geo Cidades: Matriz PEIR (<i>Pressão-Estado-Impacto-Resposta</i>) 66
	Índice de Competitividade do Turismo (ICT) 67

	DISCUSSÃO.....	72
	CONCLUSÕES	78
	REFERÊNCIAS.....	79
5	ATUAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL	85
	RESUMO	85
	ABSTRACT	85
	INTRODUÇÃO	85
	MATERIAL E MÉTODOS	87
	RESULTADOS	88
	DISCUSSÃO	92
	CONCLUSÕES	97
	REFERÊNCIAS	97
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
	REFERÊNCIAS	104

CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO

Na Amazônia brasileira, somente os Estado do Amapá e Pará detém em seus territórios espaços litorâneos com grande atrativo e afluência turística, ainda que a maioria seja desprovida de infraestrutura necessária (FURTADO, 2011a). No litoral paraense, a busca por estes locais para fins turísticos e segunda residência ocorrem desde a década de 1930, quando no município de Salinópolis é inaugurado o primeiro hotel da região (Hotel Atlântico em 1936), e a conclusão da estrada Capanema-Salinópolis (atual PA-124 em 1937), intensificando a sua procura para descanso e tratamento de saúde, relacionados ao banho de mar, dando início a transformação do município em um importante balneário (ADRIÃO, 2006; FRANÇA, 2008; MARINHO, 2009).

Atualmente, Salinópolis possui a praia arenosa com maior afluência turística do Estado¹, a praia do Atalaia é bastante procurada em virtude de suas areias servirem de estacionamento para cerca de 50 mil carros e 280 mil visitantes durante as férias escolares de julho, seguidos das praias de Ajuruteua (Bragança) e Princesa (ilha de Algodal-Maiandeuca em Maracanã) (MENDES; SILVA; SANTOS, 2011; MONTEIRO et al., 2009; SOUZA, 2014). Estes locais por apresentarem exuberante beleza cênica atraem considerável contingente social do Estado e de outras regiões, exercendo forte antropia principalmente sobre aspectos socioambientais, por serem mal exploradas e sem planejamento adequado, causando danos irreversíveis à zona costeira paraense (FURTADO, 2011a; GREGÓRIO et al., 2011).

A zona costeira é uma ampla região que se estende desde os limites mais interiores dos ambientes terrestres influenciados por processos marinhos (marés, ondas), até os limites mais extremos dos ambientes marinhos influídos por processos continentais (descarga fluvial) (SOUZA FILHO et al., 2005). O ambiente costeiro é considerado como uma interface entre a terra, o oceano e a atmosfera, por haver uma inter-relação entre esses componentes; é um espaço altamente dinâmico com ecossistemas variados (manguezais, praias, restingas, várzeas, capoeiras, igapós, campos inundáveis e áreas remanescente de florestas primárias de terra firme), frágeis, complexos e vulneráveis às modificações ambientais, com intensa interação biológica e, elevada biodiversidade (BASTOS et al., 2011; MENDES, 2003; PEREIRA et al., 2006; MONTEIRO et al., 2009).

¹ As praias arenosas na costa paraense com maior afluência turística são: Praia Grande (Colares), Itapua e Ilha Encantada (Vigia), Romana, Barreta, Jutáí (Curuçá), Marudá, Crispim, Tamaruteua, Sacaiteua, Anjo Bom, Dom Pedro (Marapanim), Algodal, Camboinha, Fortalezinha, Mocooca (Maracanã), Maçarico, Atalaia, Farol Velho, Corvinas (Salinópolis), Buraco, Pilões, Areião, Fortaleza (São João de Pirabas), Boa Vista (Quatipuru), Ajuruteua, Pilão, Apíó, Canelas (Bragança), Perimirim, Coroa Cumprida (Augusto Corrêa), Apéu Salvador (Viseu) (FURTADO, 2011a).

As zonas costeiras constituem aproximadamente 20% da área superficial das terras emersas do planeta, na qual os primeiros 60 km são habitados por cerca de 60% da população mundial, ou seja, 65% dos habitantes que vivem em áreas urbanas estão em áreas costeiras (PIATTO; POLLETE, 2012). A Europa, América do Norte, Oceania e América Latina tem as maiores áreas costeiras urbanizadas, com mais de 80% da população vivendo em cidades ao longo da linha da costa, beneficiando-se de seus recursos naturais e da ocupação de seu território para moradia, extrativismo animal, comércio e turismo (GOMES et al., 2009; PIATTO; POLLETE, 2012).

Para Freitas (2007), a praia foi um território ignorado e evitado durante muitos séculos, era utilizado apenas por aqueles que se dedicavam à pesca, a navegação de cabotagem ou à defesa da fronteira marítima. O despertar do desejo coletivo pela praia iniciou-se nos meados do século XVIII na Inglaterra e na França, relacionados aos benefícios médicos-terapêuticos do banho frio do mar, embora estivessem limitadas as classes mais elevadas da sociedade (BASTOS et al., 2012).

A partir do século XIX, a utilização do território litorâneo com fins lúdicos e terapêuticos provocou a construção de espaços humanizados para dar apoio aos banhistas; a moda do banho gerou consequências irreversíveis nos núcleos populacionais costeiros da Europa e na paisagem do litoral, além de intensificar o turismo de massa (FREITAS, 2007). Os graves problemas sentidos no litoral de Portugal (erosão costeira, poluição das águas marítimas, destruição dos ecossistemas, conflitos no uso do espaço) são resultados da pressão antrópica do passado sobre o território praieiro (FREITAS, 2007; BASTOS et al., 2012).

No Brasil as praias correspondem a 2% de todos os ecossistemas costeiros brasileiros; a Zona Costeira Brasileira possui 8.698 km de extensão voltada para o oceano Atlântico Sul, abrigando diversos ecossistemas tropicais e subtropicais, distribuídos em 17 estados costeiros e 395 municípios (ARAÚJO et al., 2007; FURTADO, 2011a; GOMES et al., 2009; SCHERER; SANCHES; NEGREIROS, 2009).

No norte do Brasil, encontra-se a Zona Costeira Amazônica Brasileira (ZCAB), inserida na região tropical e úmida do planeta, estendendo-se do Equador até cerca de 15° N e 15° S; caracteriza-se por alta precipitação (> 1.500 mm/ano), altas temperaturas (> 20°), com baixa variação térmica, em que, na região do oceano costeiro tropical, também apresenta alta radiação solar, grande descarga de água doce e ventos alísios de leste (SOUZA FILHO et al., 2005). A ZCAB estende-se por 2.250 km, situando-se geograficamente entre o Cabo Orange no Amapá (5°N, 51°W) até a Ponta do Tubarão no Maranhão (4°S, 43°W), ocupando 35% da

linha da costa brasileira (ARAÚJO et al., 2007; FURTADO, 2011a; PEREIRA et al., 2009; REBELO-MOCHEL, 2011).

Esta planície costeira lamosa, caracterizada pela presença de ambientes estuarinos e de planícies de maré lamosa, apresenta como limite leste o ambiente eólico dos Lençóis Maranhenses e a oeste o ambiente deltaico do rio Orinoco na Venezuela, com diferentes ambientes (praias, planícies de marés, pântanos, salinos e doces, estuários, manguezais, floresta de várzea, floresta tropicais, lagoas, lagunas, ilhas, rias, deltas, dunas, etc.), considerado como o litoral menos povoado em relação ao restante do Brasil e, a maior faixa contínua de manguezais do mundo, com 8.900 km² (representa 85% dos manguezais brasileiros) (AMARAL et al., 2008; GOMES et al., 2009; PROST et al., 2011; SILVA; PEREIRA, 2010; SOUZA FILHO et al., 2005).

Dentre os compartimentos geomorfológicos da ZCAB, tem-se a Costa de Reentrâncias do Pará e Maranhão, onde se localiza a zona costeira do Estado do Pará entre as baías de Marajó, a oeste (0°30`S e 48°00`W. Gr.), e a de Gurupi, a leste (0°30`S e 46°00`W. Gr.), com 598 km de extensão (79.795 km²), correspondendo a 6,5% da superfície do Estado (SOUZA FILHO et al., 2005; SENNA; MELLO; FURTADO, 2002). Suas características ambientais apresentam formas recortadas com ilhas, penínsulas e baías, situadas nas desembocaduras de rios, onde predominam as rias com formação de pequenas falésias, praias de sedimentos arenosos, sílticos-argiloso, manguezais e restingas (AMARAL et al., 2008; EL-ROBRINI et al., 2006; SZLAFSZTEIN, 2009).

Com base nas suas características naturais e socioeconômicas, a Zona Costeira Paraense foi dividida em três setores: setor 1 ou Costa Atlântica do Salgado Paraense; setor 2 ou Insular-Estuarino do Rio Amazonas; e setor 3 ou Continental-Estuarino do rio Pará/ Baía do Marajó; quanto às microrregiões, os municípios da Zona Costeira Paraense estão divididos em quatro microrregiões: Guamá (Viseu); Salgado (Colares, Vigia, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, Curuçá, Marapanim, Maracanã, Salinópolis e São João de Pirabas); Bragantina (Quatipuru, Tracuateua, Bragança e Augusto Corrêa) e Região do Marajó (Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari, Salvaterra, Soure, Chaves, e Afuá) (EL-ROBRINI et al., 2006; FURTADO, 2011a; SZLAFSZTEIN, 2009).

O povoamento da zona costeira paraense com base em evidências arqueológicas, datadas por C¹⁴, atesta o início da presença do homem nessa região em torno de 5.000 anos antes do presente (AP), estes grupos são denominados de caçadores-coletores por consumirem basicamente peixes, moluscos e crustáceos, constatados por escavações estratigráficas dos vestígios encontrados nos sambaquis (cerâmica utilitária temperada com conchas moídas,

artefatos líticos, artefatos de ossos e sepultamentos primários) (ASSUNÇÃO, 2010; FURTADO; NASCIMENTO, 2002; LIMA, 2000; SILVEIRA; SCHAAN, 2005; SILVEIRA; SCHAAN, 2010).

O processo de ocupação do litoral paraense pelos povos contemporâneos é marcado pela presença dos índios Tupinambás no século XVII (FURTADO, 2011b). No tempo da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, a política da metrópole portuguesa e mais tarde da imperial (do século XVII ao final do século XIX) era de viabilizar ao longo da costa as comunicações entre Belém e São Luís, estabelecendo nas embocaduras dos rios os portos seguros para baldeações, que deram origem a inúmeras unidades sociais, como a de Maracanã, Salinópolis e Bragança (SOUZA FILHO; EL-ROBRINI, 1996; EL-ROBRINI et al., 2006; FURTADO, 2011a; FURTADO, 2011b; SILVA, 2002).

O fomento mercantilista dessa Companhia de Comércio e o Sistema de Capitânicas Hereditárias contribuíram para ocupação humana do litoral amazônico, marcado pela diversidade de usos tradicionais, tendo a pesca como a principal atividade econômica (pesca de subsistência, comercial e industrial), tornando-se a base de sustentação social e econômica nas relações das populações humanas com o mar (FURTADO, 2011b). Somente a partir da segunda metade do século XX, é que as populações costeiras paraenses começam a presenciar novas transformações na relação do homem com o ambiente costeiro (SANTANA, 2011).

Até o início do século XX, o principal meio de acesso aos municípios costeiros do Estado do Pará e suas pequenas unidades sociais à beira-mar eram realizados por via marítima e fluvial, pois as comunicações terrestres existentes eram precárias; com a expansão das rodovias a partir dos anos de 1950, os territórios praieros de domínio das populações nativas e dos pescadores artesanais, tornaram-se *points* de veraneio (FURTADO, 2011a; FURTADO, 2011b; FURTADO et al., 2006; SANTANA, 2011; SOUZA FILHO, 2011).

A expansão rodoviária na Amazônia é consequência do desenvolvimento rodoviário no Brasil, que começou na década de 1940 com a criação do Fundo Rodoviário dos Estados e Municípios (Decreto-Lei 2.615/40) (BANDEIRA; FLORIANO, 2004; SAMPAIO; BRITO, 2009). A rodovia Belém-Brasília (BR-010) foi o primeiro elo rodoviário da região Amazônica com o centro-sul, inaugurado em 1960 por Juscelino Kubistchek, como parte dos investimentos da estratégia desenvolvimentista, que objetivava introduzir e desenvolver o setor automobilístico no país através da expansão das rodovias, que impulsionou a abertura de estradas até o novo eixo rodoviário (AREND; FONSECA, 2012; FERREIRA, 2005).

Nesse período, a Amazônia foi incorporada a economia nacional, na qual a região costeira do Estado do Pará passou a receber políticas públicas de desenvolvimento

socioeconômico, como a Lei 3.786/66 que transformou o município de Salinópolis em Estância Hidromineral, passando a receber investimento do Estado em infraestrutura (transporte, energia, saneamento e lazer) e incentivo ao turismo (ADRIÃO, 2006; BRITO, 2004; FRANÇA, 2008; MARINHO, 2009; MENDES; SILVA; SANTOS, 2011). O incentivo ao turismo foi à estratégia criada pelo regime militar, através da criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) em 1966, para cuidar, montar e vender uma imagem positiva do país no exterior, que estava comprometida no cenário internacional (COELHO; SIMONIAN; FENZL, 2000; LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008).

Em 1987, o turismo foi incorporado aos discursos políticos e ambientais, quando a Embratur cria o Comissão Técnica Nacional; em 1988, a Constituição Federal Brasileira em seu o artigo 180 legitima o turismo como força motriz de desenvolvimento social e econômico da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; o turismo passou a ser prioridade em estados e municípios; em 1989, a Embratur firma parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para discutir o turismo sob o aspecto do meio ambiente e as leis ambientais, visando a formulação de políticas públicas para o setor (CABRAL, 2010; LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008).

A partir da Constituição de 1988, inaugura-se uma nova fase nas políticas públicas e sociais no país, que passou a registrar melhoras em seus indicadores de desenvolvimento socioeconômicos; este desenvolvimento não resulta automaticamente do crescimento econômico, e sim das relações humanas, na busca por melhores condições de vida; este desenvolvimento é socialmente construído pelas pessoas e, orientado pelas necessidades e aspirações dos atores, que articulam as potencialidades locais e às oportunidades externas para viabilizar iniciativas inovadoras, fortalecer as ações coletivas em curso com vantagens competitivas para a promoção do desenvolvimento local (BUARQUE, 2008; FERRARINI, 2012; FREITAS; FREITAS, 2013; ROSINKE et al., 2011).

A atuação da sociedade na decisão de uso da coisa pública, passou a ser concebida como um novo modelo de conceber e resolver os problemas da sociedade como um todo; a participação efetiva dos cidadãos na vida política tem gerado um ambiente favorável à diminuição do oportunismo e da corrupção, possibilitado uma melhor transparência nos negócios públicos, garantido uma melhor eficácia das políticas públicas (SILVA; SILVA, 2008).

As políticas públicas implementadas na zona costeira paraense a partir da segunda metade do século XX, influenciaram no uso e ocupação desta região, gerando uma pressão que se intensificou nas últimas décadas, causando a perda ou alteração dos ecossistemas

litorâneos; as políticas desenvolvimentistas de expansão rodoviária, urbanização e atividade turística geraram mudanças socioambientais na ilha do Atalaia (Salinópolis) a partir de 1973 com a construção PA-444; bem como, em Ajuruteua (Bragança) após a construção da PA-458 em 1983 e, Crispim (Marapanim) após a construção da PA-318 em 1991 (BASTOS et al., 2011; FURTADO et al., 2006; GOMES et al., 2009; PEREIRA et al., 2006; MONTEIRO et al., 2009; RANIERI; EL-ROBRINI, 2015).

Segundo o diagnóstico para avaliação e ações prioritárias para conservação da biodiversidade da Zona Costeira e Marinha Amazônica (BRASIL, 1999), as principais áreas de riscos na costa Atlântica paraense são: os manguezais e a praia de Ajuruteua no município de Bragança (Rodovia de acesso e ocupação urbana); a praia do Atalaia no município de Salinópolis (ocupação urbana); a praia do Crispim no município de Marapanim (ocupação urbana e rodovia de acesso). Essas áreas de risco descritas pelo diagnóstico são as áreas de estudo desta tese, resultantes das políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico para a região a partir de 1960.

Neste contexto, tem-se a seguinte questão: Os investimentos em políticas públicas a partir de 1960 contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico das praias do Crispim, Atalaia e Ajuruteua, garantindo os padrões de qualidade ambiental?

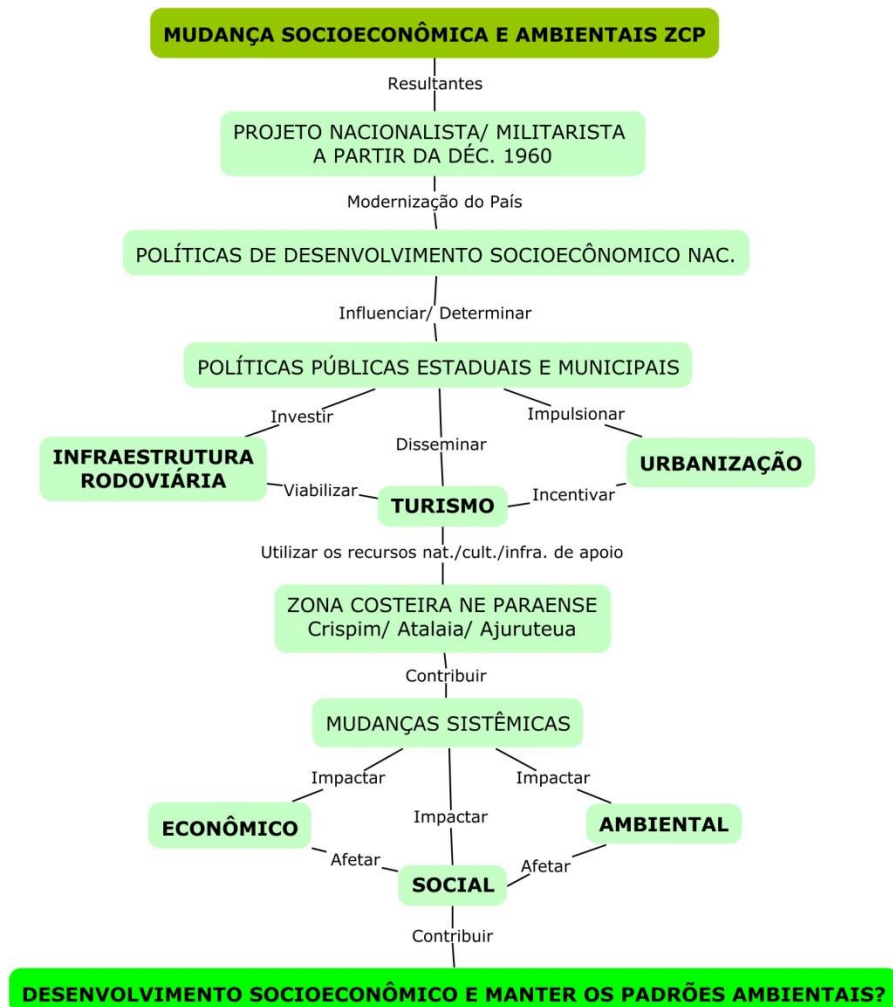
Foram considerados como padrões de qualidade ambiental todos aqueles estabelecidos pelo poder público e definido por leis, normas e resoluções, referente ao controle e monitoramento dos padrões e limites máximos sobre os temas: ar, água, solo, biodiversidade, etc. estabelecido pela Política Nacional de Meio Ambiente (art. 9º, I, da Lei nº 6.938/81), que objetiva harmonizar as ações humanas com as condições físicas, químicas e biológicas, culturais, etc. (SIRVINSKAS, 2006).

A pesquisa contribuirá para analisar a problemática numa visão orgânica, como um sistema integrado e sistemático dos aspectos ambientais, econômicos e sociais, considerando que qualquer impacto, em um dos aspectos, afeta mutuamente os demais, sob o ponto de vista da “Teoria Geral de Sistemas”, idealizada por Ludwig Von Bertalanffy, através do pensamento sistêmico difundido a partir da década de 1950/60, como uma ciência geral da totalidade, que analisa o conjunto de elementos em interação (ANDRADE, 1997; BERTALANFFY, 2013).

Faz-se necessário estudar não somente as partes e processos isoladamente de cada aspecto, mas também resolver os decisivos problemas encontrados na organização e na ordem que os unifica, resultante da interação dinâmica das partes, tornando o comportamento das partes diferente quando estudado isoladamente e quando tratado no todo (BERTALANFFY,

2013). Superando a fragmentação da análise por aspecto na busca pelo desenvolvimento socioeconômico e garantia dos padrões ambientais, esta tese baseia-se no seguinte mapa conceitual (Figura 1).

Figura 1. Mapa conceitual demonstrando as variáveis abordadas na tese.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Este trabalho objetivou analisar as mudanças na relação entre os aspectos ambientais, econômicos e sociais resultantes das políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico nas praias do Crispim (Marapanim), Atalaia (Salinópolis) e Ajuruteua (Bragança), a partir de 1960. Especificamente buscou-se: a) Identificar as principais mudanças ocorridas nos relação entre os aspectos ambientais, econômicos e sociais resultantes das políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico a partir de 1960; b) avaliar os indicadores socioeconômico, urbano e turístico nas praias do Crispim (Marapanim), Atalaia (Salinópolis) e Ajuruteua (Bragança) e, c) avaliar a atuação da comunidade local no processo de consolidação das políticas para o desenvolvimento socioeconômico e, garantia dos padrões ambientais.

Assim, tem a seguinte hipótese: os investimentos em políticas públicas (infraestrutura rodoviária, urbanização e turismo) implantadas na região costeira paraense causaram mudanças nas relações sistêmicas dos aspectos ambientais, sociais e econômicos, não apresentando na atualidade o desenvolvimento socioeconômico, presente no discurso dos seus idealizadores, com sérios prejuízos nos padrões de qualidade ambiental.

A tese está organizada em cinco capítulos. O capítulo 1 consiste na contextualização. O capítulo 2 apresenta a zona costeira brasileira e seus processos de ocupação, urbanização, políticas públicas socioeconômicas e ambientais e, seus principais problemas socioambientais. O capítulo 3 trata das mudanças ambientais, econômicas e sociais nas praias do Atalaia, Ajuruteua e Crispim a partir de 1960. No capítulo 4 são analisados os indicadores de desenvolvimento socioeconômico, urbano e turístico decorrentes dos investimentos das políticas públicas. No capítulo 5 é avaliada atuação da comunidade local nas políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

CAPÍTULO 2 – A ZONA COSTEIRA BRASILEIRA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO PRÉ E COLONIAL DA ZONA COSTEIRA BRASILEIRA

A alta densidade e biodiversidade de recursos marinhos em determinados trechos da faixa costeira brasileira atraíram no passado a ocupação de grupos humanos, principalmente no interior dos ambientes lagunares que se sucedem desde o Rio Grande do Sul até a baía de Todos os Santos na Bahia e, nas inúmeras reentrâncias e baías do trecho entre o litoral do Maranhão e do Pará (ASSUNÇÃO, 2010; GASPAR, 1996; LIMA, 2000; SILVEIRA; SCHAAN, 2005; SILVEIRA et al., 2011).

As principais rotas terrestres de entrada dos fluxos migratórios rumo ao litoral estão baseadas nas evidências linguísticas, na qual os Tupinambás desceram ao longo da costa Atlântica (norte e nordeste) a partir da foz do rio Amazonas, e os Guaranis saíram do médio Amazonas pelo rio Madeira e Guaporé e ocuparam o sistema fluvial Paraná-Paraguai-Uruguaí (sul); as vias fluviais, facilitaram os movimentos migratórios no sentido litoral-interior, formando os sambaquis fluviais (LIMA, 2000; OLIVEIRA, 2008; SOUSA, 2009; TENÓRIO, 2004).

A principal fonte de alimentação fez com que esses grupos fossem considerados primordialmente como coletores de moluscos, identificados a partir de sítios arqueológicos, denominados de sambaquis, que na língua Tupi “tamba” significa moluscos e “ki” amontoado ou depósito, representados por montes de material orgânico e areia (LIMA, 2000; SILVEIRA; SCHAAN, 2005). Na Amazônia, os sambaquis litorâneos no estado do Pará são denominados pelas populações amazônicas como minas de sernambi, pelo fato das conchas serem exploradas para a obtenção de cal para a construção civil desde o século XVI (FERREIRA PENNA, 1876; LACERDA, 1885; LIMA, 2000; SILVEIRA et al., 2011).

A ocupação da zona costeira paraense por grupos de caçadores-coletores, oriundos do interior, teria iniciado em torno de 5.000 anos antes do presente (AP), constatados por datações radiocarbônicas dos vestígios encontrados em sambaquis (utensílios, cerâmicas, armas, etc.) (ASSUNÇÃO, 2010; LIMA, 2000; SILVEIRA; SCHAAN, 2005; SILVEIRA; SCHAAN, 2010). Até 3.000 AP, diversos grupos humanos ocuparam de forma permanente áreas não alagadas juntos aos manguezais da costa nordeste do Pará, com ocupações relativamente densas, sobrevivendo primariamente de recursos do mar e do mangue, produzindo vasilhas cerâmicas para processar seus alimentos (SILVEIRA et al., 2011).

Por volta de 2.800 anos AP, ocorreu o abandono dos sítios de pesca na costa leste brasileira, que pode estar associado à chegada de horticultores oriundos do planalto central,

cujas principais características foram de serem economicamente mais poderosos; capazes de produzir seus alimentos; socialmente organizados em estruturas mais sólidas e complexas; tecnologicamente mais avançados e em maior número de pessoas (LIMA, 2000; SILVEIRA; SCHAAN, 2005; SILVEIRA; SCHAAN, 2010).

Com a chegada dos europeus no século XVI, as populações pescadoras já haviam desaparecido da costa centro-meridional brasileira; encontraram apenas grupos de horticultores que vinham sazonalmente à praia para pescar e mariscar, e que suas povoações ficavam afastadas da costa no interior da Mata Atlântica, sendo denominados genericamente pelos europeus como povos Tupinambás e Guaranis (tupi-guarani), como sendo um único grupo étnico por apresentarem semelhanças culturais, mas constituíam diferentes etnias (LIMA, 2000).

A análise cronológica desses grupos humanos permite compreender as primeiras populações e suas estratégias de sobrevivência, que contribuíram para o processo de crescimento demográfico e expansão territorial, culminando com o desenvolvimento de sociedades regionais complexas às vésperas da conquista europeia (LIMA, 2000; SILVEIRA; SCHAAN, 2005; SOUSA, 2009).

Na fase colonial do Brasil, iniciada a partir de 1500, com a chegada de Pedro Álvares Cabral a Santa Cruz de Cabrália, o rei de Portugal D. João III financiou várias expedições ao Brasil, visando encontrar ouro, mas sem a efetiva conquista do território, permitiram que os franceses, holandeses e ingleses realizassem diversas incursões visando sua conquista e colonização (BECKER; EGLER, 1998; GADELHA, 2002; INNOCENTINI, 2009; MEIRELLES FILHO, 2006; BEZERRA NETO, 2001).

Em 1534, a ameaça francesa nas terras portuguesas, e as dificuldades para a implantação da agricultura, levaram o rei de Portugal a dividir o Brasil em 12 Capitânicas Hereditárias, como uma estratégia geopolítica de controle do território, em faixas lineares de terra, que iam do litoral até o limite do Tratado de Tordesilhas (meridiano 46°37' longitude oeste), com aproximadamente 300 km de largura na costa (BECKER; EGLER, 1998; BECKER, 2009; CINTRA, 2013; INNOCENTINI, 2009; REGO; MARQUES, 2006).

Devido à ausência da posse pelos capitães-donatários, houve uma nova divisão das capitânicas para 15, denominadas de Capitânicas (de norte a sul), que também mostrou-se insustentável, pois os franceses continuaram traficando pau-brasil e ajudando os indígenas nas revoltas contra os portugueses nas capitânicas (BECKER; EGLER, 1998; CINTRA, 2013; INNOCENTINI, 2009; BEZERRA NETO, 2001).

Em 1612, os franceses se aliaram com os Tupinambás liderados por Daniel de La Touche e tentaram fixar uma colônia e uma fortaleza na ilha do Maranhão (São Luís), além de iniciarem expedições para a conquista das terras amazônicas; em 1613, o rei Felipe III da Espanha ordenou ao governador do Brasil, Gaspar de Sousa, a expulsão de qualquer invasor e a conquista das terras do rio Amazonas, pertencentes à Espanha pelo Tratado de Tordesilhas; mas a unificação das monarquias, pela União Ibérica (1580-1640), autorizava os portugueses na sua conquista; em 1615, os franceses foram expulsos da ilha de São Luís, dando o início da conquista do litoral da região norte e a ocupação do Grão-Pará (AMARAL, 2010; BECKER; EGLER, 1998; BECKER, 2009; GADELHA, 2002; MEIRELLES FILHO, 2006; BEZERRA NETO, 2001).

No Maranhão, em 13 de Dezembro de 1615, foi nomeado Francisco Caldeira Castelo Branco como capitão-mor do Grão-Pará, com a responsabilidade de conquistar e colonizar do Amazonas até o cabo Norte; em 12 de janeiro 1616, Castelo Branco aporta em terra firme em território Tupinambá e constrói a Casa do Forte do Presépio, marcando o núcleo de fundação da cidade de N. Sra. de Belém (AMARAL, 2010; BECKER; EGLER, 1998; GADELHA, 2002; MEIRELLES FILHO, 2006; BEZERRA NETO, 2001).

Em 1624, Portugal cria o Estado do Maranhão e Grão-Pará, separando-o do Brasil; Belém e São Luís passaram a ser administrados por Lisboa e anos mais tarde, a capitania sob a ordem da política portuguesa deveria viabilizar, ao longo da costa, comunicações entre Belém e São Luís, a partir do estabelecimento de portos seguros para baldeações nas embocaduras dos rios; tais portos seguros deram origem a inúmeras unidades sociais, como a de Maracanã, Salinópolis e Bragança, nesse momento, as ordens religiosas participaram desse processo por meio da catequização e expansão do catolicismo como a ordem dos missionários jesuítas, que se destacaram na organização do trabalho indígena (FURTADO, 2002; FURTADO, 2011a; FURTADO, 2011b; MEIRELLES FILHO, 2006; BEZERRA NETO, 2001; SILVA, 2002).

2.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROCESSO DE OCUPAÇÃO EUROPEIA E A URBANIZAÇÃO DA ZONA COSTEIRA BRASILEIRA

As políticas públicas estabelecidas no litoral brasileiro seguiram três padrões de povoamento: o primeiro padrão ocorreu no período colonial com o início da economia açucareira (Séc. XVI), sistema econômico baseado na produção agrícola para exportação nos mercados europeus, na qual os donatários fundaram as pequenas cidades nas capitanias, enquanto a Coroa fundou os principais povoamentos que se subordinavam as demais cidades,

ambas cresceram de forma espontânea e desordenada, ligadas a função de porto de comercial e à função militar para garantir a posse da colônia (BECKER; EGLER, 1998; INNOCENTINI, 2009; PINHEIRO, 2007; SCARLATO, 2009a).

As planícies litorâneas do Nordeste, associados ao clima tropical, permitiram a consolidação da sociedade da cana-de-açúcar, que alicerçou efetivamente na Colônia o poder político e econômico; as cidades brasileiras no período colonial representaram um prolongamento do mundo rural, pois a ausência de uma burguesia nas cidades abriu espaço ao poder das oligarquias agrárias, que não habitavam as cidades, apenas funcionários da administração municipal, oficiais da Coroa, artesãos e mercadores, contribuindo para um cenário marcado pelo poder das oligarquias nas cidades, permanecendo até a transição para a Independência do Brasil (1822) (BECKER; EGLER, 1998; SCARLATO, 2009a).

A lógica da fundação de cidades e da ocupação do território pela Coroa portuguesa partia do princípio que se deveria povoar bem o litoral, repartindo as terras entre os colonos para que estes cultivassem as terras próximas aos portos e, as terras distantes da zona litorânea para serem povoadas ou penetradas deveriam ter permissão real, pois a Coroa estava reservando o interior para o futuro; no entanto, com a crise da agricultura em fins do século XVII e do XVIII, com o período do bandeirismo e da expansão da mineração do ouro e da prata, foram autorizados a fundação de cidades no interior do território brasileiro, como Goiás, Ouro Preto e Cuiabá (BECKER; EGLER, 1998; REGO; MARQUES, 2006; SCARLATO, 2009a).

Neste mesmo padrão, a Coroa portuguesa instituiu os Pesqueiros Reais que organizou os inúmeros assentamentos de pescadores, seguidos das Colônias de Pesca (1817), Distritos de pesca (1846), Serviço de Pesca do Brasil (1912); dentre estas destaca-se a política de higienismo da Missão Cruzador José Bonifácio, que percorreu o país entre os anos de 1919 e 1923, criando cerca de 800 colônias de pesca ao longo da costa e nas águas interiores; para a Marinha de Guerra do Brasil visava combater o abandono, a dispersão, o analfabetismo e as endemias das populações praianas; funcionando como uma campanha de saneamento e ao mesmo tempo recuperando os pescadores para a nacionalidade, convertendo-os em cidadãos úteis na defesa nacional e no controle da pesca (FURTADO, 2002; LEITÃO, 1996; MELLO, 1995; MELLO; VOGEL, 2000).

A crise mundial do capitalismo (1914) levou a uma crise da economia colonial primário-exportador (Café, algodão e açúcar), provocando nas áreas urbanas surtos de industrialização de bens de consumo essencial e têxtil (1919); a crise de 1929 nos Estados Unidos e Europa ocidental gerou a crise do café, encerrando o primeiro padrão de

povoamento com a queda da oligarquia cafeeira após a Revolução de 1930 (FERREIRA, 2005; FONSECA, 2012; REGO; MARQUES, 2006; SCARLATO, 2009b; SOUSA, 2004).

O segundo padrão inicia-se após a Revolução de 1930, com a política ideologicamente nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas (1930-1945), com investimentos nos setores da indústria de base estrutural, encerrando-se em 1970, marcado pelo período de industrialização brasileira, com intensos fluxos migratórios e grandes desequilíbrios regionais; o terceiro padrão ocorre a partir da década de 1970 e se estende até os dias atuais, marcado pela globalização, pela flexibilização do capital, e pela profunda retração da economia brasileira (FERREIRA, 2005; FONSECA, 2012; MAUTNER, 2004; REGO; MARQUES, 2006; SCARLATO, 2009a; SCARLATO, 2009b).

Apesar do país apresentar importantes cidades com restrita dimensão populacional durante os séculos XVIII e XIX, a sociedade brasileira se urbanizou praticamente na segunda metade do século XX, resultante das mudanças ocorridas na economia brasileira, na sociedade e nas políticas públicas; nesse período a população urbana ultrapassa a população do campo, decorrente do êxodo rural do excedente de mão-de-obra no campo após 1988, industrialização tardia, modernização das atividades agrícolas, aumento do poder aquisitivo da população favorecidos pela expansão do capital financeiro, inovação tecnológica, aumento da produtividade das indústrias de bens e consumo, regulamentação das leis trabalhistas (1930) (BRITO, 2006; MARICATO, 2003; MARICATO, 2006)

Na Amazônia, durante o período de 1870-1912, inicia-se um processo de povoamento regional por meio da cadeia produtiva da economia da borracha, que revolucionou a economia e o modo de vida, enquanto sua zona costeira configurava-se outro país, esquecido e prestes a ser abandonado, habitado por tribos indígenas e sertanejos que viviam da extração da castanha, madeira e látex (BECKER; EGLER, 1998; BECKER, 2008; MEIRELLES FILHO, 2006; SARGES, 2002). Durante 50 anos, até a década de 1960, a Amazônia viveu praticamente do extrativismo e da agricultura de subsistência, mesmo com as políticas públicas sem sucesso do governo brasileiro em criar mecanismo para recuperar a região (MEIRELLES FILHO, 2006).

2.3 O PENSAMENTO MILITAR E O MODELO DESENVOLVIMENTISTA DO GOVERNO BRASILEIRO: Os reflexos no uso e ocupação da zona costeira paraense

O pensamento militar do governo brasileiro durante o regime militar (1964-1985) resulta de uma ideologia que se formou desde o período imperial (Séc. XIX) e, desenvolveu-se junto com a história do Exército brasileiro, participando de vários movimentos políticos

que contribuíram para o desenvolvimento do pensamento e do modelo desenvolvimentista proposto para o País e para Amazônia a partir da década de 1960 (ATASSIO, 2007; GARCIA, 1997; TREVISAN, 1987).

A doutrina do Positivismo de Augusto Comte (1798-1857) tinha como essência a busca do progresso e a regeneração da humanidade pela ciência; ingressou no Exército através de Benjamin Constant, que pregava a evolução da humanidade em três estágios: o tecnológico, o metafísico e o positivo; no último estágio os homens passariam a compreender as leis que regem o universo e, o conhecimento destas leis possibilitaria a previsão do futuro; o positivismo era a evolução natural do pensamento humano, que seria acompanhado pela evolução da política (ATASSIO, 2007; BRANDÃO, 2011; LACERDA, 2009; TREVISAN, 1987).

A doutrina positivista influenciou o estado de espírito do Exército, passando a fazer intervenção na política, como o apoio dado a Abolição da Escravatura (1888), a deposição de D. Pedro II e Proclamação da República (1889), Revolução de 1930, Plano de Metas de Juscelino Kubitscheck (1956-1960), a inserção da Amazônia no modelo desenvolvimentista e o Golpe Militar de 1964 (AREND, 2009; GARCIA, 1997; REGO; MARQUES, 2006; VENTURA, 1996; XAVIER, 2011).

A inserção da Amazônia no modelo desenvolvimentista ocorreu durante o governo de J. Kubitscheck, ao priorizar o setor de transportes como estratégia desenvolvimentista no seu Plano de Metas, consolidado através do Plano Nacional da Indústria Automobilística (1956), que atraiu multinacionais automobilísticas (Ford, Volkswagen, General Motors, Fiat, etc.), influenciando a criação de novas rodovias, como a rodovia Belém-Brasília (BR-010) inaugurada em 1960, o primeiro elo rodoviário da região amazônica com o centro-sul, influenciando a ocupação do território e a abertura de outras estradas na região, a exemplo das rodovias na zona costeira paraense (BECKER, 2009; FERREIRA, 2005; MENEZES, 2007; OLIVEIRA, 2009; RODRIGUES, 2009; SCARLATO, 2009a).

O interesse dos militares sobre a abertura de rodovias e vicinais nos Estados da região Norte visavam à sua estruturação, sob a ótica da integração nacional, colonização como parte integrante da reforma agrária e, a inserção da Amazônia na econômica nacional; os princípios da geopolítica e segurança nacional, estabelecidos durante este período, além de atender as diretrizes citadas, garantia aos militares o domínio sobre o “grande vazio”, fazendo com que houvesse circulação de pessoas, tropas militares, mercadorias e a circulação da sociedade civil em cidades isoladas, que passaram a ter acesso terrestre pelas rodovias recém-construídas (OLIVEIRA NETO, 2013).

No Estado do Pará, a expansão rodoviária iniciada com a construção da BR-010 contribuiu para a integração nacional e a colonização da região em seu entorno (MEIRELLES FILHO, 2006; TAVARES, 2008). As políticas de investimentos em infraestrutura urbana, fomento da atividade turística (a partir da criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) em 1966) (BRASIL, 2007; KAJIHARA, 2008; LOHMANN; PANOSSO NETO, 2008; SANOVICZ, 2007), bem como, industrialização da pesca no Pará (1968) e, o incentivo a produção local (Programa Polos da Amazônia, com a pesca empresarial da piramutaba e camarão) (ALVES FILHO, 2000; MEIRELLES FILHO, 2006), são reflexos na região do modelo de desenvolvimento socioeconômico do governo brasileiro, planejadas na década de 1950 e, implementadas nas décadas seguintes (Quadro 1).

Os modelos capitalistas implantados através de planos, programas, projetos, leis e criação de órgãos públicos a partir da segunda metade do século XX, definiram a nova função socioeconômica da região amazônica, tendo como vetor inicial a expansão rodoviária, que permitiu a urbanização e a evolução social das cidades pesqueiras interioranas que estavam isoladas na região costeira do nordeste paraense, estabelecendo uma nova estrutura sócio-espacial, além da colonização como parte da reforma agrária, alicerçada no desenvolvimento da atividade turística, na produção e escoamento de produtos agrícolas e pesqueiros, visando aumentar a arrecadação de divisas, gerando benefícios e desenvolvimento socioeconômico (ADRIÃO, 2006; ALVES, 2014; FURTADO, 1978)

A partir deste período, passa a existir dois cenários nos territórios municipais costeiros, o primeiro por apresentar localização geográfica de difícil acesso pela ausência de rodovias e, complexo sistema de estuários dominados por marés e ondas, limitando o seu uso e ocupação, o que torna um ambiente praticamente isento de ações antrópicas (PROST et al., 2011). O segundo é um ambiente antropizado por ter recebido investimentos em infraestrutura rodoviária, urbana, atividades econômicas, na qual suas potencialidades de usos promoveram uma ocupação sem planejamento pelo poder público, desrespeitando os ordenamentos jurídicos ambientais, bem como, as limitações do meio físico, sensibilidade ambiental, a vulnerabilidade às variações naturais e os impactos das ações antrópicas (MENDES; SILVA; SANTOS, 2011; SILVA; PEREIRA, 2010).

Quadro 1: Síntese da políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico nacional e regional (1951-1991).

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO (1951-1991)					
FASE	MODELO	PRESIDENTE/ AÇÃO	OBJETIVO	RESULTADOS	
				NACIONAL	REGIONAL (AMAZÔNIA E Z.C. PARAENSE)
DISCURSIVA (Exceção da implementação da BR-010)	NACIONAL DESENVOL- VIMENTISTA	Getúlio Vargas (1951-1954)	Projeto de Industrialização Nacional.	Criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico - CMBEU (1951).	Criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA). Atendendo o Art. 19 da Constituinte 1946, que institui que não menos que 3% da renda tributária da União deveria ser remetida a investimento na Amazônia por 20 anos. Dá-se início ao planejamento regional, vinculado diretamente à Presidência da República (1953).
		Juscelino Kubitschek (1956-1961)/Plano de Metas (1956-1960).	Desenvolver a economia, através da industrialização de bens de consumo duráveis.	Plano Nacional da Indústria Automobilística (1956). Criação de Rodovias. Investimentos em infraestrutura urbana.	Criação da rodovia Bernardo Sayão BR-010 (Belém-Brasília). Abertura de estradas no nordeste paraense até o novo eixo rodoviário.
		João Goulart (1961-1964).	Desenvolver a economia e orientar a política brasileira.	Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CODEPE) (1961) Lei 10/1962 – Cria a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE)	Inicia a elaboração e execução de planos plurianuais de desenvolvimento da pesca visando à industrialização do setor.
		Regime Militar (1964) Humberto A. Castelo Branco (1964-1967)/ Plano de Ação Econômica- PAEG (1964-1966).	Retomar os objetivos desenvolvimentistas, combater a situação inflacionária e déficit público do país do período 1962-1963.	Lei 4.771/1965 - Novo Código Florestal. Lei nº 5.173/1966 – Extingue a SPVEA e a substitui pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.	A “Operação Amazônia” - Definiu o novo papel a Amazônia deveria assumir na economia nacional. Com 50 projetos no campo da agropecuária (produção de açúcar, juta, arroz, oleaginosas e carne bovina) e produção madeira. Extinção da Estrada de Ferro de Bragança (1964). SUDAM passa a coordenar e supervisionar a ação federal na região.
PLANEJAMENTO REGIONAL EFETIVO	DESENVOLVIMENTISTA INTERNACIONALISTA	Arthur da Costa e Silva (1967-1969)/ Plano Estratégico de Desenvolvimento-PED (1967-1969).	Promover a recuperação econômica do País, com metas econômicas para os setores de petroquímica, pesquisa e extração mineral, agropecuária, indústria mecânica e comunicações.	Início do ciclo do “Milagre econômico”. Altas taxas do PIB e controle da inflação. Criação da EMBRATUR e a definição do Plano Nacional de Turismo (Dec.- Lei 55/66). Dec.-Lei 221/1967 – Novo Código de Pesca.	Lei 3.786/66 – Torna o município de Salinópolis em Estância Hidromineral. Construção da ponte de acesso a ilha do Atalaia. Doação de terras pelo estado para viabilizar o uso e ocupação turística em Salinópolis. Instalação das primeiras indústrias de pesca em Belém/PA (1968).
		Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)/ I Plano Nacional de Desenvolvimento-I PND (1970).	Metas e bases para ação do governo no período de 1972 a 1974.	Dec.-Lei nº 1.106/70 - Programa de Integração Nacional (PIN). Conexão rodoviária intrarregional no país. Fim do Ciclo do “Milagre econômico”. Criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (1973). Criação da Comissão Interministerial dos Recursos do Mar-CIR (1974).	Conexões e redes de circulação rodoviária. Plano de abastecimento agrícola da Amazônia para o Centro-Sul. Projeto Agroindústria de Salinópolis S/A – AGRISAL (1970). Lei 4.368/1971 – Cria a Companhia Paraense de Turismo (PARATUR). Transamazônica – BR230 (1974). Pavimentação da PA-444 (Salinópolis-Atalaia)/1973.
		Ernesto Geisel (1974-1979)/ II Plano Nacional de Desenvolvimento-II PND (1974).	Ações para os anos de 1975-1979.	6.513/1977 - Dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico. 6.766/1979 - Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.	Programa Polos da Amazônia (15 áreas prioritárias de investimento), visando reorganizar o ingresso do grande capital. Bragança e Salinópolis são inseridas nos Polos da Amazônia (1975). Construção da PA-458 (Bragança-Ajuruteua)/1975.
		João Figueiredo (1979-1985)/ Fim do Regime Militar.	Redemocratização do país.	Lei 6.938/1981 – Cria a Política Nacional de Meio Ambiente.	Primeiros pacotes de viagens para Amazônia (1979). Inauguração do primeiro trecho da PA-458 (Bragança-Furo Grande do Caeté)/1983.
NOVA REPÚBLICA	NEOLIBERAL	José Sarney (1985-1990). Fernando Collor (1990-1992).	Plano econômico para diminuir a inflação. Plano Collor.	Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro-GERCO (1987). Lei 7.661/1988 - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro-PNGC. 1988 - Constituição Federal legitima o turismo como força motriz de desenvolvimento socioeconômico (Art.180). Lei 7.735/1989 - Cria o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA).	Lei 5.457/1988 - Cria a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM)- Pará. Constituição do Estado do Pará (1989). Inauguração da PA-318 (Marudá-Crispim)/1991. Conclusão e pavimentação da PA-458/1991.

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

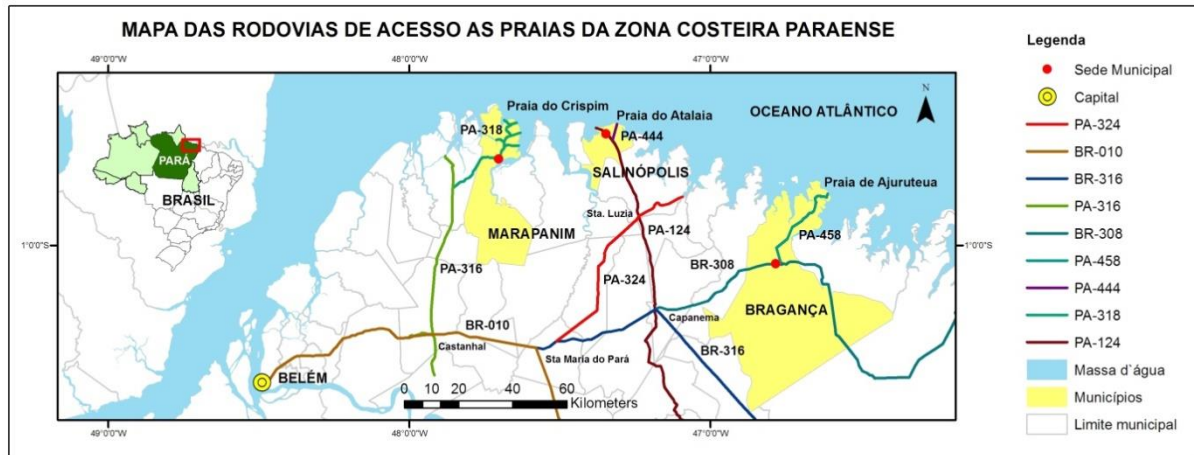
Na Década de 1960, Salinópolis foi uma das primeiras cidades da zona costeira paraense que sofreu mudanças provocadas pela expansão das rodovias e pela atividade turística, principalmente após a promulgação do Decreto Lei 3.786/66, que transformou o município em Estância Hidromineral, configurando-a como Área de Segurança Nacional, na qual o poder público Estadual passou a prover de infraestruturas e incentivo ao turismo (ADRIÃO, 2006; FRANÇA, 2008; MARINHO, 2009).

Na mesma década, os investimentos estenderam-se sobre a ilha do Atalaia, que abrigava neste período famílias de pescadores, que venderam suas casas diante da especulação, urbanização e atividade turística, em função da construção da ponte de acesso ao continente construída sobre o rio Sampaio, inaugurada no início da década de 1970 e pavimentada em 1973, facilitando o acesso da cidade de Salinópolis à ilha do Atalaia (BRITO, 2004; FRANÇA, 2008).

O pensamento dos políticos durante o regime militar e o modelo desenvolvimentista também interferiram no ambiente costeiro do município de Bragança, através da abertura de estradas sob o discurso de escoamento da produção pesqueira para os centros urbanos e o desenvolvimento socioeconômico do turismo na região (ALVES, 2014; CABRAL, 2010; MEIRELLES FILHO, 2006). A expansão rodoviária através da PA-458 (Bragança-Ajuruteua) iniciou-se na segunda metade da década de 1970 e inaugurada em 1983, visando solucionar a ausência de uma estrada de acesso à praia, considerada o grande entrave para o desenvolvimento econômico do município (ALMEIDA, 1996; BRAGA, 2007; FERNANDES et al., 2008; ALVES FILHO, 2000; PEREIRA et al., 2006).

Após o ano de 1989, o IBAMA passou a exigir autorização para a construção de rodovias em todo país; nesse contexto, no município de Marapanim, que já vinha desenvolvendo a atividade turística após a abertura de estrada até o Distrito de Marudá na década de 1960, foi inaugurada em 1991 a rodovia PA-318 de acesso à praia do Crispim; antes da inauguração da rodovia o acesso se dava por via marítima a partir de Marudá ou por via terrestre, através de um caminho existente entre a região de restinga; Marapanim também participou da expansão rodoviária pelo Estado, sob a ótica de fomentar e intensificar a atividade turística na zona costeira paraense, iniciada na década de 1960 através do pensamento e modelo desenvolvimentista do governo brasileiro (Figura 1) (BASTOS, 1995; BASTOS et al., 2011; FURTADO et al., 2006; COSTA NETO; BASTOS; LOBATO, 1996).

Figura 1. Mapa das Rodovias Federais e Estaduais de acesso às áreas de estudo.



Fonte: Elaborado pelos autores.

2.4 A POLÍTICA AMBIENTAL COSTEIRA BRASILEIRA

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) resulta de políticas públicas globais da década de 1970, criadas para enfrentar questões ambientais, como a Convenção de Ramsar no Irã, que apresentou a importância dos ecossistemas costeiros e seus rendimentos em serviços para a economia mundial, tendo a adesão da Organização das Nações Unidas (ONU), para à conservação e o uso racional de todas as zonas úmidas por meio de ação local, regional, nacional e cooperação internacional, como forma de alcançar o desenvolvimento sustentável em todo mundo (SOUSA, 2011).

Na mesma década no Brasil, o meio ambiente começa a ganhar espaço no planejamento estatal, através da criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente da Presidência da República (1973) e, da Comissão Interministerial dos Recursos do Mar (CIRM) (1974)², que apresentaram a Política Nacional de Recursos do Mar (PNRM) e, a Lei 6.938/1981 que institui a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), ambas serviram como patamar para a construção do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO) instituído pelo CIRM em 1987 (AGNES et al., 2009; CARVALHO et al., 2005; SOUSA, 2011).

² Anterior a esse período, a defesa da costa e dos recursos do mar eram de responsabilidade da Marinha de Guerra do Brasil desde 1817, quando o rei de Portugal criou as Colônias de Pesca; na Era Vargas (1930-1945), tais recursos deixaram de ter interesse político para interesses produtivos, passando a ser administrado pelo Ministério da Agricultura; em 1937, os recursos do mar voltaram à jurisdição do Ministério da Marinha, quando foi criado o Código de Pesca (Decreto-lei 794/1938), que regulamentou atividade pesqueira; em 1945, a Comissão Executiva da Pesca da Marinha encerraram suas atividades ligadas ao setor pesqueiro, passando para o Ministério da Agricultura até 1961, quando foi criado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CODEPE), substituído pela Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) em 1962; em 1989, os recursos do mar passaram a ser tratados pelo IBAMA (BECKER; EGLER, 1998; LEITÃO, 1996; MELLO, 1995; MELLO; VOGEL, 2000; SOUSA, 2004).

Em 1988, o GERCO articulou-se e instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), por meio da Lei 7.661/1988, como parte integrante da PNRM e da PNMA, consagrada pela Constituição Federal de 1988, o primeiro documento legal que definiu a zona costeira como patrimônio nacional; em 1989, a lei nº 7.735/89 criou o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); em 1992, o PNGC foi transferido do MMA para o IBAMA (AGNES et al., 2009; CARVALHO et al., 2005; DIEDERICHSEN et al., 2013; SIRVINSKAS, 2006; B. SOBRINHO, 2006; SOUSA, 2011).

Diante dos diversos problemas e limitações para alcançar os objetivos de uso sustentável dos recursos costeiros com planejamento integrado, foi lançado à segunda versão PNGC II (1997), definido as atribuições do GERCO, observando a compatibilização dos Planos Estaduais e Municipais com o PNGC e as demais normas federais; para concretizar estas ações foi criado o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), com a missão de promover a articulação das ações federais incidentes na Zona Costeira, a partir da aprovação dos Planos de Ação Federal (PAF) (DIEDERICHSEN et al., 2013; B. SOBRINHO, 2006; SOUSA, 2011).

Em 2004, foram promulgados os aspectos operativos do PNGC II e reafirmados pelo Decreto nº 5.300/2004, que regulamentou a Lei 7.661/1988, dispondo sobre as regras de uso e ocupação da zona costeira e os critérios de gestão da orla marítima, como o estabelecimento dos objetivos, instrumentos da gestão e os limites da Zona Costeira (DIEDERICHSEN et al., 2013; SIRVINSKAS, 2006; B. SOBRINHO, 2006; SOUSA, 2011).

Diante das dificuldades da Superintendência de Patrimônio da União (SPU) para fiscalizar a ocupação e os usos indevidos dos Terrenos de Marinha no litoral brasileiro, o Decreto nº 5.300/2004 em seu Art. 32º, definiu que compete aos municípios elaborar e executar o Plano de Intervenção da Orla Marítima, de modo participativo com o colegiado municipal, órgãos, instituições e organizações da sociedade interessados (SIRVINSKAS, 2006; B. SOBRINHO, 2006).

Antes da instituição do Decreto nº 5.300/2004, a SPU idealizou o Projeto Orla para a fiscalização dos Terrenos de Marinha, como um instrumento de atuação integrada, fazendo frente às suas dificuldades de fiscalização dos Terrenos de União na Orla Marítima; o MMA sob a coordenação da GI-GERCO elaborou “Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla”, reunindo uma série de metodologias de treinamento para os gestores locais para a conservação, ocupação, ordenamento e o uso sustentável dos recursos ambientais (SIRVINSKAS, 2006; B. SOBRINHO, 2006; SOUSA, 2011).

Apesar do Brasil possuir um Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro desde a década de 1980, o Estado do Pará ainda não possui um programa de gerenciamento costeiro implementado, mesmo tendo uma política ambiental instituída pela (Lei nº 5.587/1995), que prevê em seu Título V, Capítulo II do Gerenciamento Costeiro, Art. 72º que compete ao Poder Público estabelecer políticas, planos e programas para o gerenciamento da zona costeira estadual.

O Programa de Gerenciamento Costeiro do Estado do Pará (GERCO-PA), de responsabilidade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), tem como atribuições junto com o IBAMA, de fiscalizar e monitorar as atividades ligadas ao uso dos recursos ambientais; cabe aos municípios coordenar as ações para a sua realidade, sob a competência das Secretarias Municipais de Meio Ambiente em articulação com os demais órgãos ambientais cabíveis (SOUSA, 2011).

O GERCO-PA aliou-se ao Projeto Orla para atender a política nacional do Decreto 5.300/2004; no entanto, teve como limitação a inexistência dos instrumentos de planejamento de apoio à gestão, como o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, o que dificultou um direcionamento para o planejamento e execução de políticas a realidade costeira paraense, bem como, Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro e o Sistema de Informação e Monitoramento (SOUSA, 2011).

Em 2014, a SEMA por meio da Diretoria de Áreas Protegidas (DIAP), iniciou uma série de oficinas com as mais diversas instituições que atuam na zona costeira paraense para a elaboração da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro do Pará, compatibilizando práticas de conservação e de desenvolvimento. A aprovação do projeto de lei visa delimitar o campo de atuação da SEMAS para uma melhor defesa e utilização da costa paraense, garantindo os direitos das comunidades tradicionais e ribeirinhas, conservar o meio ambiente e incentivar estudos e investimentos na zona costeira paraense, permitindo seu planejamento e gestão, reduzindo assim os principais problemas que ameaçam a região, além de permitir a definição das áreas de riscos.

Outra medida adotada visando à defesa e a utilização dos recursos naturais nas áreas costeiras foi à criação de Unidade de Conservação (UC) pelo modelo de cogestão, criadas inicialmente pelo IBAMA, e a partir de 2007 pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), órgão desmembrado do IBAMA e, responsável por propor, implantar, gerir, fiscalizar e monitorar as UC, além de executar as políticas de uso sustentável dos recursos naturais renováveis e de apoio ao extrativismo e, às populações tradicionais nas

UC's federais de uso sustentável, de acordo com o Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007 (MENEZES et al., 2011).

Na zona costeira paraense existem onze Reservas Extrativistas, destas dez são Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX-Mar)³, que lidam com a gestão de recursos que pertencem à coletividade (o meio costeiro/marinho), materializando um modelo de área protegida de base comunitária, por meio de um regime de cogestão onde os recursos naturais são manejados buscando sua utilização sustentável (SANTOS; SCHIAVETTI, 2013).

Para o ICMBIO, as RESEX-Mar na zona costeira paraense visam garantir a conservação da biodiversidade dos ecossistemas de manguezais, restingas, dunas, várzeas, campos alagados, rios, estuários e ilhas, conciliando o uso sustentável dos recursos naturais com a proteção do meio de vida e a cultura das comunidades extrativistas locais (Figura 2). Atualmente, somente os municípios Colares, Vigia, Salinópolis, São João de Pirabas e Quatipuru não possuem RESEX-Mar em seus territórios municipais.

Figura 2. Localização das RESEX-Mar na Zona Costeira Paraense



Fonte: I3Geo/ICMBIO (2017)

2.5 OS PRINCIPAIS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAS E ECONOMICOS NAS ZONAS COSTEIRAS

A zona costeira é considerada um espaço privilegiado para os mais diversos propósitos (moradia, lazer e turismo), porém, essas atividades tornam-se comprometidas quando o litoral em questão está submetido ao turismo desordenado, acúmulo de lixo em

³ Nome das RESEX-Mar/ Município (Data de Criação): RESEX-Mar de São João da Ponta/ São João da Ponta (2002), RESEX-Mar Mãe Grande de Curuçá/ Curuçá (2002), RESEX-Mar de Maracanã/ Maracanã (2002), RESEX-Mar Tracuateua/Tracuateua (2005), RESEX-Mar Caeté-Taperaçu/ Bragança (2005), RESEX-Mar Arai Peroba/ Augusto Corrêa (2005), RESEX-Mar Gurupi-Piriá/ Viseu (2005), RESEX-Mar Mestre Lucindo/ Marapanim (2014), RESEX-Mar Mocapajuba/ São Caetano de Odivelas (2014), RESEX-Mar Cuinarana/ Magalhães Barata (2014).

áreas de preservação permanente (APP) e erosão marinha (MEDEIROS et al., 2014; MORAIS et al., 2008; SOUZA, 2009).

Para exemplificar os sérios prejuízos sofridos pela comunidade litorânea a nível mundial e regional, apresenta-se a seguir os três principais problemas globais resultantes do conflito entre as ações naturais e atividades antrópicas:

2.5.1 – Turismo de massa/desordenado

A atividade turística, em seu segmento sol e praia, sem planejamento adequado é responsável pelo aceleração do processo de uso, ocupação e degradação da zona costeira (SCHERER, 2013). Em Portugal, os modelos de desenvolvimento e ocupação do litoral por processos migratórios atingiram a sua intensidade máxima entre 1960 e 1973, a litoralização da população concentrou-se nas metrópoles de Lisboa e Porto; na década de 1960, as operadoras de turismo descobriram o Algarve e transformaram-na num destino privilegiado da classe média europeia; as densidades populacionais sempre se agravam nos períodos de grande procura turística, que intensificou a construção de infraestruturas de apoio de forma desordenada, ao mesmo tempo desqualificando a oferta e alterando significativamente a paisagem (PIRES; CRAVEIRO; ANTUNES, 2012).

No Brasil, a atividade turística acompanhada do processo de urbanização nas zonas costeiras está diretamente relacionada com as transformações ambientais, como o município de Balneário Camboriú no litoral de Santa Catarina, que apresenta um dos maiores índices de crescimento demográfico e urbano de todo o estado, provocado pelo crescimento da construção civil, setor imobiliário e turismo, que iniciou na década de 1950 e intensificou-se na década de 1970 com a construção da BR-101; atualmente o município possui a maior concentração urbana e o maior polo turístico do sul do Brasil e, o sétimo do país em termos de circulação de turista por ano (PIATTO; POLETTE, 2012; SOUZA, 2009).

No estado de São Paulo, a Região Metropolitana da Baixada Santista (formada pelos municípios de Bertioga, Cubatão, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente) caracteriza-se por ser altamente urbanizada e populosa, em virtude do crescimento econômico ligado às atividades industriais, portuárias e o turismo; o município de São Vicente enfrenta problemas com o crescimento urbano desordenado e especulação imobiliária, em áreas ambientalmente frágeis e de risco (MELLO et al., 2013).

No Ceará, as cidade litorâneas eram, em sua grande maioria, comunidades pesqueiras de pequeno porte, que se modificaram com a chegada do turismo, ocorridas em três momentos diferentes: o primeiro (1960 a 1980) caracterizou-se pelo descobrimento dos

“paraísos litorâneos” pelos veranistas da capital do Estado, que construíram a sua segunda residência; o segundo momento (1990 a 2000) foi marcado pelas instalações de equipamentos para a prestação de serviços turísticos financiados pelo governo Federal, marcados pela “deslitoralização” das populações em troca de pequenos empregos ou atividades comerciais (perda da identidade marítima); a terceira fase (a partir de 2001) é marcada pelo interesse do turista (nacional ou estrangeiro) em adquirir ou construir residência no local e prestar serviços turísticos. Assim a “turistificação” transformou e continua alterando o litoral cearense seja na paisagem como na cultura local (VASCONCELOS; CORIOLANO, 2008; CORIOLANO, 2008).

O uso das praias para o turismo deverá se constituir em um dos grandes desafios da gestão costeira no século XXI; a praia configurou-se nos últimos séculos como um dos ambientes naturais mais procurados pelos turistas em todo o mundo (SILVA et al., 2008). O modelo de ciclo de vida das destinações turísticas com seus estágios: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio ou rejuvenescimento, explicam por que algumas praias antes muito procuradas passam a não agradar os turistas no decorrer dos estágios de evolução do destino, principalmente por exceder a sua capacidade carga (IGNARRA, 2003).

A grande pressão da atividade turística sobre os ecossistemas é aumentada pela facilidade de acesso; na Bahia, o município de Porto Seguro registrou um aumento acelerado na ocupação nos últimos anos, associado às melhorias de acesso e a expansão das atividades turísticas; o aumento na procurada pelas praias vem provocando o declínio de algumas delas, em virtude da perda da qualidade cênica e ambiental (SILVA et al., 2008).

Em Balneário Camboriú o acesso à praia é também um dos principais fatores condicionantes do seu uso, pois as praias com os melhores acessos e facilidades tendem a ser as mais procuradas, ou seja, as condições de acesso ruins ou precárias passam a inibir a movimentação de banhistas (PIATTO; POLETTE, 2012).

2.5.2 Resíduos sólidos

O lixo marinho é outro problema enfrentado em diversas partes do mundo, considerado como qualquer resíduo sólido manufaturado e/ou processado, como plásticos, borracha, tecido e outros, que entra no ambiente marinho a partir de diversas fontes; as fontes dividem-se em marinha que incluem resíduos domésticos e industriais depositados diretamente no mar, resíduos de plataformas de óleo e gás e materiais utilizados na atividade pesqueira; as fontes terrestres compreendem o lixo proveniente da atividade turística, aterros,

esgotos domésticos e industriais, drenagem de rios e escoamento superficial; fontes gerais representam itens plásticos que podem vir tanto de fontes marinhas como terrestres (DIAS FILHO et al., 2011; NEVES et al., 2011; RIBIC; SHEAVLY; RUGG, 2011).

Alguns países no mundo realizam a técnica de amostragem para estimar a quantidade de lixo marinho que se acumula nas praias e avaliar o status da contaminação; nos Estados Unidos, foi realizado um trabalho de quantificação de plásticos existentes nos rios Los Angeles e San Gabriel no Estado da Califórnia, as amostras de água, resultaram em cerca de 2,3 milhões de plásticos e fragmentos, com peso total de 30 toneladas (MOORE, LATTIN; ZELLERS, 2011).

O Programa Nacional Norte-Americano de Monitoramento de Lixo Marinho realizou entre 1996-2003 um monitoramento e acumulação líquida em 344 amostragens (na região caribenha, leste e oeste do Golfo do México), os resultados das cargas de resíduos foram similares nas duas regiões amostradas, contudo, as composições dos resíduos nas praias norte-americanas do Caribe eram de fontes terrestres, enquanto que a região ocidental do Golfo do México de fontes marinhas (RIBIC; SHEAVLY; RUGG, 2011).

No Brasil, no Estado do Espírito Santo, a praia de Barreirinha situada na foz do rio Jacu e na costa sul do município de Vila Velha, apesar de não ser urbanizada, atrai no verão pescadores, turistas e surfistas, vem sofrendo com o lixo marinho depositado pelos visitantes e pelo rio Jacu, em que o plástico é o material mais encontrado ao longo da praia (NEVES et al., 2011). No Estado do Ceará, o lixo produzido na cidade de Fortaleza na década de 2000 pelos habitantes era da ordem de 4.000 toneladas por dia, acrescidas do lixo produzido pelos turistas nos períodos de férias escolares (janeiro e julho) (VASCONCELOS; CORIOLANO, 2008).

No Estado do Rio de Janeiro, estudos realizados durante os anos de 1999 a 2008 na Baía de Guanabara apontaram que o desenvolvimento acelerado dos centros urbanos no entorno da baía provocaram vários impactos ambientais nos últimos 100 anos; o despejo de esgoto não tratado, derrames acidentais de óleo, além de grande quantidade de lixo transportado através dos seus sistemas fluviais e marinhas associado à prática de limpeza do poder público, tem provocado o atual estágio de degradação ambiental da Baía e impróprias para banhistas nas praias existentes (BATISTA NETO; FONSECA, 2011).

2.5.3 Erosão costeira

Os estudos realizados pela União Geográfica Internacional (UGI) demonstram que 70% das costas sedimentares do mundo estão passando por erosão, enquanto 10% estão em

progradação e 20% estão estáveis, passando a ser tratada não só do ponto de vista do entendimento dos processos físicos, mas também sob um enfoque social (MEDEIROS et al., 2014; MORAIS et al., 2008; SOUZA, 2009).

Na Europa, processos de erosão costeira são observados em toda a sua linha de costa, relacionadas à intensa ocupação das zonas costeiras, a diminuição do carreamento de sedimentos pelos rios em consequência da construção de barragens, a artificialização da linha de costa ou a subida do nível médio das águas do mar; Portugal é um dos países Europeus onde o crescimento das áreas urbanas foi mais acelerado, como no litoral de Algarve onde os usos do solo para construção urbana e infraestrutura turística ocasionaram erosão costeira (PIATTO; POLETTE, 2012; PIRES; CRAVEIRO; ANTUNES, 2012).

O mesmo vem ocorrendo na a praia de Colwyn Bay, localizada na costa norte do país de Gales (Reino Unido), um balneário conhecido pelo seu valor histórico, econômico e turístico, que nos últimos anos, seus 3,5 km de linha de costa vêm sofrendo com a redução da área de praia por processo de erosão marinha, provocados por estruturas de defesa costeira e agitação marinha (OLIVEIRA et al., 2012).

No continente Africano, Moçambique é um país rico em praias rochosas, lodosas e arenosas, com 2.600 km de extensão; a atividade turística atrai anualmente milhares de turistas nacionais e internacionais, o que provocou nos últimos anos uma crescente instalação de infraestrutura turística como hotéis, restaurantes, bairros habitacionais, que juntos interferem na dinâmica das faixas litorâneas e avanço do mar; a zona costeira da capital Maputo (20 km de extensão) tem registrado há alguns anos elevados índices de erosão, provocados pela perda de areias, destruição de dunas e vegetação; a construção de esporões e muros nas praias para combater tal processo, em alguns casos tem agravado o fenômeno (HOGUANE, 2007; LANGA, 2007).

Na região sudeste do Brasil, a ocupação da orla entre a cidade do Rio de Janeiro e Cabo Frio no Estado do Rio de Janeiro (praias de Piratininga, Itaipuaçu, Barra de Maricá, Massambaba) vem sofrendo com processos de erosão da costa (MUEHE, 2011). O mesmo processo erosivo vem ocorrendo na praia das Tartarugas na cidade de Rio das Ostras (RJ) provocado principalmente pela urbanização do pós-praia⁴ e pela construção de uma barragem no rio São João, que provocou um déficit no fluxo sedimentar de areia na praia (CASTRO; FERNANDES; DIAS, 2011).

⁴ Faz parte da subdivisão da praia, na qual o pós-praia está limitado em direção ao mar pelo nível de maré alta (escarpa de praia) e, em direção ao continente, por dunas costeiras (SOUZA FILHO; EL-ROBRINI, 1996).

Na região nordeste, o Estado do Ceará sofre com uma tendência quase geral de avanço do mar; o Pontal do Maceió apresenta erosão da linha da costa provocada pela diminuição da vazão do rio Jaguaribe pós-construção do açude Castanhão e ocupação e urbanização das áreas de pós-praia (MORAIS et al., 2008). No litoral da Cidade de Fortaleza, a construção do porto de Mucuripe e a instalação de molhes de proteção, sem estudos adequados, contribuíram para o desaparecimento das praias por processos erosivos, onde a praia de Iracema é a mais afetada (VASCONCELOS; CORIOLANO, 2008). Na praia da Taíba (Litoral oeste do Ceará), município de São Gonçalo do Amarante, a erosão costeira vem destruindo o patrimônio público e privado causando queda no valor dos imóveis, ocasionando prejuízos às atividades socioeconômicas (MEDEIROS et al., 2014).

2.6 CARACTERÍSTICAS NATURAIS E SOCIOECONÔMICAS DAS PRAIAS OCEANICAS EM ESTUDO NA ZONA COSTEIRA PARAENSE

As praias arenosas em estudo pertencem aos municípios costeiros do Setor Atlântico do nordeste paraense (Quadro 2), estas passaram pelo mesmo processo de ocupação pré e colonial, receberam as mesmas políticas públicas, com diferenças no período republicano e regime militar. Compartilham dos mesmos problemas socioambientais e econômicos resultantes dos investimentos em políticas públicas de infraestrutura rodoviária, urbanização e turismo.

Quadro 2. Aspectos físicos e territoriais dos municípios e praias em estudo.

MESORREGIÃO DO NORDESTE PARAENSE			
Microrregião	Salgado		Bragantina
Município	Marapanim	Salinópolis	Bragança
Coordenadas Geográficas	00°42'42" S e 47°41'45" W Gr.	00°36'47" S e 47°21'30" W Gr.	01°03'15" S e 46°46'10" W Gr.
Área ⁵	795,987 km ²	237,738 Km ²	2.091, 930 km ²
População ⁶	27.368 hab.	39.078 hab.	121.528 hab.
Densidade ²	33,42 hab./Km ²	157,40 hab./Km ²	54,13 hab./Km ²
Economia ⁷	Baseada na oferta de serviços, agropecuária e indústria.		
Temp. Méd. Anual ⁴	27° C		
Precipitação Méd. Anual ⁴	2.700 mm	2.100 mm	2.501 mm
Praias em Estudo	Crispim	Atalaia	Ajuruteua
Rod. de acesso a praia/ Extensão (Km)/ Ano de conclusão ⁸	PA-318 8 Km 1991	PA-444 8 Km 1973	PA-458 36 Km 1983
Ano de incentivo a atividade turística e urbanização da praia	1991	1973	1987

⁵ IBGE 2015. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>

⁶ Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2015. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_tcu.shtm

⁷ Estatística Municipal: Marapanim, Salinópolis e Bragança. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças, 2014.

⁸ Secretaria de Estado de Transporte (SETRAN). Disponível em: <http://setran.pa.gov.br/>

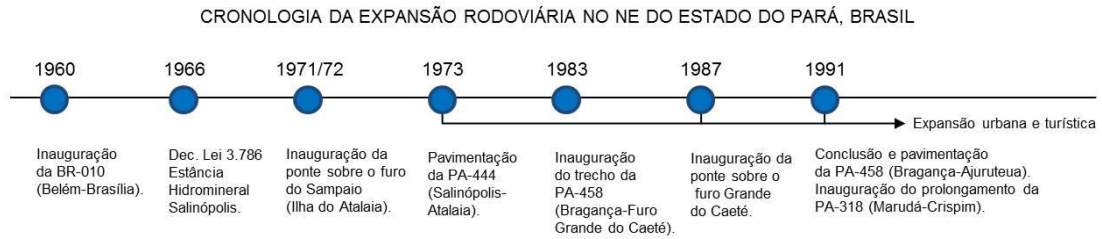
Em Marapanim, a praia do Crispim é considerada o principal patrimônio natural do município; dentre seus ecossistemas existentes, destacam-se o mangue e a restinga localizados adjacentes ao oceano; a praia possui o formato de arco com cerca de 6 km de extensão e 350 metros de largura de zona de intermaré; desde 1991, seu acesso passou a ser realizado por via rodoviária (PA-318) a partir do distrito de Marudá; nesse período inicia seu processo de urbanização, na qual, seus primeiros 400 metros no pós-praia foram construídos pousadas, bares, restaurantes e residências; o ambiente de praia, assim como as demais praias oceânicas do nordeste paraenses sofrem forte ação hidrodinâmica (ondas, correntes, marés), dominadas por macromarés de flutuações semidiurnas e, atmosféricos (ventos) (BASTOS, 1995; COSTA NETO et al., 2000).

Em Salinópolis, a ilha do Atalaia abriga as praias do Farol Velho e do Atalaia, está última possui aproximadamente 12 km de extensão, com uma zona de intermaré de 350 m de largura média, formada por areias finas e baixa declividade, com zona de surf composta de vários sistemas de cristas e calhas dispostos paralelamente a linha de costa; as ondas progressivas e deslizantes tem altura moderada de 1,5 a 2 m e períodos curtos de 14,1 s; os ventos são predominantemente alísios de NE, com velocidade média de 7,9 m/s (GREGÓRIO; MENDES; BUSMAN, 2011).

Em Bragança, a praia de Ajuruteua possui cerca de 2,5 km de extensão e 300 m de largura de zona de intermaré, apresenta forma de arco e está orientada na direção NW-SE, delimitada por dois canais de macromarés com deltas de maré vazante associados, representados pelo canal da Barca (SE) e do Chavascal (NW); dominada por macromarés de flutuações semidiurnas com amplitudes variando de 4 a 6 m; altura das ondas chega a atingir 1,2 m no período chuvoso e 1,0 m no período seco, durante períodos de marés equinociais; as amplitudes de marés associados aos ventos alísios de nordeste, influenciam na geração de ondas, tornando-as mais energéticas (BRAGA, 2007; BRAGA et al., 2007; MONTEIRO et al., 2009; PEREIRA et al., 2006; SILVA, 2002).

Considerando a abertura das estradas de acesso às praias do Atalaia (1973), Ajuruteua (1983) e Crispim (1991), como marco inicial do processo de uso e ocupação destes territórios para fins moradia, comercial e lazer (Figura 3) e, analisando através de uma relação sistêmica os aspectos ambientais, econômicos e sociais, os estudos de Almeida (1996), Bastos (1995), Bastos et al. (2011), Gomes et al. (2009), Gregório; Mendes; Busman (2011), Mendes; Silva; Santos (2011), Monteiro et al. (2009), Pereira et al. (2006), Quaresma; Campos (2006) e Souza Filho (2011), demonstram que cada ação positiva ou negativa em um deles afeta positiva ou negativamente sobre o outro.

Figura 3. Cronologia da expansão rodoviária do NE do Estado do Pará, Brasil.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas duas primeiras praias, o governo considerou os aspectos socioeconômicos, desconsiderou os ordenamentos jurídicos ambientais. Na última praia, já havia um órgão ambiental (IBAMA) que exigia licença e demais estudos para abertura de rodovias, no entanto não impediu que fossem gerados os mesmos problemas socioambientais e econômicos existentes nas outras praias, resultantes dos modelos de desenvolvimento socioeconômico do governo brasileiro a partir da década de 1960.

Ambos requerem análise das principais mudanças ocorridas nos aspectos ambientais, econômicos e sociais, análise do grau de desenvolvimento humano e de participação das populações locais nas políticas públicas. Os resultados auxiliaram nas políticas públicas em suas diferentes esferas, relacionados às áreas de habitação, saneamento (resíduos sólido, esgoto, água), saúde, educação, segurança, transporte, meio ambiente, economia, social, turismo e na gestão da orla marítima.

Assim, ao longo deste capítulo, buscou-se apresentar a partir do assunto central os principais temas norteadores desta tese, através de uma revisão bibliográfica, construindo uma linha do tempo a partir dos principais acontecimentos responsáveis pela formação sócio-espacial das áreas em estudo. Os temas são analisados de forma horizontal sem aprofundamento, trata-se de uma opção necessária para o entendimento desta tese.

A discussão percorre duas escalas, uma temporal, a partir da formação da zona costeira e seus processos de ocupação/urbanização, apesar de ter como marco temporal a década de 1960, com suas políticas públicas, pensamento e modelos de desenvolvimento socioeconômico. A outra é a geográfica com explicitação de casos semelhantes a nível mundial, regional e local. Nos capítulos a seguir, desenvolvidos no formato de artigo científico, serão analisados cada objetivo específicos desta tese. Suas estruturas e formatações seguem as normas de publicações de cada revista ao qual o capítulo foi submetido. Por estar neste formato exige mais objetividade no seu conteúdo, bem como, a necessidade de repetir algumas informações necessárias ao entendimento do leitor que tiver acesso ao artigo separadamente do restante desta tese.

CAPÍTULO 3 – MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS NA ZONA COSTEIRA PARAENSE RESULTANTES DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM EXPANSÃO RODOVIÁRIA, URBANIZAÇÃO E TURISMO, A PARTIR DE 1960

RESUMO

Na Zona Costeira Paraense, a partir da década 1960, alguns municípios costeiros passaram a possuir facilidades de acesso com a expansão das rodovias, seguidos de investimentos públicos para o desenvolvimento da urbanização e turismo. Este estudo objetivou analisar as principais mudanças socioeconômicas e ambientais resultantes dos investimentos públicos em expansão rodoviária, urbanização e turismo nas praias do Crispim (Marapanim), Atalaia (Salinópolis) e Ajuruteua (Bragança), a partir de 1960. O método contou com revisão bibliográfica, pesquisa survey para realização de entrevista e, análise dos dados. Os resultados indicaram que as principais mudanças foram: a perda da vegetação de restinga e dunas para a instalação de comércios e segundas residências (ambiental); substituição dos espaços de pesca para a urbanização (social) e, a substituição das atividades pesca tradicional para atividade turística (econômico). Conclui-se que a facilidade de acesso rodoviário ao espaço litorâneo, o incentivo a urbanização e ao desenvolvimento da atividade turística, ambos sem planejamento adequado no passado e na atualidade, contribuem para as situações problemáticas atuais, como a falta de serviços públicos (social), erosão costeira (ambiental) e, qualidade da prestação dos serviços de apoio atividade turística (econômico).

Palavras-Chave: Políticas públicas; Municípios costeiros; Praias.

SOCIO-ECONOMIC AND ENVIRONMENTAL CHANGES IN THE PARAENSE COASTAL AREA RESULTING FROM PUBLIC INVESTMENT IN ROAD EXPANSION, URBANIZATION AND TOURISM

ABSTRACT

In the Paraense Coastal Zone, beginning in the 1960s, some coastal municipalities began to have access facilities with the expansion of highways, followed by public investments for the development of urbanization and tourism. This study aimed to analyze the main socioeconomic and environmental changes resulting from public investments in road expansion, urbanization and tourism on the beaches of Crispim (Marapanim), Atalaia (Salinópolis) and Ajuruteua (Bragança), beginning in 1960. The method had a bibliographic

review, research survey for interview and data analysis. The results indicated that the main changes were: to the loss of salt marsh vegetation and dunes for the installation of trade and second residences (environmental); replacement of fishing grounds for urbanization (social) and the replacement of traditional fishing activities for tourism (economic). It is concluded that the easiness of road access to the coastal area, the incentive to urbanization and the development of tourism, both without adequate planning in the past and today, contribute to the current problematic situations, such as the lack of public services (social), coastal erosion (environmental), and quality of service provision to support tourist activity (economic).

Keyword: Public policies; Coastal municipalities; Beaches.

1. INTRODUÇÃO

A formação da organização sócio-espacial da zona costeira paraense inicia-se por volta de 5.000 anos antes do presente (AP), quando as características região (elevada produtividade, biodiversidade e disponibilidade de alimentos) permitiram a sedentarização de grupos humanos, formando ocupações relativamente densas localizadas às margens de rios, comprovados por sítios arqueológicos (sambaquis ou minas de sernambi) (FERREIRA PENNA, 1876; SOUZA FILHO et al., 2005).

No século XVII, estes grupos denominados de Tupinambás possuíam certa organização sócio-espacial e conhecimento acerca do ambiente costeiro para a sua reprodução social (caça, extrativismo, roça, pesca e produção de sal para a salga de peixe); neste período, a política colonial portuguesa, visando o seu progresso e o povoamento do litoral, promoveu a reorganização socioeconômica deste espaço (1645), com a inserção do trabalho indígena nas relações econômicas capitalistas (pesca, produção de sal, agrícola), além do trabalho político-militar de atalaia (guardar a costa litorânea dos invasores estrangeiros) e de praticagem da barra (capitanear as embarcações até o porto de Belém), gerando as primeiras mudanças nas relações socioambientais dos indígenas (FURTADO, 1981; COSTA NETO, 2001).

Do período colonial até a primeira metade do século XX, ocorreram às fundações dos principais núcleos populacionais, comunidades praianas e interioranas na zona costeira paraense; no entanto, por não receberem investimentos socioeconômicos que permitissem acompanhar o desenvolvimento dos mercados urbanos, principalmente durante o período da economia da borracha (1870-1912), continuaram exercendo atividades extrativistas e de agricultura de subsistência de herança indígena; somente algumas cidades litorâneas (Bragança e Salinópolis) passaram gradativamente por inovações (telégrafos sem fio, luz

elétrica, estradas e ferrovias) e, aquisição de produtos manufaturados (rádios, roupas, calçados e móveis), tais mudanças urbanísticas surgem como instrumentos de evolução social diante da formação socioeconômica capitalista no Brasil (FURTADO, 1978; BECKER, 2008; ALVES, 2014).

Na segunda metade do século XX, a Amazônia foi inserida no modelo desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960), através do investimento em políticas públicas no setor de transporte (criação da rodovia Belém-Brasília (BR-010)), tendo continuidade durante o regime militar (1964-1985), por meio de um sistema de planejamento centralizado nas decisões e metas econômicas, visando o desenvolvimento socioeconômico, integração nacional, colonização como parte integrante da reforma agrária e, a inserção da Amazônia na econômica nacional; destacando-se as políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico (Planos Nacionais de Desenvolvimento e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur/1966)) e, a expansão do setor transporte (Plano de Integração nacional (PIN)) (PINTO, 2007; AREND; FONSECA, 2012)

Na zona costeira paraense, o município de Salinópolis transforma-se em Estância Hidromineral (Decreto-Lei 3.786/66), passando a receber do Estado investimentos públicos em infraestruturas (transporte, energia, saneamento e lazer) e incentivo ao turismo, estabelecendo uma nova estrutura sócio-espacial; no final da década de 1960, inicia-se a urbanização da ilha do Atalaia, após a construção da estrada e da ponte de interligação sobre o rio Arapeté, sendo pavimentada em 1974 (ADRIÃO, 2006; RANIERI; EL-ROBRINI, 2015).

Seguindo o mesmo modelo de desenvolvimento socioeconômico, os políticos da cidade de Bragança almejando o aproveitando das potencialidades turísticas do seu litoral, planejaram a construção da estrada Bragança-Ajuruteua; em 1975, iniciou-se a construção da estrada como um prolongamento do projeto rodoviário da Pará-Maranhão⁹; em 1987, o poder público municipal visando promover a urbanização e aumentar o fluxo turístico na praia, incentivou a sua ocupação sem planejamento e instalação de infraestruturas de apoio à habitação e atividade turística, promovendo especulação imobiliária em detrimento dos ordenamentos jurídicos ambientais vigentes sobre o uso e ocupação das áreas de preservação permanente (APP) (PEREIRA et al., 2006; FERNANDES et al., 2008; ALVES, 2014).

Após o fim do período desenvolvimentista do regime militar, os investimentos em expansão rodoviária, urbanização e turismo continuaram na década de 1990. O governo do

⁹ Os 36 quilômetros da PA-458 foram concluídos em 4 etapas: Em 1983, conclusão do trecho até o furo Grande do rio Caeté; em 1984, a estrada chegou até a praia de Ajuruteua; em 1987, inauguração da ponte sobre o furo Grande e, em 1991, pavimentação e conclusão da rodovia.

Estado visando ampliar o fluxo turístico do município de Marapanim, que movimentava a economia local desde 1960 na praia do Marudá, inaugurou em 1991 a PA-318¹⁰ dando acesso à praia do Crispim, tornando-a o novo *point* dos veranistas no mês de julho, demandando serviços turísticos, especulação imobiliária e urbanização (COSTA NETO; BASTOS; LOBATO, 1996; FURTADO et al., 2006).

As três praias em estudo já foram analisadas em diferentes estudos nos últimos anos por Costa Neto et al. (2000), Adrião (2006), Furtado et al. (2006); Pereira et al. (2006); Quaresma & Campos (2006); Gomes et al. (2009); Monteiro et al. (2009); Gregório; Mendes; Busman (2011), Mendes; Silva; Santos (2011), Souza Filho (2011); Ranieri; El-Robrini (2015; 2016), analisando diferentes variáveis dos aspectos socioeconômicos e ambientais, de forma isolada ou combinada, buscando suprir as lacunas existentes em cada uma delas.

Este estudo contribuirá para analisar a problemática em torno do modelo de desenvolvimento socioeconômico adotada para a zona costeira paraense, baseado no tripé de investimentos públicos nas áreas de transporte, urbanização e turismo. Através de uma análise não fragmentada da ação e reação de tais investimentos nos aspectos ambientais, econômicos e sociais, de forma sistemática e integrada. Este estudo objetivou analisar as principais mudanças socioeconômicas e ambientais resultantes dos investimentos públicos em expansão rodoviária, urbanização e atividade turística nas praias do Crispim (Marapanim), Atalaia (Salinópolis) e Ajuruteua (Bragança), a partir de 1960.

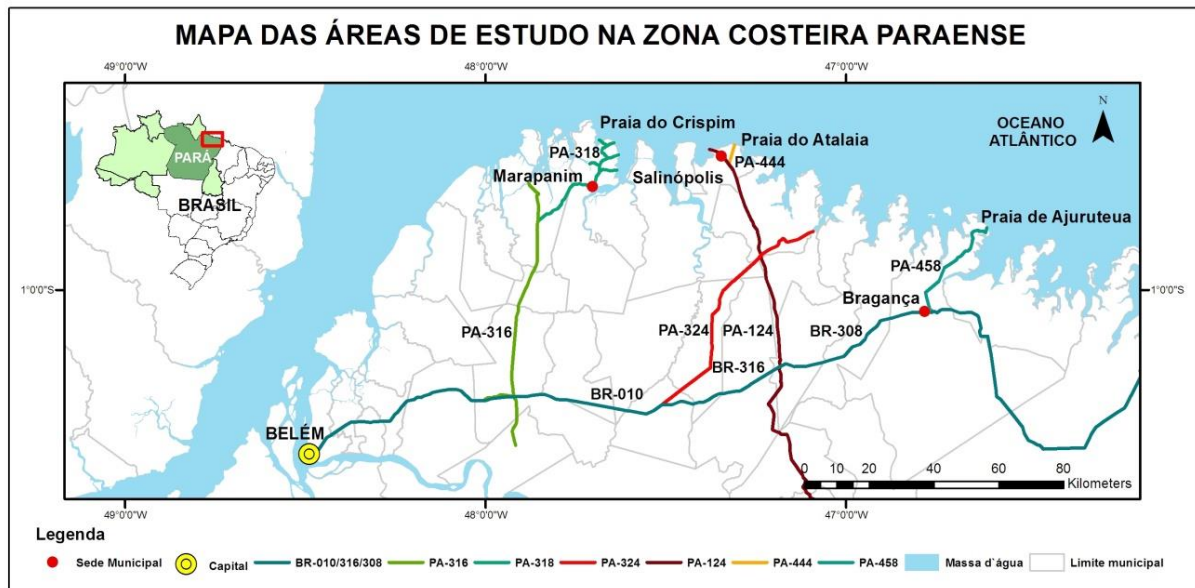
2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Área de estudo

O estudo foi desenvolvido na praia do Crispim localizada no município de Marapanim (00°37'06"S, 00°34'42"S e 47°40'24"W, 47°38'00"W) com 6 km de extensão; na praia do Atalaia no município de Salinópolis (00°35'22"S, 00°38'43"S e 47°15'47"W e 47°21'12"W) com cerca de 6 km de extensão e, na praia de Ajuruteua no município de Bragança (0°48'56"S, 0°50'07"S e 46°36'58"W, 46°36'04"W) com 2,5 km de extensão (COSTA NETO et al., 2000; BRAGA et al., 2007; RANIERI; EL-ROBRINI, 2015). A localização das áreas podem ser vistas na Figura 1.

¹⁰ Construída sobre uma antiga estrada de acesso às vilas de Bacuriteua, Camará e a praia do Crispim, cortando áreas de mata, campos de dunas, mangue e sítios arqueológicos. Até o final da década de 1980, residiam apenas na praia cerca de 2 ranchos de pescadores e 2 residências (Informação oral).

Figura 1. Localização das áreas de estudo na Zona Costeira do Estado do Pará, Brasil.



Fonte: Elaborado pelos autores.

2.2 Etapas da pesquisa

As etapas para o desenvolvimento desta pesquisa, contou com a realização da fundamentação teórica e a descrição dos fatos históricos, que embasaram o desenvolvimento da abordagem científica conforme ponderam alguns autores (LAKATOS; MARCON, 2007). Esta etapa foi construída com base na revisão bibliográfica dos seguintes temas: ocupação pré-colonial e colonial da zona costeira paraense, políticas públicas do período colonial até a fase desenvolvimentista/militarista, neste optou-se por analisar os investimentos públicos nas áreas de transporte, urbanização e turismo, por terem contribuído como vetores do desenvolvimento socioeconômico da zona costeira paraense.

Após aprofundar o conhecimento sobre o tema abordado, optou-se pela seleção das áreas de estudo, com base no diagnóstico para avaliação e ações prioritárias para conservação da biodiversidade da Zona Costeira e Marinha Amazônica (MMA, 1999), na qual foram citadas como as principais áreas de riscos na costa Atlântica paraense, resultantes dos processos de expansão rodoviária e ocupação urbana: a praia de Ajuruteua (Bragança); a praia do Atalaia (Salinópolis) e, a praia do Crispim (Marapanim).

Na terceira etapa, após a realização da revisão bibliográfica e seleção das áreas de pesquisa, foram realizadas visitas *in loco* e pesquisa *survey* em julho de 2013 e maio e junho de 2015, com caráter exploratório e descritivo (FURTADO; SILVEIRA; SANTANA, 2012), buscando atender a necessidade de se identificar as principais mudanças ocorridas nos aspectos socioeconômicos e ambientais, provocados pelos investimentos públicos nas áreas do transporte, urbanização e turismo.

As entrevistas foram realizadas um total amostral de 115, divididos em 40 na praia do Atalaia (15 moradores e 25 empresários), 35 na praia do Crispim (29 moradores e 17 empresários) e 40 na praia de Ajuruteua (15 moradores e 25 empresários). O formulário de entrevista apresentou as seguintes questões: o período de aquisição do espaço em uso; a forma de aquisição do espaço em uso; o ambiente existente na aquisição; áreas evitadas durante a aquisição; o trabalho empregado na área após aquisição; orientação técnica ou fiscalização ambiental por parte dos órgãos competentes durante o processo de aquisição; a principal motivação para aquisição do espaço em uso; as dificuldades enfrentadas após a aquisição do espaço em uso; principal dificuldade enfrentada pelo visitante e, o nível de acessibilidade ao ambiente de praia (via rodoviária).

As questões foram definidas buscando atender uma abordagem quantitativa, em virtude da complexidade e subjetividade do objeto de estudo. Foram entrevistados somente os moradores permanentes e temporários com comércio e residência fixa. Nenhum momento entrevistou-se os frequentadores da praia (visitantes), suas opiniões quanto às dificuldades enfrentadas durante a sua permanência na praia foram informadas pelos empresários e moradores locais, por ouvirem e conhecerem as suas reclamações. Na última etapa, os dados obtidos foram tabulados em planilha Excel e demonstrados na forma quantitativa (tabela).

3. RESULTADOS

Os resultados das entrevistas com os proprietários dos estabelecimentos comerciais e residenciais nas três áreas de estudo, referente ao processo de ocupação e suas implicações socioeconômicas e ambientais, podem ser visualizados na tabela 1.

Tabela 1. Processo de ocupação e suas implicações atuais nas praias do Crispim, Atalaia e Ajuruteua, Estado do Pará, Brasil.

Assuntos	Crispim	Atalaia	Ajuruteua	%
1) Período de aquisição do espaço em uso:				
Década 1960	0	1	0	0,9%
Década 1970	0	6	3	7,8%
Década 1980	3	3	13	16,5%
Década 1990	7	11	11	25,2%
Década 2000	19	13	11	37,4%
Década 2010	6	6	2	12,2%
2) Forma de aquisição do espaço em uso:				
Cedido	1	0	1	1,7%
Doado	3	1	1	4,3%
Ocupado	9	16	22	40,9%
Comprado	19	21	14	47,0%
Alugado	3	2	2	6,1%
3) Ambiente existente na aquisição:				
Cordões arenosos (dunas frontais a praia)	0	5	1	5,2%
Dunas	5	6	14	21,7%
Campo entre dunas (áreas baixas entre as dunas)	19	29	23	61,8%
Mata de restinga	0	0	0	0%

Mangue	11	0	2	11,3%
4) Áreas evitadas durante a aquisição:				
Cordões arenosos	1	0	8	7,8%
Dunas	13	34	17	55,6%
Campos entre dunas	2	6	12	17,4%
Mata de restinga	1	0	0	0,9%
Mangue	18	0	3	18,3%
5) Trabalho empregado na área após aquisição:				
Retirada das dunas	0	1	1	1,7%
Limpeza	30	39	39	94,0%
Aterramento	0	0	0	0%
Desmatamento	5	0	0	4,3%
Queimada	0	0	0	0%
6) Orientação técnica ou fiscalização ambiental por parte dos órgãos competentes durante o processo de aquisição:				
Ausente	31	34	39	90,5%
Parcial	2	2	1	4,3%
Integral	2	4	0	5,2%
7) Principal motivação de aquisição do espaço em uso:				
Residência	4	4	11	16,50%
2° Residência (casas de veraneio)	19	0	1	17,40%
Comércio/Serviços (alimentação, bebidas e hospedagem)	12	36	28	66,10%
Venda do imóvel	0	0	0	0%
Extrativismo animal (pesca/ captura mariscos e crustáceos)	0	0	0	0%
8) Principal dificuldade enfrentada após a aquisição do espaço em uso:				
Ausência de serviços públicos (Saneamento, segurança, saúde)	34	30	19	72,30%
Acessibilidade (meios de acesso a faixa de areia e banho)	1	2	5	6,90%
Especulação imobiliária	0	0	0	0%
Erosão costeira	0	6	14	17,40%
Baixo fluxo de visitantes	0	2	0	1,70%
Não informou	0	0	2	1,70%
9) Principal dificuldade enfrentada pelo visitante:				
Acessibilidade (transportes públicos e privados, vias de acesso, acessibilidade a portadores de deficiência física, idosos e gestantes)	2	3	11	13,90%
Segurança	1	3	1	4,30%
Oferta de serviços (públicos e privados)	13	5	13	27,00%
Prestação de serviços (alimentação, bebidas, preço)	19	29	12	52,20%
Hospitalidade (tratamento dado ao visitante)	0	0	3	2,60%
10) Nível de acessibilidade ao ambiente de praia (via rodoviária):				
Péssimo	0	4	18	19,10%
Ruim	0	1	3	3,50%
Regular	5	12	17	29,60%
Bom	18	19	1	33,00%
Ótimo	12	4	1	14,80%

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Os resultados das questões enumeradas de 1 a 7 na tabela correspondem a fatos históricos apresentados em outros trabalhos, que auxiliam no entendimento da formação sócio-espacial das áreas em estudo. Ao analisar o período, a forma, e a motivação da ocupação é possível relacionar com algumas mudanças ocorridas durante o início deste processo e, as que são percebidas na atualidade, pois os resultados apresentam certa correlação entre as variáveis analisadas.

O período de aquisição do espaço em uso possui relação com o período no qual tais espaços passaram a receber investimentos públicos e privados, assim foram identificados residentes desde a década de 1960 na praia do Atalaia, período que iniciou o seu processo de urbanização. No entanto, a década de 2000 representou o período com maior número de aquisição de espaço nos três ambientes de praia. Esse período reflete os investimentos do Estado no fomento da atividade turística na região, motivando o processo de venda dos imóveis, constatados pela forma de aquisição do espaço em uso, na qual a 47,0% dos entrevistados informaram ter comprado, seguido de ocupado (40,9%), contrapondo com uma minoria em que aquisição do espaço foi cedida (1,7%).

Durante as visitas *in loco* na ilha do Atalaia, os moradores residentes desde a década de 1960, informaram que a mesma era habitada e utilizada por pescadores artesanais e, frequentada por pequenos grupos de visitantes. No entanto, os empresários Modesto da Encarnação Rodrigues e João Felício Abrahão iniciaram investimentos na ilha (criação de gado e o plantio de coco). A partir da transformação sócio-espacial que passava o município após a implantação da Estância Hidromineral e, o incentivo ao turismo, os empresários almejavam transformar as praias da ilha em balneário (informação verbal)¹¹.

Os empresários solicitaram ao ministro do Trabalho e Previdência Social Jarbas Passarinho o título das terras do Atalaia. Após a obtenção do mesmo, deram início a urbanização através da venda lotes, abertura da estrada Salinas-Atalaia (atual PA-444), construção da ponte do Sampaio sobre o rio Arapepó, pavimentação asfáltica (1974). A multinacional Coca-Cola visando expandir seu mercado na região, construiu 25 barracas na praia do Atalaia e sorteou entre os moradores da cidade. Na década de 1980, foram abertas as ruas transversais e paralelas a PA-444, bem como a instalação de energia elétrica (informação verbal)¹².

Quanto ao ambiente existente durante aquisição, 61,8% informaram que eram áreas baixas entre as dunas (campos entre dunas), evitando ocupar as áreas sobre as dunas. 94,0% utilizaram a limpeza da área, seguido do desmatamento (4,3%) e retirada das dunas (uso de tratores para nivelamento da área) (1,7%). A principal motivação da aquisição do espaço refere-se à implantação de comércios e oferta de serviço (66,1%), caracterizando uma mudança na troca das atividades de pesca pela oferta de produtos e serviços para atividade turística, seguido de 2º residência (17,4%) e residência permanente (16,5%).

¹¹ Informação oral obtida dos moradores da ilha do Atalaia durante a pesquisa *survey* (2015).

¹² (ibidem).

Estes resultados demonstram que as políticas de infraestrutura rodoviária, urbanísticas e de fomento atividade turística, desrespeitaram os ordenamentos jurídicos ambientais, por permitir a compra e ocupação de lotes em APP (cordões arenosos, dunas e campos entre dunas) e, por ausentar-se na prestação de orientação técnica (90,5%) ou estabelecimento de normas para uso e ocupação, bem como, a realização da fiscalização e das devidas penalidades às pessoas físicas e jurídicas que infringissem tais normas, como o desmatamento da vegetação de restinga e mangue e, retirada de dunas.

Essa ausência da esfera pública demonstra o grau da sua participação com os residentes temporários, permanentes e visitantes. O Estado incentivou a urbanização de tais espaços, investiu em infraestrutura rodoviária e no fomento da atividade turística como vetores para desenvolvimento socioeconômico da região. No entanto, a presença do mesmo é percebida somente em períodos específicos do ano (férias escolares e feriados prolongados) determinados pelo fluxo turístico, quando ocorrem pequenas obras e limpeza das vias públicas, aumento no efetivo de transporte público e segurança.

Os resultados das questões de 8 a 10 permitem sinalizar a situação atual da população nas três áreas em estudo. Na qual, as principais dificuldades enfrentadas pela população permanente e temporária referem-se ausência de serviços públicos (água encanada, coleta de lixo, transporte público) (72,3%) e erosão costeira (17,4%). Enquanto para os visitantes, segundo os próprios moradores, as principais dificuldades enfrentadas referem-se a prestação (52,2%) e oferta de serviços públicos e privados (27%), relacionados à qualidade e preço dos alimentos em oferta, ausência de banheiros públicos, condições do transporte e o nível de acesso das rodovias até os ambientes de praia, que tem correlação com a manutenção feita pelo Estado. Nas praias do Crispim e Atalaia o acesso por via rodoviária foi considerado bom, enquanto, em Ajuruteua foi considerado péssimo pelo seu estado de conservação.

Quanto as principais mudanças, a ocupação desordenada de moradias e estabelecimentos comerciais contribuíram para a perda da cobertura vegetal, campos de dunas e, mudanças no perfil de praia, percebidos na atualidade através da erosão costeira. Somam-se as primeiras mudanças ambientais, o impacto resultante da ausência do Estado na oferta das infraestruturas urbanas básicas como o saneamento, que motivaram a abertura de poços, fossas sépticas e, lançamento de água servida e resíduos sólidos sem tratamento, que provocaram poluição e contaminação do lençol freático e do solo.

A ausência do planejamento turístico pelo Estado, em suas diferentes esferas, contribuiu na atualidade para a oferta de serviços (públicos e privados) e prestação de serviços (alimentação, bebidas, atendimento, preço, etc.), que não contribuem para o desenvolvimento

da atividade turística, gerando a insatisfação dos usuários e da população local. Na qual, estes contribuem para a principal mudança nos aspectos econômicos, ao substituírem suas atividades da pesca tradicional pela atividade turística.

4. DISCUSSÃO

Os investimentos públicos em expansão e interligação rodoviária na região Norte durante o regime político militar, segundo Oliveira Neto (2013), visavam à estruturação e a inserção da região Amazônica na economia nacional, além de promover a integração nacional (princípios da geopolítica), permitindo a circulação de mercadorias e da sociedade civil, impulsionando a urbanização por meio da colonização como parte das políticas de reforma agrária.

Historicamente, o transporte de pessoas e de carga tem sido altamente relevante para o desenvolvimento econômico e social, refletindo diretamente a evolução de como a sociedade está organizada, culminando nas formas atuais de organizações demográficas urbanas (NEUENFELDT JÚNIOR; SILUK; PARIS, 2016). O nível de acesso é um condicionante do uso e ocupação, por facilitar o acesso maior do fluxo de pessoas, moradias e atividades econômicas, sendo considerado um dos fatores motivadores para o aumento da pressão antrópica sobre os ecossistemas (SILVA et al., 2008; PIATTO; POLETTE, 2012). Atualmente, a mobilidade está cada vez mais presente nas políticas e estratégias territoriais e urbanas, pois impactam significativamente na vida das pessoas (MELLO; PORTUGAL, 2017).

Para CHAKRAVARTY et al. (2012), a conversão da floresta para o desenvolvimento urbano através do desmatamento é uma ação preocupante nos países em desenvolvimento, em virtude da diminuição das florestas tropicais, perda da biodiversidade e aumento do efeito estufa. ZENG et al. (2016), afirma que nas décadas passadas ocorreu uma expansão urbana generalizada nos países em desenvolvimento, ocupações humanas e rodovias espalharam-se rapidamente, promovendo enorme pressão sobre os ecossistemas.

Na década de 1960, durante o processo de urbanização do Brasil, o Código Florestal (Lei nº 4.771/65) determinava as florestas e demais formas de vegetação natural situadas em restingas, como APP, sendo reiteradas pela Política Nacional de Meio Ambiente (1981) e pela Resolução nº 004 do CONAMA (1985); os manguezais e a vegetação que protegem as dunas, não podem sofrer qualquer tipo de degradação ou retirada, que afete seu equilíbrio ecológico (SIRVINSKAS, 2006; SCHERER; SANCHES; NEGREIROS, 2009). No entanto, áreas costeiras sofreram urbanização, provocando mudanças no litoral dos Estados de Alagoas,

Ceará, Pará, Paraná, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (SAMPAIO, 2006; ARAÚJO et al., 2007; MORAIS et al., 2008; SOUZA, 2009; PEREIRA, 2011; MELLO et al., 2013).

O processo de ocupação urbana é um dos principais fatores de mudanças da orla marítima mundial; na Europa, a conjugação dos grandes ciclos migratórios na década de 1960 com a popularização de uma cultura recreativa balnear moderna, gerou condições para um processo acelerado de ocupação intensiva do litoral do Algarve em Portugal; nas décadas seguintes intensificaram-se desordenadamente as infraestruturas de apoio, desqualificando a oferta e alterando significativamente a paisagem (PIRES et al., 2012; SCHMIDT et al., 2012).

No litoral Norte e Nordeste do Brasil, assim como a cidade de Salinópolis no Pará, as cidades litorâneas do Ceará sofreram o mesmo processo de urbanização a partir da década de 1960, com a chegada do turismo nas comunidades pesqueiras de pequeno porte, que motivaram os veranistas da capital do Estado a construíram suas segundas residências, demandando do governo nas décadas seguintes a instalações de equipamentos para a prestação de serviços turísticos, ambos gerando a “deslitoralização” das populações em troca de pequenos empregos ou atividades comerciais (VASCONCELOS; CORIOLANO, 2008; CORIOLANO, 2008).

No litoral paraense ao serem permitidas obras públicas (infraestrutura rodoviária e eletrificação, por exemplo) e privadas em APP sem qualquer tipo de zoneamento de uso e parcelamento do solo, ocasionaram inúmeras obras irregulares, do ponto de vista ambiental e urbanístico. Para Alves (2014), ao contrario do discurso sobre os benefícios do desenvolvimento socioeconômico a partir da atividade turística na praia de Ajuruteua, a real intenção da abertura da estrada pela elite política bragantina era transformar a praia em um espaço de especulação imobiliária.

Nas três áreas em estudo, a urbanização ocorreu sem a implantação do serviço público de saneamento básico (abastecimento, coleta e tratamento de água, esgoto e resíduos sólidos), que ao longo dos anos tem contribuído para provocar mudanças e degradação dos aspectos ambientais relacionados à poluição e contaminação dos lençóis freáticos, cursos d'água, mar e, solo. Para Rosa; Díaz-Becerra; Lunkes (2016), além dos impactos ao meio ambiente, a ausência de planos e políticas públicas (prevenção da poluição, planejamento dos recursos naturais, saneamento básico, tratamento e disposição de resíduos, ordenamento urbano e uso de água potável), acarretam problemas para a saúde humana, ordenamento territorial e contexto econômico, gerando problemas ambientais em reflexo ao aumento

demográfico e ao uso indiscriminado dos recursos naturais, que além de alterar o meio ambiente intensifica a emissão de resíduos.

Segundo Marques et al. (2012), o crescimento populacional urbano e o rápido aumento dos resíduos sólidos e a sua eliminação inadequada tem levado à contaminação do solo, ar e águas superficiais e subterrâneas, alterando suas características físicas, químicas e biológicas, colocando em risco a saúde humana, visto que a concentração espacial de resíduos sólidos reduz o potencial que os ambientes têm para assimilar contaminantes, resultando na contaminação ambiental, que em altos níveis afeta negativamente a saúde humana, fauna e flora local.

Martins et al. (2015), cita que segundo a estimativa do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS) da população urbana do Brasil para o ano de 2012, 82,7% tinham acesso ao serviço de abastecimento de água e, 48,3% tinham acesso ao serviço de coleta de esgoto; da população urbana, 10 milhões (6,2%) não tinham acesso aos serviços de coleta de esgoto e, 74.800 (0,05%) não tinham acesso ao serviço abastecimento de água; a região Norte do país apresentou o pior desempenho, na qual 68,6% da população urbana tinham acesso ao serviço de abastecimento de água e apenas 11,9% tinha acesso à coleta de esgoto.

Segundo Souza; Santos (2016), os dados do SNIS para o ano de 2013, demonstraram que a Região Norte do país também apresentava a menor proporção de municípios com coleta de esgoto (13,3%), enquanto 93,0% da população urbana do país eram atendidos por rede de abastecimento de água e, 56,3% por coleta de esgoto; no entanto, 60% do esgoto doméstico eram lançados “*in natura*” nos corpos d'água e os outros quase 40% passavam algum tipo de tratamento, numa tentativa de enquadramento às legislações federal e/ou estadual.

Outra situação que ameaça não só os aspectos ambientais, mas os aspectos socioeconômicos, também está relacionado com o processo de urbanização, quando a instalação das edificações não consideraram o equilíbrio morfológico da costa e as características fisiográficas, contribuíram para acelerar os processos naturais erosivos. Para Lira et al. (2016), em costa arenosas, são esperados que ocorram mudanças na posição do litoral (erosão ou acresção) em resposta a variações no nível do mar, balanço de sedimentos e condições hidrodinâmicas. Segundo Pires; Craveiro; Antunes. (2012), a artificialização da zona costeira, por adensamento de ocupações urbanas e infraestruturas, provocam o desequilíbrio do meio físico. Parizzi (2014), afirma que a busca pelo reequilíbrio nem sempre é favorável à presença humana, provocando acidentes e desastres por erosão costeira.

Desse embate entre as ações naturais e atividades antrópicas na linha de costa, a erosão costeira tornou-se um fenômeno global (MEDEIROS et al., 2014). Na Europa, processos de erosão costeira são observados em toda a sua linha de costa, demandando obras de proteção costeira dos mais variados tipos e funções. Em Portugal, estudos realizados por Roebeling; Coelho; Reis (2011), Almeida (2014), Maia; Bernardes; Alves, (2015) no litoral Centro português demonstraram que as obras tem contribuído para mitigar os impactos causados pela erosão sobre as edificações e dunas frontais, apesar de exigirem grandes custos de investimentos e manutenção.

No Reino Unido, para solucionar o déficit sedimentar e a erosão costeira na praia de Colwyn Bay (costa norte do país de Gales) foi necessário à realimentação artificial da praia com sedimentos (OLIVEIRA et al., 2012). No continente Africano, no litoral da cidade de Maputo (Moçambique), para os trechos mais críticos foram instaladas várias estruturas longitudinais aderentes de proteção da ação do mar, além da alimentação artificial de sedimentos na praia, para a reabilitação de dunas (HOGUANE, 2007; LANGA et al., 2007)

No Brasil, segundo Neves; Muehe (2008) cerca de 35% da costa esta sob efeito erosivo, intensificados por obras de proteção costeira de forma emergencial, sem critérios técnicos de engenharia, como os que ocorreram nas orlas de Fortaleza (CE), Olinda (PE), Conceição da Barra (ES), Martinhos (PR), comprometendo as atividades de turismo, lazer e moradia. Para Pereira; Coelho (2013), as estruturas estáticas, rígidas, inseridas num meio dinâmico promovem consequências para o traço do litoral em que são implantadas.

No entanto, os estudos e análises de Tabajara; Weschenfelder (2011), Almeida (2014) e Gutiérrez et al. (2015), demonstraram que o uso da técnica de paliçadas (baixo custo) tem auxiliado na recuperação do campo de dunas, que funcionam como barreira natural de proteção da ação do mar. Assim como o uso de estruturas de geossintéticos (sacos e tubos) para a proteção, construção de dunas artificiais e estabilização de praias, abordados nos trabalhos de Oh; Shin (2006), Saathoff et al. (2007), Koffler et al. (2008) e Corbella; Stretch (2012).

No Pará, ausência de qualquer obra ou técnica de proteção costeira tem agravado o avanço do mar sobre o continente. Em 2015, marés de sizíguas na praia de Ajuruteua provocaram destruição das edificações construídas na orla marítima (ALMEIDA, 2015). Os processos erosivos na planície costeira de Bragança ocorrem e afetam as populações desde a década de 1970, quando os moradores da Vila do Chavascal foram forçados a migrar para a

praia de Ajuruteua (Campo do meio), por terem perdidos suas moradias com o avanço do mar (informação verbal)¹³.

Segundo Souza Filho (2011), os processos erosivos na praia de Ajuruteua no início da década de 2000, promoveram a perda de ruas, residências e estabelecimentos comerciais. No mesmo período (2000), na praia do Crispim cerca de 18 edificações foram destruídas e danificadas parcialmente nas marés de sizíguas, passando a ser considerada área de risco para ocupação (setor oeste) (informação verbal)¹⁴. No Atalaia o avanço do mar sobre as mansões e barracas, está forçando os proprietários de imóveis a reconstruírem a cada ano suas construções (RANIERI; EL-ROBRINI, 2015).

Após os investimentos em acessibilidade até os ambientes de praia, a atividade turística assim como a urbanização deveria ter recebido planejamento adequado do poder público, visando evitar e mitigar as situações problemáticas atuais nas praias arenosas no litoral paraense. Para Pereira (2015), a ascensão dos valores industriais da civilização ocidental redefiniu a percepção da praia de um território vazio para um espaço social potencial à urbanização, atendendo às necessidades de lazer e bem-estar; assim a sociedade urbana passou a tratar a praia como um espaço privilegiado para estadia temporária de lazer, a exemplo da praia de Brighton (Inglaterra), que no século XIX foi à primeira praia urbanizada moderna formada a partir da procura da elite britânica, que passou a servir de modelo para a reinvenção do uso urbano das zonas costeiras do Mediterrâneo e da Flórida (USA).

Para as praias arenosas em questão, o cenário atual poderia ter sido diferente caso houvesse compatibilização da urbanização e atividade turística balnear numa gestão integrada. Segundo Cristiano et al. (2016), a falta de planejamento associado à proliferação de áreas balneares criaram uma ocupação inadequada do litoral brasileiro, com sérios prejuízos ambientais. Para Botero; Hurtado (2009), as principais variáveis do gerenciamento de praias são: a capacidade de carga, a percepção ambiental dos usuários (lixo, qualidade da água e infraestrutura de lazer, etc.), a classificação do tipo de praia, as funções da praia (uso recreativo, proteção da costa e reservatório ecológico), o ambiente externo (ciclos naturais, estrutura legal, política e, as atividades econômicas); desse modo, um gerenciamento costeiro integrado, que objetiva o desenvolvimento sustentável, garantiria a integridade dos ecossistemas, a equidade social e a eficiência econômica da atividade turística.

Caso o poder público, o setor privado e a comunidade local não reúnam seus esforços na tentativa de mitigar tais mudanças nas praias do Crispim, Atalaia e Ajuruteua, estas podem

¹³ (ibidem)

¹⁴ (ibidem)

se intensificar, conforme os exemplos mencionados nos estudos de MMA (2002), Quaresma; Campos, (2006), Adrião (2008), Sousa; Carvalho; Pinheiro (2008), Vasconcelos; Coriolano, (2008), Souza (2009), Gregório; Mendes; Busman (2011), Mendes; Silva; Santos (2011), conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1: As principais mudanças que podem se intensificar nas praias do Crispim, Atalaia e Ajuruteua, Estado do Pará, Brasil.

ASPECTO	PRINCIPAIS MUDANÇAS A SEREM INTENSIFICADAS
Ambiental	a) perda da cobertura vegetal; b) ocupação desordenada das APP (restinga e mangue); c) acúmulo de lixo em APP; d) contaminação do lençol freático (fossas, águas servidas e intrusão salina) e, i) erosão costeira e avanço do mar.
Social	a) carência de mão de obra qualificada; b) necessidade de infraestrutura básica e serviço público adequado; c) desagregação da organização local; d) aumento no consumo de drogas e, e) violência e exploração sexual comercial infanto-juvenil.
Econômico	a) aumento do gasto público com obras de recuperação de áreas degradadas; b) perda do valor paisagístico e imobiliário e, c) prejuízos nas atividades socioeconômicas.

As mudanças nos aspectos ambientais como a perda de vegetação de restinga e dunas, deverão continuar em virtude da erosão costeira que motivara a ocupação de áreas mais afastadas da praia. Assim como nos aspectos socioeconômicos, em que a perda dos espaços e recursos pesqueiros resultou na contaminação das águas fluvio-marítimas e mudanças no perfil de praia. A intensificação dessas mudanças precisam ser consideradas, caso deseje-se um cenário futuro diferente para qual se caminha a realidade.

5. CONCLUSÕES

Os hábitos culturais e as técnicas de manejo de herança indígena transmitida às gerações posteriores pelos povos ocupantes deste território não alteraram radicalmente os ecossistemas, da qual depende a sociedade e as atividades econômicas. No entanto, a partir da segunda metade do século XX, passaram a sofrer diferentes formas de intervenção em seu meio, associados às políticas públicas desenvolvimentistas e seus investimentos em infraestrutura rodoviária, urbanização e atividade turística, na qual a principal mudança no aspecto ambiental foi a perda da vegetação de restinga e dunas para a instalação de comércios e segundas residências, no social foi à substituição dos espaços de pesca para a urbanização e, no econômico foi à substituição das atividades pesca tradicional para atividade turística.

Conclui-se que a facilidade de acesso rodoviário ao espaço litorâneo, o incentivo a urbanização e ao desenvolvimento da atividade turística, ambos sem planejamento adequado no passado e na atualidade, contribuíram para as situações problemáticas atuais, como a falta de serviços públicos (social), erosão costeira (ambiental), e qualidade da prestação dos serviços de apoio atividade turística (econômico). Para minimizar essas mudanças, as políticas públicas devem direcionar suas ações nas áreas de meio ambiente, infraestrutura urbana,

transportes e turismo, com base em estudos técnicos, ações emergenciais mitigadoras, normatização e fiscalização do uso e ocupação do espaço, através de um gerenciamento costeiro integrado entre o poder público, setor privado e comunidade local.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de doutorado.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, D. Pescadores de Sonhos: um olhar sobre as mudanças nas relações de trabalho e na organização social entre as famílias dos pescadores diante do veraneio e do turismo balnear em Salinópolis, Pará. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Sér. Ciênc. Hum.**, 1(2), 11-21, 2006.
- ALMEIDA, A.C. Dinâmicas dunares no litoral centro de Portugal. In: CUNHA, L.; JACINTO, R. (Org.). **Paisagens e dinâmicas territoriais em Portugal e no Brasil**. p.191-204, 2014.
- ALMEIDA, A.F. Amazônia atlântica: mudanças e impactos nas praias oceânicas paraenses. In: VIEIRA, I.C.G., JARDIM, M.A.G.; ROCHA, E.J.P. **Amazônia em Tempo: estudos climáticos e socioambientais**. Série Amazônia em Tempo. Belém: UFPA, MPEG, EMBRAPA - Amazônia Oriental, p. 337-355, 2015.
- ARAÚJO, M.C.B.; SOUZA, S.T.; CHAGAS, A.C.O.; BARBOSA, S.C.T.; COSTA, M.F. Análise da ocupação urbana das praias de Pernambuco, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 7(2), 97-104, 2007.
- AREND, M.; FONSECA, P.C.D. Brasil (1955-2005): 25 anos de catching up, 25 anos de falling behind. **Revista de Economia Política**, 32(1), 33-54, 2012.
- BECKER, K.B. **Um futuro para Amazônia**. Série inventando o futuro. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- BOTERO, C.; HURTADO, Y. Tourist Beach Sorts as a classification tool for Integrated Beach Management in Latin America. **Coastline Reports**, 13, 133-142, 2009.
- BRAGA, F.P.S.; SOUZA FILHO, P.W.M.; ALVES, M.A.M.S.; PEREIRA, L.C.C. Morfologia e sedimentologia da praia de macromaré de Ajuruteua, Amazônia, Norte do Brasil. **Boletim Paranaense de Geociências**, (60-61), 11-30, 2007.
- CHAKRAVARTY, S; GHOSH, S.K.; SURESH, S.P.; DEY, A.N.; SHUKLA, G. Deforestation: Causes, Effects and Control Strategies. In: OKIA, C.A. Global Perspectives on Sustainable Forest Management. **InTech**, 4-28, 2012.

- CORBELLA, S., STRETCH, D.D. Coastal defences on the KwaZulu-Natal coast of South Africa: a review with particular reference to geotextiles. **Journal of the South African Institution of Civil Engineering**, 54(2), 55-64, 2012.
- CORIOLOANO, L.N.M.T. Litoral do Ceará: espaço de poder, conflito e lazer. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 8(2), 277-287, 2008.
- COSTA NETO, S.V.; BASTOS, M.N.C.; LOBATO, L.C.B. Composição florística e fitofisionomia da restinga do Crispim, município de Marapanim, Pará. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Sér. Bot.**, 12(2), 237-249, 1995.
- COSTA NETO, S.V.; SANTOS, J.U.M.; BASTOS, M.N.C.; AMARAL, D.D.; LOBATO, L.C.B. Composição florística das formações herbáceas da restinga do Crispim, Marapanim, Pará. **Bol., Mus, Para, Emílio Goeldi, Sér, Bot.**, 16(2), 163-209, 2000.
- CRISTIANO, S.C.; ROCKETTA, G.C.; PORTZB, L.C.; ANFUSOC, G.; GRUBERB, N.L.S.; WILLIAMSE, A.T. Evaluation of Coastal Scenery in Urban Beaches: Torres, Rio Grande do Sul, Brazil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 16(1), 1-78, 2016.
- FERNANDES, M.E.B.; FERNANDES, J.S.; MURIEL-CUNHA, J.; SEDOVIM, W.R.; GOMES, I.A.; SANTANA, D.S.; SAMPAIO, D.S.; ANDRADE, F.A.G.; OLIVEIRA, F.P.; BRABO, L.B; JUNIOR, M.G.S.; ELIAS, M.P. Efeito da construção da Rodovia PA-458 sobre as florestas de mangue da península bragantina, Bragança, Pará, Brasil. **UAKARI**, 3(1), 55-63, 2008.
- FERREIRA PENNA, D.S. Breve notícia sobre os sambaquis do Pará. **Archivos do Museu Nacional**, 1, 85-99, 1876.
- FURTADO, L.F.G. Aspectos históricos e econômicos de Marapanim Nordeste do Paraense. **Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Sér. Antr.**, (67), 1-33, 1978.
- FURTADO, L.F.G. Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará. **Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, Sér. Antr.**, (79), 1-50, 1981.
- FURTADO, L.F.G.; NASCIMENTO, I.H.; SANTANA, G.; MANESCHY, M.C. Formas de utilização de manguezais no litoral do Estado do Pará: casos de Marapanim e São Caetano de Odivelas. **Amazônia: Ci. & Desenv.**, 1(2), 113-127, 2006.
- FURTADO, L.F.G; SILVEIRA, I.M.; SANTANA, G. **Reserva Extrativista Marinha Mãe-Grande, Curuçá, Pará, Brasil: estudo etnoecológico e sociocultural**. Belém: MPEG, 2012.
- GOMES, R.K.S.; PEREIRA, L.C.C.; RIBEIRO, C.M.M.; COSTA, R.M. Dinâmica socioambiental em uma comunidade pesqueira amazônica, PA-Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 9(2), 101-111, 2009.

- GREGÓRIO, A.M.S.; MENDES, A.C.; BUSMAN, D.V. Erosão na praia do Atalaia – Salinópolis/PA. In: MENDES, A.C.; PROST, M.T.; CASTRO, E. (Org.) **Ecosistemas amazônicos: dinâmicas, impactos e valorização dos recursos naturais**. Belém: MPEG, p. 157-186, 2011.
- GUTIÉRREZ, O.; PANARIOA, D.; NAGYB, G.J.; PIÑEIROC, G.; MONTES, C. Long-term morphological evolution of urban pocket beaches in Montevideo (Uruguay): impacts of coastal interventions and links to climate forcing. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 15(4), 467-484, 2015.
- HOGUANE, A.M. Perfil diagnóstico da zona costeira de Moçambique. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 7(1), 69-82, 2007.
- KOFFLER, A.; CHOURA, M.; BENDRISS, A.; ZENGERINK, E. Geosynthetics in protection against erosion for river and coastal banks and marine and hydraulic construction. **Journal of Coastal Conservation**, 12(1), 11-17, 2008.
- LANGA, J.V.Q. Problemas na zona costeira de Moçambique com ênfase para a costa de Maputo. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 7(1), 33-44, 2007.
- LIRA, C.P.; SILVA, A.N.; TABORDA, R.; ANDRAD, C.F. Coastline evolution of Portuguese low-lying sandy coast in the last 50 years: an integrated approach. **Earth Syst. Sci. Data**, 8, 265–278, 2016.
- MAIA, A.; BERNARDES, C.; ALVES, M. Cost-benefit analysis of coastal defenses on the Vagueira and Labrego beaches in North West Portugal. **Revista da Gestão Costeira Integrada**. 15(1): 81-90, 2015.
- MARQUES, R.F.P.V.; ANTÔNIO MARCIANO DA SILVA, A.M.; RODRIGUES, L.S.; COELHO, G. Impacts of urban solid waste disposal on the quality of surface water in three cities of Minas Gerais – Brazil. **Ciênc. agrotec.**, 36(6), 684-692, 2012.
- MARTINS, M.; LACERDA, M.V.G.; MONTEIRO, W.M.; MOURA, M.A.S.; SANTOS, E.C.S.; SARACENI, S.; SARAIVA, M.G.G. Progression of the load of waterborne and intestinal parasitic diseases in the State of Amazonas. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, 48(Suppl I), 42-54, 2015.
- MEDEIROS, E.C.S.; PANTALENA, A.F.; MIOLA, B.; LIMA, R.S.; SOARES, M.O. Percepção ambiental da erosão costeira em uma praia no litoral Nordeste do Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 14(3), 471-482, 2014.
- MELLO, A.; PORTUGAL, L. Um procedimento baseado na acessibilidade para a concepção de Planos Estratégicos de Mobilidade Urbana: o caso do Brasil. **Eure**, 43(128), 99-125, 2017.

- MELLO, K.; TOPPA, R.H.; ABESSA, D.M.S.; CASTRO, M. Dinâmica da expansão urbana na zona costeira brasileira: o caso do município de São Vicente, São Paulo, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 13(4), 539-551, 2013.
- MENDES, A.C.; SILVA, M.S.; SANTOS, V.F. Análise do meio físico para gestão ambiental das ilhas de Algodual e Atalaia (NE do Pará). In: PROST, M.T.R. C.; MENDES, A. **Ecossistemas Costeiros: impactos e Gestão Ambiental**. Belém: MPEG, p. 103-111, 2011.
- MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Diagnóstico para avaliação e ações prioritárias para conservação da biodiversidade da zona costeira e marinha amazônica**. SANTOS, J.U.M.; GORAYEB, I.S.; BASTOS, M.N.C. (Org.). Projeto de conservação e utilização sustentável da diversidade biológica brasileira. Belém: 1999.
- MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Orla: fundamentos para gestão integrada**, 2002.
- MONTEIRO, M.C.; PEREIRA, L.C.C.; GUIMARÃES, D.O.; COSTA, R.M. Ocupação territorial e variações morfológicas em uma praia de macromaré do litoral amazônico, Ajuruteua – PA, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 9(2), 91-99, 2009.
- NEUENFELDT JÚNIOR, A.L.; SILUK, J.C.M.; PARIS, S.R. The scientific research context of urban transport for bus rapid transit systems applications. **Journal of Transport Literature**, 10(4), 15-19, 2016.
- NEVES, C.F. MUEHE, D. Vulnerabilidade, impactos e adaptações a mudanças do clima: a zona costeira. In: **Parcerias e estratégias. Mudanças de clima no Brasil: vulnerabilidade, impactos e adaptação**. (27), 217-295, 2008.
- OH, Y.I.; SHIN, E.C. Using submerged geotextile tubes in the protection of the E. Korean shore. **Costal Engineering**, 53(11), 879-895, 2006.
- OLIVEIRA NETO, T. Rodovia Transamazônica: falência de um grande projeto geopolítico. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, 7(1), 282-298, 2013.
- OLIVEIRA, F.S.B.F.; REIS, M.T.; FREIRE, P. NEVES, M.G.; SANCHO, F.; SILVA, L.G.; CLÍMACO, M.; VICENTE, C.M. Aplicação de modelação numérica e física para o estudo da reabilitação e proteção da praia de Colwyn Bay, País de Gales, Reino Unido. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 12(3), 323-342, 2012.
- PARIZZI, M.G. Desastres naturais e induzidos e o risco urbano. **Geonomos**, 22(1), 1-9, 2014.
- PEREIRA L.C.C.; RIBEIRO, M.J.S.; GUIMARÃES, D.O.; SOUZA FILHO, P.W.M.; COSTA, R.M. Formas de usos e ocupação na praia de Ajuruteua - Pará (Brasil). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 13, 19-30, 2006.

- PEREIRA, A.Q. Urbanization-metropolization and holiday resorts on the northeast coast of Brazil. **Mercator**, 14(4), 107-121, 2015.
- PERERIA, C. COELHO, C. Mapas de risco das zonas costeiras por efeito de ação energética do mar. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 13(1), 27-43, 2013.
- PEREIRA, R.M.F.A. Expansão urbana e turismo no litoral de Santa Catarina: o caso das microrregiões de Itajaí e Florianópolis. **Interações**, 12(1), 101-111, 2011.
- PIATTO, L.; POLETTE, M. Análise do processo de artificialização do município de Balneário Camboriú, SC, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 12(1), 77-88, 2012.
- PINTO, P.M. Políticas de turismo e sustentabilidade em comunidades tradicionais: perspectivas conceituais. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Sér. Ciênc. Hum.**, 2(1), 11-22, 2007.
- PIRES, I; CRAVEIRO, J.; ANTUNES, Ó. Artificialização do solo e vulnerabilidade humana em duas zonas sujeitas a processos de erosão costeira: casos de estudo da costa da Caparica e Espinho (Portugal). **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 12(3), 277-290, 2012.
- QUARESMA, H.D.A.B.; CAMPOS, R.I.R. Turismo como instrumento de ação coletiva em áreas pesqueiras do litoral da Amazônia. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, 1(2), 139-147, 2006.
- RANIERI, L.A; EL-ROBRINI, M. Evolução da linha de costa de Salinópolis, Nordeste do Pará, Brasil. **Pesquisas em Geociências**, 42(3), 207-226, 2015.
- RANIERI, L.A; EL-ROBRINI, M. Condição oceanográfica, uso e ocupação da costa de Salinópolis (Setor Corvina – Atalaia), Nordeste do Pará, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 16(2), 133-146, 2016.
- ROEBELING, P.C; COELHO, C.D.; REIS, E.M. Coastal erosion and coastal defense interventions: a cost-benefit analysis. **Journal of Coastal Research**, 64, 415-419. 2011.
- ROSA, F.S.; DÍAZ-BECERRA, O.A.; LUNKES, R.J. Saneamento básico: análise da relação entre gastos públicos e atendimento à população em cidades brasileiras e peruanas. **Rev. Cient. Gen. José María Córdova**, 14(18), 195-213, 2016.
- SAATHOFF, F, OUMERACI, H & RESTALL, S. Australian and German experiences on the use of geotextile containers. **Geotextiles and Geomembranes**, 25(4-5): 251-263, 2007.
- SAMPAIO, R. Ocupação das orlas das praias paranaenses pelo uso balneário. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, (13), 169-186, 2006.
- SCHERER, M.; SANCHES, M.; NEGREIROS, D.H. **Gestão das zonas costeiras e as políticas públicas no Brasil: um diagnóstico**. Rede Iberoamericana de Manejo Costeiro (Brasil). Agencia Brasileira de Gerenciamento Costeiro. 2009.

- SCHMIDT, L.; SANTOS, F.D.; PRISTA, P.; SARAIVA, T.; GOMES, C. Alterações climáticas, sociais e políticas em Portugal: processos de governança num litoral em risco. **Ambiente & Sociedade**, 15(1), 23-40, 2012.
- SILVA, I.R.; BITTENCOURT, A.C.S.P.; SILVA, S.B.M.; DOMINGUEZ, J.M.L.; FILHO, J.R.S. Nível de antropização X nível de uso das praias de porto seguro (BA): subsídios para uma avaliação da capacidade de carga. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 8(1), 81-92, 2008.
- SIRVINSKAS, L.P. **Legislação de direito ambiental**. São Paulo: Rideel, 2006.
- SOUSA; P.H.G.O.; CARVALHO, D.A.P.; PINHEIRO, L.S. A Costa de Paracuru: turismo, ocupação e perfil do usuário. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 8(2), 247-258, 2008.
- SOUZA FILHO, P.W.M. Dinâmica natural e impactos antrópicos no uso das áreas costeiras da planície bragantina, Nordeste do Pará, Brasil. In: PROST, M.T.R.C.; MENDES, A. **Ecosistemas Costeiros: impactos e gestão ambiental**. Belém: MPEG, p. 131-144, 2011.
- SOUZA FILHO, P.W.M.; SALES, M.E.C.; PROST, M.T.R.C.; COSTA, F.R.; SOUZA, F.F.M.O. A zona costeira Amazônica: o cenário regional e os indicadores bibliométricos em C&T. In: SOUZA FILHO, P.W.M, CUNHA, E.R.S.P.; SALLES, M.E.C.; SOUSA, L.F.M.O.; COSTA, F.R.; (Org.). **Bibliografia da zona costeira Amazônica**. Belém: MPEG, UFPA, Petrobras, p. 9-20, 2005.
- SOUZA, C.R.G. A erosão costeira e os desafios da gestão costeira no Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, 9(1), 17-37, 2009.
- SOUZA, M.M.; SANTOS, A.S.P. Água potável, água residuária e saneamento no Brasil e na Holanda no âmbito do Programa de Visitação Holandês – DVP: Dutch Visitors Programme. **Eng Sanit Ambient**, 21(2), 387-395, 2016.
- SOUZA, M.A.L. Benefícios ambientais no controle de erosão costeira com o uso do dissipador de energia “*bagwall*” no litoral de Alagoas. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, 8(2), 139-148, 2008.
- TABAJARA, L.L.C.A.; WESCHENFELDER, J. Recuperação de dunas frontais em área degradada por sangradouro na praia de Xangri-Lá, RS. **GRAVEL**, 9(1), 69-85, 2011.
- VASCONCELOS, F.P; CORIOLANO, L.N.M.T. Impactos socioambientais no litoral: Um foco no turismo e na gestão integrada da zona costeira do Estado do Ceará, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 8(2), 259-275, 2008.
- ZENG, C.; DENG, X.; DONG, J.; HU, P. Urbanization and Sustainability: Comparison of the Processes in “BIC” Countries. **Sustainability**, 8(400), 1-18, 2016.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, URBANO E TURÍSTICO DECORRENTES DOS INVESTIMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS PRAIAS DO CRISPIM, ATALAIA E AJURUTEUA, PARÁ, BRASIL

ABSTRACT

The socioeconomic development and urbanization of the main Brazilian coastal cities occurred from the 1960s, with investment in public policy, implementation of road, traffic and tourism capital. The research aims to evaluate the socioeconomic, urban and tourism indicators on the beaches of Crispim (Marapanim) Atalaia (Salinópolis) and Ajuruteua (Bragança) in the state of Pará. Socioeconomic indicators were obtained by IDH-M (PNUMA), the urban indicators were analyzed using by GEO Cities method - Matrix PEIR (PNUD) and the tourism indicator for ICTN (MTUR). The results showed that the three areas under study presents the following averages: IDH-M (Marapanim (0.609), Salinópolis (0.647), Bragança (0.600)). The main threats and impacts that affect the state of the environment and require responses from the public policies identified by Matrix PEIR were: overuse and contamination of the water table, lack of public services and soil pollution, occupation of APP and coastal erosion. Analyzing ICT, the beach of Atalaia was the fate that had the highest number of variables met in all dimensions, while the dimensions services and tourism facilities, environmental and access had the highest number of missed variables. It can be concluded that past public investments did not promote satisfactory results, as evidenced by the IDH-M, PEIR and ICT indicators. Relating the results of the indicators are serious environmental damages, which compromise socioeconomic activities, potential and tourism competitiveness. Requiring currently mitigating measures, by the public power, to mitigate the pressures and the impacts generated by this model of socioeconomic development for the region.

KEYWORDS: Human development; Socioeconomic development; Tourist development.

RESUMO

O desenvolvimento socioeconômico e a urbanização das principais cidades litorâneas brasileiras ocorreram a partir da década de 1960, com investimentos em políticas públicas, implantação de rodovias, circulação de capital e atividade turística. A pesquisa objetiva avaliar os indicadores socioeconômico, urbano e turístico nas praias do Crispim (Marapanim),

Atalaia (Salinópolis) e Ajuruteua (Bragança) no estado do Pará. Os indicadores socioeconômicos foram obtidos pelo IDH-M (PNUMA), os indicadores urbanos foram analisados pelo método GEO Cidades – Matriz PEIR (PNUD) e o indicador turístico pelo ICTN (MTUR). Os resultados mostraram que as três áreas em estudo apresentam IDH-M médio (Marapanim (0,609), Salinópolis (0,647), Bragança (0,600)). As principais ameaças e impactos, que afetam o estado do meio ambiente e exigem respostas por parte das políticas públicas, identificados pela Matriz PEIR foram: uso excessivo e contaminação do lençol freático, ausência de serviços públicos e poluição do solo, ocupação das APP e erosão costeira. Analisando os ICT, a praia do Atalaia foi o destino que apresentou o maior número de variáveis atendidas em todas as dimensões, enquanto as dimensões serviços e equipamentos turísticos, aspectos ambientais e acesso apresentaram o maior número de variáveis não atendidas. Conclui-se que os investimentos públicos pretéritos não promoveram resultados satisfatórios, comprovados pelos indicadores IDH-M, PEIR e ICT. Relacionando os resultados dos indicadores verificam-se sérios prejuízos ambientais, que comprometem as atividades socioeconômicas, o potencial e a competitividade turística. Exigindo na atualidade medidas mitigadoras, por parte do poder público, para atenuar as pressões e os impactos gerados por este modelo de desenvolvimento socioeconômico para a região.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento humano; Desenvolvimento socioeconômico; Desenvolvimento turístico.

INTRODUÇÃO

O termo indicador origina-se do latim "*indicare*", verbo que significa indicar, também definido como os valores medidos ou derivados de mensurações quantitativas e/ou qualitativas, passíveis de padronização e comparáveis entre si, quando expressos na forma numérica; é importante no monitoramento e controle de sistemas complexos, bem como para subsidiar a forma como a sociedade planeja suas ações, suas estratégias, o processo de aprendizagem e tomada de decisão; atua de forma a comparar fatos selecionados e observados na realidade com parâmetros ou metas de sustentabilidade pré-estabelecidas, desde que garantam que o processo de avaliação pondere, de forma significativa, as dimensões econômica, social e ambiental (CETRULO; MOLINA; MALHEIROS, 2013; ROCHA; MENDES; MORIS, 2013).

A necessidade de desenvolver indicadores de sustentabilidade se consolidou a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano em

1992, visando fornecer parâmetros para embasar a tomada de decisão; tornou-se fundamental nas pesquisas, discussões e experiências sobre a construção e o uso de indicadores sustentáveis; nesse contexto, destaca-se o papel das Nações Unidas (ONU) na elaboração de sistemas de indicadores, embasados em relatórios técnicos, sobre desenvolvimento sustentável (AMARANTE; ARIM; VIGORITO, 2010; CETRULO; MOLINA; MALHEIROS, 2013; SARTORI; SILOTO, 2013).

Desde 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vem publicando relatórios anuais sobre as diversas dimensões do desenvolvimento humano, buscando avaliar a evolução das condições de vida, através do cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que permite comparar, através do tempo, a situação relativa dos países segundo as dimensões renda, longevidade e educação (ALIJANZADEH; ASEFZADEH; ZARE, 2016; MAJEROVÁ, 2012; MIHCI; TANER, 2014). Em 1996, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), calculado a partir do Censo Demográfico, que passou a ser considerado o mais adequado para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros (PNUD, 2013a).

Diversos municípios utilizam os indicadores sociodemográficos em seu planejamento público, para subsidiar a elaboração de planos diretores de desenvolvimento urbano e planos plurianuais de investimentos, avaliar os impactos ambientais decorrentes da implantação de grandes projetos e, justificar o repasse de verbas federais para a implementação de programas sociais (PNUD, 2014; UNDP, 2014). Para Abreu et al. (2011), ao analisar os dados do IDH-M na cidade de Viçosa (MG), conclui que o mesmo é importante para obtenção de recursos federais para implantação de políticas públicas municipais, contribuindo para a gestão municipal, do modo mais fiel possível, a realidade do desenvolvimento humano.

Para Constantino; Pegorare; Costa (2016), o IDH constitui um elemento chave para explicação da dinâmica territorial; aferindo o avanço de uma população, através das dimensões econômica, social, cultural e política que influenciam a qualidade da vida humana. Dawalibi et al. (2014), ao analisar a influencia do desenvolvimento humano na qualidade de vida de idosos, concluiu que o IDH-M exerce influência sobre a qualidade de vida dos mesmos nos aspectos social e ambiental.

No entanto, o IDH passa a ter alcance limitado pelo fato de não considerar as questões ambientais na sua elaboração, sendo avaliado como insuficiente para medir o desenvolvimento de determinada localidade em sua versão econômica, social e ambiental (ARAÚJO; FERNANDES; ROSADO, 2012). Em 1995, o Programa das Nações Unidas para

o Meio Ambiente (PNUMA) desenvolveu a metodologia GEO Cidades (Global Environment Outlook) para informar o estado do meio ambiente em nível global, regional, sub-regional, nacional e local, através da análise da interação entre o desenvolvimento urbano e o meio ambiente, avaliando o impacto da urbanização sobre os recursos naturais e os ecossistemas locais (GIATTI et al., 2013; SARTORI; SILOTO, 2013).

O desenvolvimento urbano das principais cidades litorâneas brasileiras ocorreu a partir da década de 1960, marcados pelos investimentos em políticas públicas desenvolvimentistas, através da implantação de rodovias, circulação de capital e o desenvolvimento de novos mercados, como atividade turística; nesse contexto, o Ministério do Turismo (MTUR) vem desenvolvendo relatórios desde 2008 para avaliar o desenvolvimento turístico por meio do Índice de Competitividade do Turismo Nacional (ICTN), mensurando a capacidade crescente de um destino de gerar negócios nas atividades relacionadas com o setor turístico, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva (MTUR, 2014; RUIZ; AKEL; GÂNDARA, 2015; SILVA; SANTOS, 2015; VIEIRA; HOFFMANN, 2013).

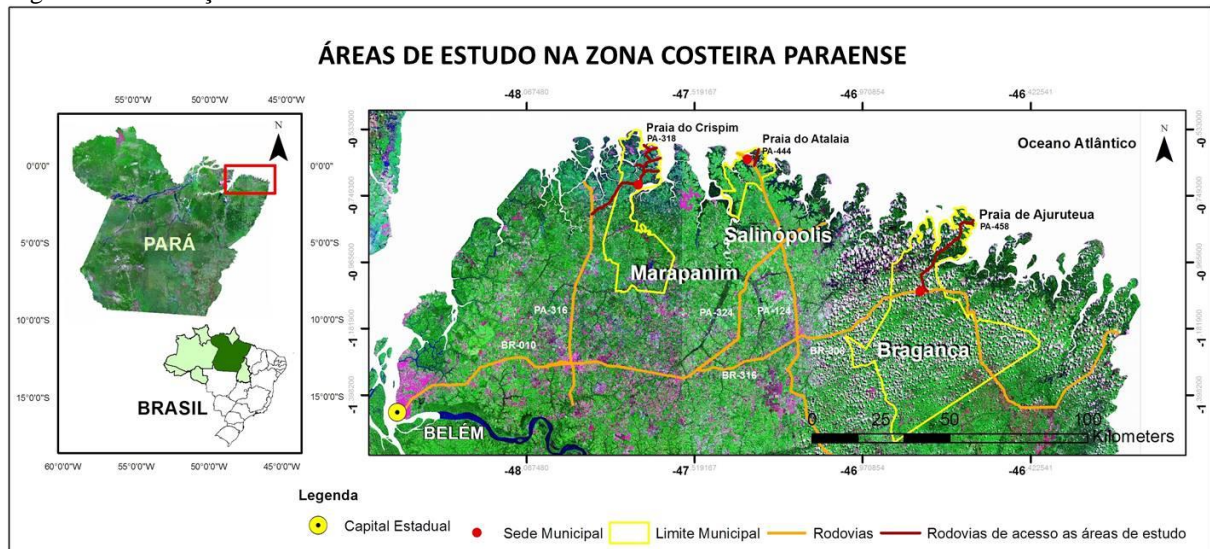
Praias oceânicas na zona costeira paraense que receberam investimentos em infraestrutura urbana, rodoviária e turísticas nas últimas décadas enfrentam problemas socioeconômicos (ocupação desordenada, turismo desordenado e erosão costeira) e ambientais (esgotamento dos recursos naturais) na atualidade. Visando analisar se tais investimentos em políticas públicas dos anos anteriores contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico, mantendo os padrões de qualidade ambiental e a competitividade turística nesta região, esta pesquisa objetiva avaliar os indicadores socioeconômico, urbano e turístico nas praias do Crispim (Marapanim), Atalaia (Salinópolis) e Ajuruteua (Bragança) no Estado do Pará.

MATERIAIS E MÉTODOS

Área de estudo

Na microrregião do salgado situa-se o município de Marapanim com uma área de 784,03 Km², população de 26.605 hab. e, densidade demográfica de 33,93 hab./km²; na mesma microrregião, o município de Salinópolis com uma área de 192,73 km², população de 37,421 hab. e, densidade demográfica de 194,21 hab./km²; na microrregião Bragantina, o município de Bragança com uma área de 2.091,76 km², população de 113.227 hab. e, densidade demográfica de 54,1 hab./km² (Figura 1) (IBGE, 2010).

Figura 1. Localização das áreas de estudo na Zona Costeira Paraense.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Coleta e análise dos dados

Para análise dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico utilizou-se o IDH-M (Renda, longevidade e educação) disponibilizado pela web site do PNUD em seu resultado geral (PNUD, 2013), pois não há disponibilização de dados por setores municipais, que permitisse analisar os resultados somente nos setores das praias em estudo.

Para análise dos impactos do desenvolvimento urbano sobre os ambientes, foram utilizados os princípios do GEO Cidades através da Matriz PEIR (*Pressão-Estado-Impacto-Resposta*) para responder as seguintes questões: 1) O que está acontecendo ao meio ambiente (estado)? 2) Por que isto está acontecendo (pressão)? 3) Qual é o impacto causado pelo estado do meio ambiente (impacto)? 4) O que estamos fazendo a respeito (resposta)? 5) O que acontecerá se não agirmos agora (cenário futuro)? Buscou-se responder as questões com entrevistas com representantes da gestão municipal (amostragem total 6) (PNUMA, 2004; SARTORI & SILOTO, 2013). Os resultados foram analisados obedecendo à estrutura da Matriz PEIR, conforme a sua abrangência e importância para análise da pesquisa.

Para mensurar o desenvolvimento turístico foram utilizados os indicadores do ICTN, através da adequação da sua matriz (MTUR, 2008). Para análise qualitativa foi observado a existência ou não de cada uma das 48 variáveis, pertencentes a 12 macrodimensões (infraestrutura geral, acesso, serviços e equipamentos turísticos, atrativos turísticos, marketing, políticas públicas, cooperação regional, monitoramento, economia local, capacidade empresarial, aspecto social e ambiental), por meio de entrevistas com 03 representantes municipais de Marapanim, Salinópolis e Bragança e, informações de web sites a partir do princípio da transparência, no que diz respeito à acessibilidade às informações para

todo o público. Para efeito de comparação entre o desenvolvimento turístico em cada praia e análise qualitativa dos resultados, atribuiu-se conforme a existência ou não de cada variável, as siglas: variável atendida (VA), variável parcialmente atendida (VPA) e variável não atendida (VNA) (MTUR, 2014; RUIZ; AKEL; GÂNDARA, 2015). Após a análise individual dos indicadores IDH-M, Geo Cidades – Matriz PEIR e ICT, buscou-se analisa-los a partir de uma matriz relacional, permitindo o entendimento da relação entre os mesmos.

RESULTADOS

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)

O IDH-M do Brasil para 2010 foi de 0,727, enquadrando-se na faixa de Alto IDH-M (PNUD, 2013a; PNUD, 2013b). Enquanto os indicadores da Região Norte do Brasil estão entre os piores do país, apesar do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) regional, este é desigual; a dificuldade de acesso aos serviços de saneamento básico e educação influencia no crescimento ou decréscimo populacional e, a renda tem no fator isolamento geográfico um determinante da sua condição econômica, principalmente no escoamento da produção (Silva & Bacha, 2014).

Em 2010, o município de Marapanim (PA) registrou o IDH-M médio de 0,609 e 38ª posição entre os municípios do Pará; Salinópolis com 0,647 e a 18ª e Bragança com 0,600 e a 47ª posição; dentre os municípios costeiros das microrregiões do Salgado, Bragantina e Guamá, verifica-se que Salinópolis lidera o ranking do IDH-M, por apresentar as maiores expectativas de vida ao nascer e vida longa saudável, maior fluxo escolar da população jovem e adulta com base no acesso ao conhecimento nos três níveis de ensino e, melhor padrão de vida baseado na renda per capita municipal; os municípios que também apresentaram IDH-M médio, em relação às áreas de estudo, foram Vigia (0,617) e Colares (0,602), os demais se enquadram no IDH-M baixo, na qual o município de Viseu (0,515) apresentou o menor valor (PNUD, 2013b) (Figura 2).

Figura 2. Síntese dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico: IDH-M das áreas em estudo.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM)					
MARAPANIM		SALINÓPOLIS		BRAGANÇA	
IDHM: 0,609 (Médio) - 38ª Posição		IDHM: 0,647 (Médio) - 18ª Posição		IDHM: 0,600 (Médio) - 47ª Posição	
Educação: 0,521	População total: 26.605	Educação: 0,541	População total: 37.421	Educação: 0,486	População total: 113.227
Longevidade: 0,760	Urbana: 11.704 (43,99%)	Longevidade: 0,798	Urbana: 33.391 (89,23%)	Longevidade: 0,755	Urbana: 72.621 (64,14%)
Renda: 0,570	Rural: 14.901 (56,01%)	Renda: 0,628	Rural: 4.030 (10,77%)	Renda: 0,589	Rural: 40.606 (35,86%)

Fonte: Elaborado pelos autores.

O município de Salinópolis destaca-se sobre os demais em virtude do tamanho da sua área municipal, com menor número de comunidades rurais e população em relação ao

município de Bragança, por exemplo; Salinópolis possuía em 2010 uma população de 4.030 na área rural e 33.391 na área urbana, enquanto Bragança possuía 40.606 na área rural e 72.621 na área urbana (PNUD, 2013b; IBGE, 2010).

A possibilidade de Bragança possuir mais pessoas com menor expectativa de vida em virtude das condições de saúde da população, bem como, menor taxa de alfabetização e poder de compra, são maiores em relação à Salinópolis, principalmente se considerarmos a população rural, refletindo nas dimensões do IDH-M. As desigualdades socioeconômicas aliadas ao desordenado processo de urbanização levam parcelas da população a viverem em precárias condições de vida, principalmente nas áreas periféricas das cidades, nas quais as condições de saneamento são deficitárias, tornando a qualidade de vida em condição igual ou pior da área rural (FONSECA et al., 2010).

A dimensão que mais contribuiu para o IDH-M destes municípios costeiros foi à longevidade, que nas últimas décadas teve um decréscimo na taxa de mortalidade, em virtude da ampliação das oportunidades para evitar a morte prematura e, de garantir uma vida longa e saudável, com acesso a saúde; entretanto, a dimensão que menos contribuiu com o IDH-M foi o acesso ao conhecimento, fundamental no exercício das liberdades individuais, da autonomia, autoestima e bem-estar, capaz de diminuir o índice de vulnerabilidade social e de extrema pobreza (PNUD, 2013b). O acesso à educação é um dos principais fatores associados ao alcance de melhores oportunidades no mercado de trabalho e, conseqüentemente, um melhor rendimento, além de ser o principal caminho de mobilidade social ascendente dos indivíduos (HERINGER, 2002).

Em comparação com os destinos indutores do desenvolvimento turístico regional, no segmento de Turismo de Sol e Praia, as três áreas em estudo (Crispim, Atalaia e Ajuruteua) estão abaixo do IDH-M (2010) de Fortaleza (CE) (0,754), Natal (RN) (0,763), Recife (PE) (0,772), Salvador (BA) (0,759) e Rio de Janeiro (RJ) (0,799), estas cidades além de serem capitais, recebem mais investimentos em infraestrutura urbana, com reflexo nas dimensões longevidade e educação, além do turismo como uma das atividades econômicas que contribui para o PIB *per capita* (PNUD, 2013b).

No entanto, aproximam-se das cidades não capitais de Ipojuca (Porto de Galinhas) (0,619) no Pernambuco, Jijoca de Jericoacoara (0,652) e Aracati (Canoa Quebrada) (0,655) no Ceará e, Porto Seguro (0,676) no sul Bahia; estas cidades são consideradas destinos turísticos consolidados por receber grande fluxo de turistas nacionais e internacionais; no entanto, possuem pessoas com dificuldades de acesso a educação e saúde, com baixo poder aquisitivo; os investimentos em políticas públicas concentram-se nas áreas consideradas turísticas e

centrais; as três áreas em estudo ficam acima de Maragogi (0,574) na costa dos corais em Alagoas e, Barreirinhas (0,570) nos Lençóis Maranhenses (PNUD, 2013b).

Geo Cidades: Matriz PEIR (*Pressão-Estado-Impacto-Resposta*)

Para analisar o estado do meio ambiente a nível local a partir do desenvolvimento urbano, considerou-se que na ilha do Atalaia a urbanização teve início na década de 1970, seguidos de Ajuruteua (1987) e, do Crispim (1992), ambos desenvolvidos com diferentes padrões fundiários, onde a malha urbana na ilha do Atalaia apresenta loteamentos e arruamentos reticulados, além de parcelamento gerados por ocupações informais. Enquanto os espaços costeiros das praias de Ajuruteua e Crispim apresentam uma malha urbana com loteamentos e ocupações informais, com arruamentos e malha adensada. Tais espaços permitem analisar a interação entre o desenvolvimento urbano e os impactos causados sobre os recursos naturais.

Analisando os princípios da Matriz PEIR (*Pressão-Estado-Impacto-Resposta*) a partir das observações e entrevistas durante as visitas *in loco*, verifica-se que as principais ameaças no litoral paraense em questão resultam das seguintes *Pressões* ambientais: a) Utilização excessiva das reservas de água do subsolo e subterrânea em função do aumento da demanda para o consumo humano; b) ausência de serviços públicos de saneamento básico (abastecimento, esgoto e coleta de resíduo sólido regular) e, c) ocupação das áreas de preservação permanente (APP).

As principais ameaças causadas pela urbanização que afetam o *Estado* do meio ambiente nos seguintes aspectos: a) Redução da disponibilidade de água doce para o consumo humano; b) degradação do solo por acúmulo de resíduos sólidos em áreas de preservação permanente (APP) e, c) perda de espaços terrestres por mudanças no perfil de praia.

Os principais *Impactos* causados pelo *estado* do meio ambiente são: a) Contaminação do lençol freático com problemas de saúde pública pela falta de saneamento; b) poluição por resíduos sólidos e líquidos no solo, corpos d'água e mar; c) perda da cobertura vegetal com ameaça a biodiversidade terrestre e marinha e, d) erosão costeira.

Em *Resposta*, o poder público em suas diferentes esferas vem realizando nos últimos anos: a) Estudos técnicos para subsidiar plano de intervenção; b) estudos para a criação de unidades de conservação, c) ordenamento e notificações para abandono de casas e benfeitorias em áreas de risco e, d) planejamento da atividade turística com base nas especificidades de cada local (Figura 3).

Figura 3. Síntese dos indicadores de desenvolvimento urbano: Geo Cidades - Matriz PEIR.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em um cenário futuro, caso não sejam realizadas as intervenções necessárias, ocorrerão: a) Aumento da intrusão salina no aquífero costeiro e nas drenagens superficiais da planície costeira; b) aumento de doenças de vinculação hídrica; c) perda e desequilíbrio de habitats naturais por contaminação de resíduos sólidos e líquidos; d) comprometimento do potencial turístico; e) aumento da erosão e progradação costeira; f) redução na largura da praia e desaparecimento do pós-praia; g) artificialização da linha por obras costeiras (proteção, recuperação ou mitigação); h) danos às obras de proteção costeira; i) aumento do gasto público com obras de recuperação de áreas degradadas (engordamento da praia, fixação da costa com enrocamento, construção de muros de proteção, construção de quebra-mares ou estruturas no mar); j) perda de propriedades e bens públicos e privados; k) reconstrução periódica ou abandono de casas e benfeitorias; l) perda de valor paisagístico e imobiliário e, m) prejuízos nas atividades socioeconômicas (GREGÓRIO; MENDES; BUSMAN, 2011; MENDES; SILVA; SANTOS, 2011; SCHERER; SANCHES; NEGREIROS, 2009; SOUZA, 2009).

Índice de Competitividade do Turismo (ICT)

Os princípios aqui analisados permitiram avaliar a competitividade do turismo das três praias em estudo como destinos turísticos, utilizando a noção de eficiência baseada nos recursos presentes. No contexto turístico, empregou-se o conceito de competitividade de forma a oferecer aos destinos a capacidade de autoanalisar-se e, assim, possibilitar o planejamento e o desenvolvimento de vantagens competitivas (CARMONA; COSTA; RIBEIRO, 2014; MIKI; GÂNDARA; MUÑOZ, 2012; MTUR, 2014; RUIZ; AKEL; GÂNDARA, 2015; SILVA; SANTOS, 2015).

Por meio dos princípios do Índice de Competitividade do turismo, analisaram-se as variáveis e os recursos presentes nas praias do Crispim, Atalaia e Ajuruteua nas 12 dimensões definidas (Quadro 1) para verificação das capacidades, direta e indiretamente relacionadas com o turismo, considerando-se que essas são as que mais qualificam um destino como competitivo no turismo, em maior ou menor grau; logo, quanto maior a presença de recursos (com diferenciais), mais competitivos se tornam os destinos (MTUR, 2014; SILVA; SANTOS, 2015; VIEIRA; HOFFMANN, 2013).

Quadro 1: Dados qualitativos sobre a competitividade do turismo nas praias do Crispim, Atalaia e Ajuruteua, Estado do Pará, Brasil. Legenda: Variável atendida (VA), variável parcialmente atendida (VPA) e variável não atendida (VNA).

DIMENSÃO	VARIÁVEL	PRAIAS		
		Crispim	Atalaia	Ajuruteua
Infraestrutura Geral	Capacidade de atendimento médico ao turista	VNA	VA	VNA
	Fornecimento de energia	VA	VA	VA
	Serviço de proteção ao turista	VNA	VA	VPA
	Estrutura urbana nas áreas turísticas	VNA	VA	VPA
Acesso	Acesso aéreo	VNA	VNA	VNA
	Acesso rodoviário	VPA	VPA	VPA
	Acesso aquaviário	VNA	VNA	VNA
	Sistema de transporte no destino	VPA	VA	VA
	Proximidade de grandes centros emissores de turistas	VA	VA	VA
Serviços e equipamentos turísticos	Sinalização turística	VNA	VPA	VPA
	Centro de atendimento ao turista (CAT)	VNA	VNA	VNA
	Espaço para eventos	VNA	VPA	VNA
	Capacidade dos meios de hospedagem	VPA	VA	VPA
	Capacidade do turismo receptivo	VNA	VNA	VNA
	Estrutura de qualificação para o turismo	VNA	VPA	VPA
	Capacidade dos restaurantes	VPA	VA	VPA
Atrativos turísticos	Atrativos naturais	VA	VA	VA
	Atrativos culturais	VNA	VNA	VNA
	Eventos programados	VNA	VA	VA
Marketing	Plano de marketing	VNA	VNA	VPA
	Participação em feiras e eventos	VPA	VA	VA
	Promoção do destino	VPA	VA	VA
	Página do destino na internet	VNA	VNA	VNA
Políticas públicas	Estrutura municipal para apoio turismo	VA	VA	VA
	Grau de cooperação com o governo estadual	VA	VA	VA
	Grau de cooperação com o governo federal	VNA	VNA	VPA
	Planejamento para a cidade e atividade turística	VPA	VPA	VA
	Grau de cooperação público-privada	VPA	VPA	VPA
Cooperação regional	Governança	VPA	VPA	VPA
	Planejamento turístico regional	VNA	VNA	VNA
	Roteirização	VNA	VA	VA
Monitoramento	Pesquisa de demanda	VNA	VA	VNA
	Pesquisa de oferta	VA	VA	VA
	Medição dos impactos da atividade turística	VNA	VNA	VPA
Economia local	Aspectos da economia local	VA	VA	VA
	Infraestrutura de comunicação	VPA	VA	VA
Capacidade empresarial	Capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local	VNA	VA	VPA
	Presença de grupos nacionais ou internacional do setor de turismo	VNA	VA	VA
Aspecto social	Acesso à educação	VNA	VPA	VPA
	Empregos gerados pelo turismo	VA	VA	VA
	Política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil	VPA	VPA	VPA
	Uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população	VA	VA	VA
	Cidadania, sensibilização e participação na atividade turística	VA	VA	VA
Aspectos ambientais	Estrutura e legislação municipal de meio ambiente	VA	VA	VA
	Rede pública de distribuição de água	VA	VNA	VNA
	Rede pública de coleta e tratamento de esgoto	VNA	VNA	VNA
	Coleta e destinação pública de resíduos	VPA	VPA	VPA
	Unidades conservação no território municipal	VA	VNA	VA

Nas dimensões infraestrutura geral e acesso, fundamentais para o desenvolvimento do turismo ao mesmo tempo ser capaz de atender à população residente e à flutuante, pois a ausência dos serviços de utilidade pública (saneamento básico, eletricidade, comunicações, saúde, segurança), acesso (estradas, estacionamentos, terminais rodoviários, linhas de ônibus urbano, serviços de táxi), servem como um limitador do número de visitantes que o destino pode receber, principalmente pela proximidade com a capital do estado (MTUR, 2014; Silva & Santos, 2015). A praia do Crispim apresentou mais variáveis não atendidas em relação à praia do Atalaia e Ajuruteua.

Na dimensão serviços e equipamentos turísticos ofertados pelo setor público (sinalização turística, centro de atendimento ao turista, espaços para eventos) e privado (hospedagem, alimentação, empresas de receptivo, *city tour*, instituições de qualificação profissional) essenciais para o desenvolvimento de um destino turístico, são bons indicadores de qualidade e valoração da viagem (MTUR, 2014; SILVA; SANTOS, 2015). A praia do Atalaia apresentou o maior número de variáveis atendidas. Enquanto, a praia do Crispim apresentou somente uma variável parcialmente atendida, o que sinaliza a dificuldade enfrentada no desenvolvimento da atividade no destino.

Quanto aos atrativos turísticos, os três destinos apresentam atrativos naturais (praias, dunas, clima) com representatividade capaz de atrair considerável fluxo de visitantes, com aproveitamento turístico auxiliado pela infraestrutura disponível e acesso, apesar de apresentar diferentes estados de conservação da paisagem no entorno (ABRAHÃO; CHEMIN; GÂNDARA, 2012; MTUR, 2014; SILVA; SANTOS, 2015). No entanto, os três destinos não apresentaram variáveis atendidas quando se trata de atrativos culturais.

No marketing, as organizações do turismo devem focar para aumentar seus esforços para manter e ampliar a fatia de mercado (Flores; Cavalcante; Raye, 2012; MTUR, 2014; SILVA; SANTOS, 2015). A praia do Atalaia e de Ajuruteua apresentam a mesma quantidade de variáveis atendidas. No entanto, nos três destinos inexistem websites com informações turísticas (em português e em outros idiomas), que auxiliem na divulgação e atração turística para o destino.

Na dimensão política pública, referente ao planejamento e intervenções implementadas pelas diferentes esferas do governo (FRATUCCI; SCHWANTS, MAIA, 2014; MTUR, 2014; SILVA; SANTOS, 2015), apenas Bragança não possui estrutura municipal exclusiva para o turismo. No entanto, o município faz captação de recursos federais através do MTUR provenientes de emenda parlamentar e edital. Além de possuir em seu Plano Diretor Municipal um capítulo específico sobre o setor do turismo, como estratégia de

planejamento para a cidade e para atividade turística. Nos três destinos há certo grau de cooperação público-privada, principalmente referente às atividades de treinamento e educação para o turismo.

Na cooperação regional, a parceria dos diversos segmentos envolvidos (público, privado, comunidade e turista) permite dar qualidade ao produto turístico, diversificar a oferta e estruturar os destinos (MTUR, 2014; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2013; SILVA; SANTOS, 2015). Nos três destinos a variável planejamento turístico regional, referente ao desenvolvimento turístico integrado para a região, não foi atendida.

A variável governança referente às políticas de desenvolvimento organizadas e geridas pelos segmentos envolvidos, com responsabilidade, transparência e legalidade do setor público (MTUR, 2014; SILVA; SANTOS, 2015), foi parcialmente atendida. Somente roteirização (participação do destino nos roteiros turísticos regionais, elaborados e comercializados por agências e operadoras nacionais e internacionais) foi uma variável atendida.

No monitoramento, que objetiva detectar através do uso dos sistemas de informação os benefícios sociais e os custos do turismo, além de permitir que os gestores compreendam as necessidades dos clientes e adequem para o melhor desenvolvimento de seus produtos (MTUR, 2014; SILVA; SANTOS, 2015). Somente Salinópolis apresentou pesquisa de demanda (satisfação, hábitos, atitudes e expectativas do turista). No entanto, os três destinos apresentam pesquisa da oferta turística (infraestrutura de apoio à atividade turística, serviços e equipamentos turísticos, atrativos turísticos). Entretanto, nenhum destino realiza regularmente a medição dos impactos provocados pela atividade turística (impactos, ambientais, econômicos, sociais e culturais).

A economia local tem participação da iniciativa privada nos três destinos, capaz de organizar recursos e iniciativas para o desenvolvimento dos negócios turísticos (CORREIA; BRITO, 2012; MTUR, 2014; SILVA; SANTOS, 2015). A infraestrutura de comunicação apresenta certa deficiência na praia do Crispim, referente à qualidade do sinal das operadoras de celular e a disponibilidade de acesso à internet em banda larga.

Na dimensão capacidade empresarial, que permite determinar a performance econômica através do desempenho individual de firmas no mercado em que atuam (MTUR, 2014; SILVA; SANTOS, 2015), quanto a variável capacidade de qualificação e aproveitamento de pessoal local, somente no Atalaia há um campus universitário da Universidade Federal do Pará, todos dependem de cursos de ofertados por instituições da

capital para qualquer qualificação profissional referente ao aperfeiçoamento dos serviços e produtos turístico.

Nos aspectos sociais, referente aos benefícios sociais que o turismo pode gerar para um destino, através dos investimentos e educação, qualidade dos empregos gerados, além do grau de envolvimento da comunidade e dos visitantes com turismo local (MTUR, 2014; POLETTI; SAMPAIO, 2013; SILVA; SANTOS, 2015), apenas na praia do Crispim o acesso à educação não foi atendido. Os demais aspectos foram atendidos parcialmente e completamente.

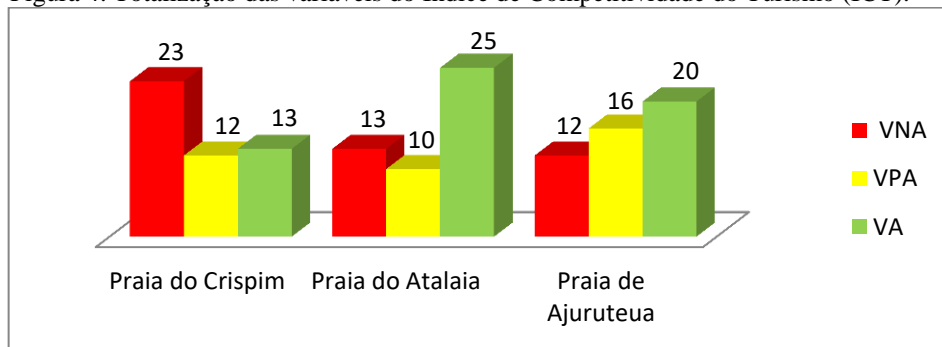
Nos empregos gerados pelo turismo foi possível verificar um relacionamento direto e indireto da dimensão social com a atividade, que permitem a geração de empregos à população local, promovendo aceitação da atividade turística com algo positivo pela comunidade, além de envolvê-las nas suas diferentes formas, ampliando os benefícios advindos do turismo e a minimização dos problemas sociais. Entretanto, as ações voltadas para combater a exploração sexual infanto-juvenil ocorrem em períodos específicos do ano, diminuindo sua eficácia. Nessa dimensão, a falta de qualificação especializada para atender os visitantes é um dos entraves para o desenvolvimento do turismo.

Na dimensão ambiental, referente à análise dos aspectos que não somente afetam o turismo diretamente, mas que representam algum tipo de indicativo da qualidade e da responsabilidade ambiental no destino (MTUR, 2014; POLETTI; SAMPAIO, 2013; SILVA; SANTOS, 2015), os três destinos dependem diretamente dos seus atrativos naturais e da sensibilização dos atores envolvidos na atividade, na tentativa de reduzir os impactos negativos provocados pelo turismo.

Apesar dos três destinos possuírem estrutura e legislação municipal de meio ambiente, ainda há áreas sem rede pública de distribuição de água, com estrutura para tratamento e reutilização de água, a fim de reduzir a concentração de agentes poluentes causadores de danos ambientais. A coleta e destinação pública de resíduos não atende a toda a população existente, bem como, os serviços de limpeza pública que ocorrem principalmente nos períodos de alta temporada. Atualmente, o entorno das praias de Crispim e Ajuruteua há uma reserva extrativista marinha para a proteção e conservação dos ecossistemas naturais.

Em termo gerais, a praia do Atalaia foi o destino que apresentou o maior número de variáveis atendidas em todas as dimensões (Figura 4). No entanto, das cinco variáveis dos aspectos ambientais apenas uma foi atendida, sendo este de fundamental importância para manter a qualidade do principal atrativo turístico do destino, a praia.

Figura 4. Totalização das variáveis do Índice de Competitividade do Turismo (ICT).



Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerando os três destinos, as dimensões que apresentaram o maior número de variáveis não atendidas foram Serviços e equipamentos turísticos, Aspectos ambientais, Acesso e Marketing. Estes são fundamentais para o aumento da competitividade do turismo.

Numa relação sistêmica entre os indicadores de desenvolvimento socioeconômico, urbano e turístico, verifica-se que os investimentos públicos pretéritos nas três áreas em questão, geraram efeitos que comprometem o desenvolvimento das dimensões avaliadas em cada indicador (Figura 5).

Figura 5. Matriz relacional dos indicadores: IDH-M, Geo Cidade - Matriz PEIR e ICT.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme a ilustração da matriz relacional verifica-se que os investimentos em infraestrutura urbana, rodoviária e turística provocaram efeitos negativos, que comprometem o desenvolvimento socioeconômico, urbano e turístico numa relação direta. Nesta relação, um investimento positivo ou negativo em qualquer um dos indicadores, reflete sobre o outro.

DISCUSSÃO

O IDH-M atual dos municípios em estudo é resultado do volume de investimentos pretéritos pelos gestores públicos, que conhecem os atributos que dão fomento ao desenvolvimento social; teoricamente, quanto maior os investimentos nas três dimensões, maior seria o nível do IDH-M; no entanto, os municípios que apresentam maiores investimentos públicos, não estão entre os que possuem melhores IDH; os municípios que

possuem melhores IDH estão associados a investimentos e características socioeconômicas do município (REZENDE; SLOMSKI; CORRAR, 2005).

O índice máximo de 1,0 do IDH ainda não foi atingido por nenhum lugar do mundo; o maior IDH (2014) foi da Noruega (0,944); o IDH-M de Brasília para 2010 foi de 0,824, deveria ser o maior do Brasil, por está instalado no chamado plano piloto e no centro da administração política do país; no entanto, o maior índice do país é de São Caetano do Sul (0,862) em São Paulo (CONSTANTINO; PEGORARE; COSTA, 2016; PNUD, 2013a).

As três áreas em estudo necessitam de investimentos em políticas públicas nas áreas educação, saúde e renda. No entanto, a disponibilidade de recursos torna-se insuficiente diante da totalidade dos problemas. Assim, construir mais escolas pode implicar a construção de um número menor de moradias populares. Aumentar e diversificar o atendimento médico-hospitalar pode limitar o alcance de programas de expansão de infraestrutura urbana para áreas ainda não atendidas. As políticas públicas devem contar com a participação e controle social, a fim de legitimá-la perante a sociedade, garantindo o compromisso dos agentes implementadores e potencializar a efetividade social almejada pelas políticas públicas.

Os investimentos públicos pretéritos determinam o IDH-M, assim como os indicadores analisados pela Matriz PEIR. Tais investimentos provocaram pressões sobre o ambiente costeiro em estudo, relacionados aos aquíferos subterrâneos, qualidade do solo, cobertura vegetal e perda de espaços terrestres, que além de afetar o estado do meio ambiente, desencadeiam vários impactos sobre os aspectos socioeconômicos.

Os aspectos socioeconômicos quantificados pelo IDH-M são qualificados pela Matriz PEIR em sua versão socioeconômica e ambiental. Souza (2009), ao analisar o ciclo *Pressão-Mudança-Impacto-Resposta*, identificou as seguintes pressões antrópicas na zona costeira brasileira: invasões de áreas públicas, APP e áreas sujeitas a riscos geológicos (ambiental); déficit crescente na infraestrutura (saneamento básico e habitação) (social); desemprego e subemprego causados pela sazonalidade do turismo (econômico); decorrem dessas pressões os seguintes impactos: perda e comprometimento dos recursos naturais (pesqueiros, hídricos superficiais e subterrâneos); alteração no balanço sedimentar (erosão costeira e inundação); poluição por resíduos sólidos (urbanos e industriais).

Os reflexos destes investimentos públicos dos anos anteriores, também foram percebidos pelo indicador de desenvolvimento do turismo. O ICT ao qualificar a atividade turística que se desenvolve nestas três áreas em estudo, por meio dos recursos existentes em cada variável que qualifica o destino como competitivo, também verificou que a ausência de serviços e equipamentos de apoio ao desenvolvimento da atividade turística e infraestrutura

de acesso limitam o número de visitantes que o destino pode receber. Ausência ou a parcialidade de serviços de saneamento básico são outras variáveis que afetam e comprometem o turismo local, além de indicar a qualidade e a responsabilidade ambiental.

Os três indicadores analisados demonstram que a ausência e o baixo investimento em infraestrutura urbana durante o processo de urbanização das áreas em estudo, referente aos serviços básicos de abastecimento de água e saneamento (tratamento de água e esgoto, coleta de resíduos sólidos) refletem diretamente nas dimensões de longevidade, educação e renda do IDH-M, bem como, na pressão e impacto sobre o estado do meio ambiente identificado pela Matriz PEIR e, nos aspectos ambientais do ICT, que sustentam atividade turística nestas regiões.

Para Galvão Junior (2009), o acesso aos serviços de saneamento básico é condição necessária à dignidade da pessoa humana e à sua sobrevivência; a participação do indivíduo na atividade econômica e social depende de uma vida saudável; pois há uma correlação direta de causa e efeito entre saneamento e saúde; para tanto, é fundamental o acesso ao saneamento básico, assim como à moradia, à saúde e à educação. Para Minh; Hung (2011), ausência de saneamento causa perdas econômicas, portanto trata-se de um investimento inegavelmente lucrativo e fundamental para o desenvolvimento socioeconômico dos países.

A inexistência de rede de distribuição de abastecimento e tratamento de esgoto (excrementos humanos e água servida), em que somente na praia do Crispim há o serviço público de abastecimento de água, apesar de não ter o tratamento adequado para o consumo, compromete a qualidade dos mananciais subterrâneos. A impermeabilização do solo por construções diminui a infiltração das águas pluviais nos aquíferos costeiros, gerando a intrusão salina.

Para Hespanhol (2008), a intrusão salina ocorre pelo uso público sem controle por qualquer instituição pública ou, pelo bombeamento excessivo da água subterrânea de aquíferos adjacentes a áreas costeiras, tornando-a salgada e imprópria para consumo. Segundo Felisa; Ciriello; Federico (2013), a deterioração da água subterrânea dos aquíferos costeiros por intrusão salina ameaça o abastecimento e o desenvolvimento das comunidades costeiras, tornando-se uma preocupação crescente nas regiões fortemente urbanizadas, levando o fechamento de centenas de poços em muitos países como Chipre, México, Omã e Israel.

Soma-se a este fator, a infiltração por fossas e esgoto que provocam a contaminação bacteriológica, principalmente dos poços artesianos que utilizam o aquífero superior (inferior a 20 metros). No estudo de Mesquita et al., (2014) sobre a qualidade microbiológica da água consumida pela população na ilha do Mosqueiro (Belém/PA), apresentou valores acima dos

parâmetros bacteriológicos da legislação vigente. Na pesquisa sobre o padrão físico-químico e microbiológico de Daneluz; Tessaro (2015), também ficou evidente que o consumo de água de poços rasos pode representar risco à saúde pública.

Assim como inexistente rede de coleta e tratamento de esgoto nas três praias em estudo, em Fortaleza (CE), também ocorre despejo a céu aberto de esgoto não tratados *in situ*, que drenam para os lençóis freáticos, lagoas e cursos d'água, comprometendo sua utilização para consumo humano direto ou para fins de lazer e recreação (Vasconcelos; Coriolano, 2008). Cicero et al. (2012), também registrou a contaminação de corpos hídricos e das areias por agentes patológicos, nas praias do Sino em Ilhabela, Pitangueiras no Guarujá e Tenório em Ubatuba (SP), Porto de Galinhas e Muro Alto (PE), Praia da Graciosa (TO), principalmente no período de alta temporada, quando ocorre um aumento populacional e o sobrecarregamento das redes sanitárias.

Os indicadores de desenvolvimento urbano e turístico apontam que os resíduos sólidos não coletados e tratados degradam e poluem o solo, em virtude da ineficiência da coleta e limpeza pública, que não atende a toda a população existente nas áreas em estudo, motivando o seu descarte em áreas de APP, principalmente após os finais de semana, quando a produção de resíduos aumenta em virtude do fluxo de visitantes. Causando prejuízos econômicos, sociais e ambientais, gerando perda do potencial estético e turístico, percebidos pelos indicadores de desenvolvimento socioeconômico, urbano e turístico.

Gouveia (2012), afirma que o manejo adequado dos resíduos sólidos é uma importante estratégia de preservação do meio ambiente, assim como de promoção e proteção da saúde. Para Jerie; Tevera (2014), a gestão adequada dos resíduos sólidos referem-se à coleta, transporte, armazenagem, tratamento e recuperação dos locais de armazenagem, minimizando assim a poluição e contaminação do meio ambiente. Para Belarmino; Rufener; Araújo (2014), a ausência de lixeiras em locais de intensa atividade turística contribui e estimula o descarte dos resíduos sólidos em locais inapropriados, demonstrando que a área necessita de planejamento e infraestrutura para receber os turistas. O mesmo problema ocorre na cidade de Fortaleza (CE) e no entorno da Baía de Guanabara (RJ), segundo Vasconcelos & Coriolano (2008) e Baptista Neto & Fonseca (2011). Para Kassie (2016), à medida que a urbanização continua, os resíduos sólidos tornam-se uma das principais ameaças ambientais nas áreas urbanas.

Os resíduos sólidos representam prejuízos de ordem socioeconômica e ambiental, bem como, o uso e ocupação desordenada das áreas de APP por políticas públicas de estímulo a urbanização, que provocam na atualidade a perda de espaços terrestres costeiros. A erosão

costeira configura-se o principal impacto causado por esta ocupação, que desconsiderou a natureza móvel das dunas e a dinâmica da linha de costa, promovendo o desequilíbrio sedimentar do sistema praia-antepraia, resultando na erosão costeira.

A área costeira é um ambiente dinâmico com muitos processos físicos, como maré, aumento do nível do mar, erosão e sedimentação; estes processos desempenham um papel importante na mudança da linha de costa e no desenvolvimento da paisagem costeira (KALIRAJ; CHANDRASEKAR; MAGESH, 2013). Em todo litoral brasileiro há um predomínio de processos erosivos em relação aos processos de acreção e equilíbrio; dentre as principais causas tem-se: ausência de fontes de sedimentos, não permanência de sedimentos pelo amplo trânsito de sedimentos, obstáculos para o fluxo de sedimentação, elevação do nível relativo do mar (marés de sizígias), migração do perfil de praia rumo ao continente (MARINO; FREIRE, 2013; SOUZA, 2009).

Para Costa; Pontes; Araújo (2008) e Gonçalves et al. (2013), a ocupação desordenada do ambiente praiado no litoral do estado de Pernambuco ao longo das últimas décadas imobilizou as dunas, dificultando o seu transporte sedimentar pelos ventos, que possibilita a reconstrução da praia no período de verão; soma-se ao fenômeno a deficiência sedimentar pela ausência de grandes rios, plataforma continental estreita e cordões de arenito submersos que dificulta o armazenamento de sedimentos para remobilização; esta ocupação vem exigindo do município de Olinda a realização de obras de proteção costeira contra o avanço do mar desde 1958.

Segundo Medeiros et al. (2014) e Vasconcelos; Coriolano (2008), além da ocupação e urbanização das áreas de pós-praia, as obras costeiras (proteção, recuperação e mitigação) sem estudos adequados, também promovem erosão costeira com graves prejuízos às atividades socioeconômicas, a exemplo do Pontal do Maceió, orla de Fortaleza e, Taíba em São Gonçalo do Amarante no estado do Ceará, que exigiram novas obras para a recuperação do patrimônio público e privado. Para Tonyes et al. (2017), as obras de engenharia costeiras podem não garantir bons resultados e criar erosão em outras áreas, em virtude das obras de engenharia subestimarem os processos atuantes na zona costeira.

Em resposta a essas intervenções antrópicas nos ambientes costeiros, o governo federal vem implantando ao longo da costa brasileira unidades de conservação do tipo Reserva Extrativista Marinha (RESEX-Mar), buscando proteger de intervenções antrópicas futuras, capazes de modificar as relações entre os aspectos socioeconômicos e ambientais (Santos; Schiavetti, 2013). Desde 2002, já foram implantadas 10 UC do tipo Resex-Mar na costa do nordeste paraense, totalizando 284.780,76 ha. No entanto, até o momento as mesmas não

dispõem de planos de manejos, o que dificulta atingir os objetivos de sua criação, permitindo pressões, mudanças e impactos sobre os ecossistemas marinhos e costeiros.

Para Scherer; Sanches; Negreiros (2009), os principais problemas socioambientais existente na costa brasileira, que causam pressões, mudanças e impactos resultam principalmente da urbanização e da atividade turística desordenada. O turismo configura-se numa das principais atividades econômicas em termos mundiais, o que faz com que cresça a quantidade de localidades que queiram se desenvolver com a ajuda ou mesmo por meio dele, levando assim, a um aumento da competitividade; a crescente saturação da oferta de destinações turísticas no mercado faz a gestão dos destinos turísticos necessitar manter o foco nos princípios da competitividade; visando ordenar atividade turística no país, o MTUR lançou Plano Nacional do Turismo (2007-2010) tendo como meta estruturar 65 destinos indutores com padrão de qualidade internacional (LOHMANN, 2012; MONTANARI, GIRALDI; CAMPELLO, 2013; SILVA; SANTOS, 2015).

O Índice de Competitividade do Turismo Nacional (ICTN) do MTUR baseia-se no Índice Mundial de Competitividade em Turismo, um estudo detalhado envolvendo 133 países, realizado durante o Fórum Econômico Mundial (2009); este possibilita identificar e acompanhar indicadores para fins de diagnóstico da realidade local, viabilizando a definição de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento da atividade turística (LOHMANN, 2012; MONTANARI, GIRALDI; CAMPELLO, 2013; SILVA; SANTOS, 2015).

O desenvolvimento da atividade turística depende da competitividade, que resulta da eficiência e efetividade com que os recursos são empregados de forma a gerar crescimento e desenvolvimento turístico; não basta que fatores relacionados à atividade turística estejam desenvolvidos, faz-se necessário a presença de infraestrutura, serviços e equipamentos turísticos, atrativos turísticos, marketing, políticas públicas direcionadas e gestão, sendo este último o principal aspecto a ser considerado para o desenvolvimento da competitividade, promovendo reflexos para a população local; caso contrário, mesmo que os destinos turísticos sejam dotados de recursos e atrativos, não conseguirão desenvolver o setor (COSTA; HOFFMANN, 2011; VIEIRA; HOFFMANN, 2013).

Segundo Costa; Hoffmann (2011) e Luz et al., (2011), a falta de gestão articulada entre elos públicos e privados da cadeia produtiva do turismo também impacta negativamente na competitividade, pois a gestão compartilhada entre empresas e governos, contribui para construção de um destino competitivo. Assim, o turismo é capaz de impactar positivamente para o desenvolvimento dos destinos turísticos do país, sobretudo se considerada a esfera

econômica, que impacta positivamente no Produto Interno Bruto (PIB) (CÎSRTEA, 2014; MONTANARI, GIRALDI; CAMPELLO, 2013). Por outro lado, os impactos negativos do turismo desordenado se sobrepõem aos positivos, refletindo negativamente sobre os demais aspectos, como os percebidos pelos indicadores de desenvolvimento socioeconômico e urbano das áreas em estudo.

Considerando os resultados dos indicadores sobre as praias do Crispim, Atalaia e Ajuruteua permitem que se ponderem e se compreendam a realidade e os limites em cada dimensão do IDH-M, Geo Cidades-Matriz PEIR e ICT, possibilitando que os gestores públicos e privados observem em que aspectos são necessários empreender maiores esforços para o desenvolvimento socioeconômico, respeitando os padrões de qualidade ambiental e da competitividade turística, subsidiando o estabelecimento de políticas públicas de alocação de recursos, além de permitir a mitigação das principais pressões ambientais geradoras de impactos, que contribuem para cenários futuros pessimistas nestes ambientes costeiros.

CONCLUSÕES

Os territórios municipais que abrigam as praias do Crispim, Atalaia e Ajuruteua apresentam desenvolvimento humano médio. Das três áreas em estudo, Salinópolis foi a que apresentou o maior IDH-M (0,647). A dimensão que mais contribuiu para o IDH-M destes municípios foi a Longevidade e, a Educação foi à dimensão que menos contribuiu.

A análise da Matriz PEIR (Geo Cidades) demonstra que *Pressão, Estado e Impacto* estão relacionados aos recursos hídricos subterrâneos, serviços públicos de saneamento básico, uso e ocupação das APP. Apesar do poder público, em suas diferentes esferas, criar medidas de mitigação, ordenamento, controle e fiscalização do uso e ocupação destes espaços, a perda de espaços terrestres por erosão costeira configura-se atualmente na maior ameaça.

Quanto ao desenvolvimento da atividade turística, os três destinos litorâneos não apresentaram variáveis atendidas em quase todas as dimensões do estudo, sendo que o município e a praia do Atalaia foram os que apresentaram o maior número de variáveis atendidas no ICT e, a praia do Crispim foi a que mais teve variáveis não atendidas. As dimensões que tiveram o maior número de variáveis não atendidas foram Serviços e equipamento turístico, Aspectos Ambientais, Acesso.

Conclui-se que os investimentos públicos pretéritos em infraestrutura urbana, rodoviária e turística para a promoção e desenvolvimento socioeconômico e turístico das áreas em estudo, não promoveram resultados satisfatórios, comprovados pelos indicadores IDH-M, PEIR e ICT. Relacionando os resultados dos indicadores verificam-se sérios

prejuízos ambientais, que comprometem as atividades socioeconômicas, o potencial e a competitividade turística. Exigindo na atualidade medidas mitigadoras, por parte do poder público, para atenuar as pressões e os impactos gerados por este modelo de desenvolvimento socioeconômico para a região.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de doutorado.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, C.M.S.; CHEMIN, M.; GÂNDARA, J.M. A oferta turística de Paranaguá (PR): uma análise de atrativos e equipamentos de hospedagem. **Revista de Cultura e Turismo**, 6(4): 148-169, 2012.
- ABREU; M.V.S.; OLIVEIRA, J.C.; ANDRADE, V.D.A.; MEIRA, A.D. Proposta metodológica para o cálculo e análise espacial do IDH intraurbano de Viçosa – MG. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 28(1): 169-186, 2011.
- ALIJANZADEH, M.; ASEFZADEH, S.; ZARE; S.A.M. Correlation between human Development index and infant mortality rate worldwide. **Biotech Health Sci.**, 3(1): 1-5, 2016.
- AMARANTE, V.; ARIM, R.; VIGORITO, A. La relevancia de la desigualdad en la medición del desarrollo humano. Uruguay 1991-2002. **Desarrollo y Sociedad**, (65): 123-146, 2010.
- ARAÚJO, L.; FERNANDES, E.; ROSADO, P. Índice de desarrollo socioambiental para el Estado de Bahía. **Revista Problemas del Desarrollo**, 170(43): 101-123, 2012.
- BAPTISTA NETO, J.A.; FONSECA, E.M. Variação sazonal, espacial e composicional de lixo ao longo das praias da margem oriental da Baía de Guanabara (Rio de Janeiro) no período de 1999-2008. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 11(1): 31-39, 2011.
- BELARMINO, P.H.; SILVA, S.M.; RUFENER, M.C.; ARAÚJO, M.C.B. Resíduos sólidos em manguezal no rio Potengi (Natal, RN, Brasil): relação com a localização e usos. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 14(3): 448-457, 2014.
- CARMONA, V.C.; COSTA, B.K.; RIBEIRO, H.C.M. Competitividade e turismo: estudo da produção científica internacional. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, 8 (2): 201-221, 2014.
- CETRULO, T.B.; MOLINA, N.S.; MALHEIROS, T.F. Indicadores de sustentabilidade: proposta de um barômetro de sustentabilidade estadual. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, (30): 33-45, 2013.

- CICERO, L.H.; QUIÑONES, E.M.; CUNICO, P.; SANTOS, C.L. Contaminação das areias de praias do Brasil por agentes patológicos. **Revista Ceciliana**, 4(2): 44-49, 2012.
- CÎRSTEA, S.D. Travel e tourism competitiveness: a study of world's top economic competitive countries. **Procedia Economics and Finance**, 15(2014): 1273-1280, 2014.
- CONSTANTINO, M.; PEGORARE, A.B.; COSTA, R. B. Desempenho regional do IDH e do PIB per capita dos municípios de Mato Grosso do Sul, Brasil, entre 2000 e 2010. **Interações**, 17(2): 234-246, 2016.
- COSTA, H.A.; HOFFMANN, V.E. Competitividade de destinações turísticas: elementos e indicadores aplicados no estudo da administração turística de Balneário Camboriú - SC, Brasil. **Revista Turismo em Análise**, 17(2): 135-154, 2006.
- COSTA, M.B.S.F.; PONTES, P.M.; ARAÚJO, T.C.M. Monitoramento da linha de preamar das praias de Olinda – PE (Brasil) como ferramenta à gestão costeira. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 8(2): 101-112, 2008.
- DANELUZ, D.; TESSARO, D. Padrão físico-químico e microbiológico da água de nascentes e poços rasos de propriedades rurais da região sudoeste do Paraná. **Arquivos do Instituto Biológico**, 82, 1-5. 2015.
- DAWALIBI, N.W.; GOULART, R.M.M.; AQUINO, R.C.; WITTER, C.; BURITI, M.A.; PREARO, L.C. Índice de desenvolvimento humano e qualidade de vida de idosos frequentadores de universidades abertas para a terceira idade. **Psicologia & Sociedade**, 26(2): 496-505, 2014.
- FELISA, G. CIRIELLO, V.; FEDERICO, V. Saltwater intrusion in coastal aquifers: a primary case study along the Adriatic coast investigated within a probabilistic framework. **Water**, 5, 1830-1847, 2013.
- FLORES, L.C.S.; CAVALCANTE, L.S.; RAYE, R.L. Marketing turístico: estudo sobre o uso da tecnologia da informação e comunicação nas agências de viagens e turismo de Balneário Camboriú (SC, Brasil). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, 6(3): 322-339, 2012.
- FONSECA, E.O.L.; GLÓRIA, T.M.; BARRETO, M.L.; CARMO, E.H.; COSTA, M.C.N. Prevalência e fatores associados às geo-helminthiases em crianças residentes em municípios com baixo IDH no Norte e Nordeste brasileiros. **Cadernos de Saúde Pública**, 26(1): 143-152, 2010.
- FRATUCCI, A.C.; SCHWANTS, G.X.L.; MAIA, Y.C. Estrutura da gestão pública do turismo nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Revista de Cultura e Turismo**, 8(1): 140-159, 2014.

- GALVÃO JUNIOR, A.C. Desafios para a universalização dos serviços de água e esgoto no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Publica**, 25(6): 548-556, 2009.
- GIATTI, L.L.; FREITAS, C.M.; NASCIMENTO, P.R.; LANDIN, R.; GAVIOLLI, J.; CUTOLO, S.A.; MARIA, N.C.; CARBONE, A.S.; TOLEDO, R.F. Estudo de distintos níveis holárquicos para uma região metropolitana por meio da aplicação de Indicadores de sustentabilidade ambiental e de saúde. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, (30): 79-88, 2013.
- GONÇALVES, R.M.; PACHECO, A.P.; TANAJURA, E.L.X.; SILVA, L.M. Urbanização costeira e sombreamento na praia de Boa Viagem, Recife-PE, Brasil. **Revista de Geografia Norte Grande**, (54): 241-255, 2013.
- GOUVEIA, N. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(6): 1503-1510, 2012.
- HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cadernos de Saúde Pública**, (18): 57-65, 2002.
- HESPANHOL, I. Um novo paradigma para a gestão de recursos hídricos. **Estudos Avançados**, 22(63): 131-158. 2008.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Unidades da Federação. Pará (2010). Em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Para.pdf.
- Jerie, S.; Tevera, D. Solid waste management practices in the informal sector of Gweru, Zimbabwe. **Journal of Waste Management**, 2014, 1-7, 2014.
- KALIRAJ, S.; CHANDRASEKAR, N. MAGESH, N.S. Evaluation of coastal erosion and accretion processes along the southwest coast of Kanyakumari, Tamil Nadu using geospatial techniques. **Arabian Journal of Geosciences**, 2013.
- KASSIE, K.E. The problem of solid waste management and people awareness on appropriate solid waste disposal in Bahir Dar city: Amhara region, Ethiopia. **ISABB Journal of Health and Environmental Sciences**, 3(1): 1-8, 2016.
- LOHMANN, P. A inovação do turismo no Brasil: os desafios na construção de sua trajetória. Observatório de Inovação do Turismo - **Revista Acadêmica**, 7(2): 3-16, 2012.
- LUZ, L.F.P.; SILVA, T.F.F.; ALBERTON, A.; HOFFMAN, V.E. Estratégia e finanças em turismo: análise das publicações em periódicos brasileiros de turismo. Observatório de Inovação do Turismo - **Revista Acadêmica**, 6(1): 1-26, 2011.

- MAJEROVÁ, I. Comparison of old and new methodology in human development and poverty indexes: a case of the least developed countries. **Journal of Economics Studies and Research**, 2012, 1-15, 2012.
- MARINO, M.T.R.D.; FREIRE, G.S.S. Análise da evolução da linha de costa entre as praias do Futuro e Porto das Dunas, Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Estado do Ceará, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 13(1): 113-129, 2013.
- MEDEIROS, E.C.S.; PANTALENA, A.F.; MIOLA, B.; LIMA, R.S.; SOARES, M.O. Percepção ambiental da erosão costeira em uma praia no litoral Nordeste do Brasil (Praia de Taíba, CE). **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 14(3): 471-482, 2014.
- MENDES, A.C.; SILVA, M.S.; SANTOS, V.F. Análise do meio físico para gestão ambiental das ilhas de Algodal e Atalaia (NE do Pará). In: PROST, M.T.R. C.; MENDES, A. **Ecosistemas costeiros: impactos e gestão ambiental**. 220p., MPEG, Belém, PA, Brasil.
- MESQUITA, K.F.C.; SANTOS, M.L.S.; PEREIRA, J.A.R.; FIGUEIREDO, B.L. Avaliação da qualidade microbiológica da água consumida pela população da região amazônica um estudo de casos na ilha de Mosqueiro PA. **Revista Scientia Amazônia**, 3(3): 27-31, 2014.
- MIHCI, H.; TANER, M.T. Comparative Human Development and Gender Equality Performance Analysis of Middle Eastern and North African Countries with Turkey. **International Journal of Economics and Financial**, 4(4): 859-869, 2014.
- MIKI, A.F.C.; GÂNDARA, J.M.G.; MUÑOZ, D.R.M. O estado atual de pesquisas sobre competitividade turística no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, 12(2): 212-223, 2012.
- MINH, H.V.; HUNG, N.V. Economic aspects of sanitation in developing countries. **Environmental Health Insights**, 5, 63–70, 2011.
- MONTANARI; M.G.; GIRALDI, J.M.E.; CAMPELLO, C.A.G.B. Um estudo sobre a relação entre competitividade no setor de turismo e o desenvolvimento dos países. **GCG Georgetown University - Universia**, 7(2): 56-67, 2013.
- MTUR. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional: relatório Brasil**. 2ª ed. Revisada. Ministério do Turismo, Brasília, Brasil, 2008.
- _____. **Índice de competitividade do turismo nacional: destinos indutores do desenvolvimento turístico regional: relatório Brasil 2013**. Ministério do Turismo, Brasília, Brasil, 2014.
- OLIVEIRA, M.F.; GONÇALVES, C.A. A dicotomia entre cooperação e competição em um aglomerado territorial turístico. **Revista de Cultura e Turismo**, 7(1): 152-170, 2013.

PNUMA. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. **Metodologia para elaboração de relatório GEO Cidades**: manual de aplicação. v. 2. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Rio de Janeiro, Brasil. 2004. Em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/253615/mod_resource/content/1/356_Manual_GEO_Cidades_port.pdf.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Índice de Desenvolvimento Humano municipal brasileiro. Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro, Brasília, Brasil. 2013a. Em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf.

_____. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro, Brasília, Brasil. 2013a. Em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>

_____. **Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro, Brasília, Brasil. 2014. Em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas.

POLETTI, A.; SAMPAIO, C.A.C. Sistematização dos impactos da atividade turística: etapa preliminar. **Cadernos de Estudo e Pesquisa em Turismo**, 2(2): 155-163, 2013.

REZENDE, A.J.; SLOMSKI, V.; CORRAR, L.J. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do Estado de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, 1(1): 24-40, 2005.

ROCHA, K.E.; MENDES, J.V.; MORIS, V.A.S. Avaliação do nível de maturidade em sustentabilidade através do Modelo Hierárquico de Lowell. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, (30): 68-78, 2013.

RUIZ, T.C.D.; AKEL, G.M.; GÂNDARA, J.M.G. Estudos de competitividade turística: comparativo do modelo de Dwyer e Kim e do estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do Brasil. **Turismo & Sociedade**, 8(1): 15-37, 2015.

SANTOS, C.Z.; SCHIAVETTI, A. Reservas extrativistas marinhas do Brasil: contradições de ordem legal, sustentabilidade e aspecto ecológico. **Boletim do Instituto de Pesca**, 39(4): 479-494, 2013.

- SARTORI, A.G.O.; SILOTO, R.S. Análise da compatibilidade de indicadores de desenvolvimento humano e sustentável do sistema das Nações Unidas com o BellagioSTAMP. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, (30): 99-110, 2013.
- SCHERER, M.; SANCHES, M.; NEGREIROS, D.H. **Gestão das zonas costeiras e as políticas públicas no Brasil: um diagnóstico**. Rede Iberoamericana de manejo Costeiro (Brasil). Agência Brasileira de Gerenciamento Costeiro. 2009.
- SILVA, J.A.; SANTOS, C.A.J. Análise competitiva do turismo no município de Aracaju. **Revista de Turismo Contemporâneo**, 3(2): 188-210, 2015.
- SILVA, R.R.; BACHA, C.J.C. Acessibilidade e aglomerações na região Norte do Brasil sob o enfoque da nova geografia econômica. **Nova Economia**, 24(1): 169-190, 2014.
- SOUZA, C.R.G. A erosão costeira e os desafios da gestão costeira no Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 9(1): 17-37, 2009.
- TONYES, S.G.; WASSON, R.J.; MUNKSGAARD, N.C.; EVANS, K.G.; BRINKMAN, R.; WILLIAMS, D.K. Understanding coastal processes to assist with coastal erosion management in Darwin Harbour, Northern Territory, Australia. **Earth and Environmental Science**. 55, 1-8, 2017.
- UNDP. UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 2014. Sustaining human progress: reducing vulnerabilities and building resilience**. United Nations Development Programme, New York, United State America. 2014. Em: http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/relatorio_ocde14b.pdf.
- VASCONCELOS, F.P; CORIOLANO, L.N.M.T. Impactos socioambientais no litoral: um foco no turismo e na gestão integrada da zona costeira do Estado do Ceará, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 8(2): 259-275, 2008.
- VIEIRA, D.P.; HOFFMANN, V.E. Competitividade e desenvolvimento: um estudo em destinos indutores do turismo brasileiro. **Revista Alcance-Eletrônica**, 20(3): 400-416, 2013.

CAPÍTULO 5 – ATUAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL
LOCAL COMMUNITY ACTION IN THE DEVELOPMENT OF PUBLIC POLICIES SOCIOECONOMIC AND ENVIRONMENTAL

RESUMO

Este estudo avaliou a atuação da comunidade local no processo de consolidação das políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico e, a garantia dos padrões ambientais nas praias do Crispim (Marapanim), Atalaia (Salinópolis) e Ajuruteua (Bragança), no Estado do Pará, Brasil. Através de entrevista com membros dos órgãos federais, estaduais, municipais, associações comunitárias e de classe. Os resultados demonstram que o Projeto Orla é a principal política pública citada para o desenvolvimento socioeconômico e para manter os padrões ambientais. A mobilização comunitária é o principal resultado dessa atuação. O conflito e divergências de interesse dificulta a atuação dos próprios comunitários. A sazonalidade turística é a principal mudança relacionada ao tempo meteorológico. Conclui-se que a ausência da participação social causa o mau direcionamento das políticas públicas.

Palavras-chave: Participação social; Planejamento; Desenvolvimento local.

ABSTRACT

This study evaluated the performance of local community in the political consolidation process for socio-economic development and ensuring environmental standards in Crispim beaches (Marapanim), Atalaia (Salinópolis) and Ajuruteua (Bragança), in the state of Pará, Brazil. It was analysed through interviews with members of the federal, state, municipal, community and professional associations. The results demonstrate that the Orla Project is the main public policy for socioeconomic development and to maintain environmental standards. The community mobilization is the main result of this action. The conflict and differences of interest hampers the performance of the community themselves. It was concluded that the absence of social participation causes misdirection of public policy.

Keywords: Social participation; Planning; Local development.

INTRODUÇÃO

Na década de 1950 durante o processo de urbanização, a participação dos atores sociais nas políticas públicas do Brasil teve forte mobilização nas cidades através da fundação das associações de moradores para reivindicação de serviços públicos (CICONELLO, 2008). A luta contra o regime militar (1964-1985) das organizações da sociedade civil (OSCs) provocou a restauração do regime democrático brasileiro, garantindo o direito da população exercer o controle social sobre as ações do governo, previsto na Constituição Federal de 1988,

como os "projetos de iniciativa pública" (referendo, plebiscito, conselhos comunitários e audiências públicas) (FERREIRA; FONSECA, 2014; GOHN, 2013; SILVA; NAVAL, 2015).

Na década de 1990, a participação social tornou-se um dos princípios organizativos dos processos de formulação de políticas públicas e de deliberação democrática em escala local (GOHN, 2013). A participação da sociedade civil na esfera pública não é para substituir o Estado, mas para lutar no cumprimento do seu dever na educação, na saúde e demais serviços sociais com qualidade a todos; gerando o desenvolvimento local como um processo endógeno de mudança, a partir de suas capacidades e potencialidades, elevando as oportunidades sociais, a viabilidade e competitividade da economia local, assegurando a conservação dos recursos naturais (FREITAS; FREITAS, 2013).

A ausência da população local no planejamento das políticas públicas gera resultados com falhas; motivando o poder público a elaborar políticas com informações desatualizadas, que não atende a real necessidade da comunidade; para reverter esse problema faz-se necessário a atuação conjunta dos atores sociais na formulação e implementação de programas e projetos que solucionem os problemas que impedem o desenvolvimento local (PINHEIRO; DARNET, 2014).

Alguns estudos já desenvolveram trabalhos que avaliam a participação comunitária nas políticas públicas nas diversas áreas no Brasil (BATISTA; MELO, 2011; FERREIRA; FONSECA, 2014; GOHN, 2013; 2011; GONÇALVES; BÓGUS, 2017; SILVIA; NAVAL, 2015), na Europa (HENRIQUES; 2013; MARZUKI, 2015) e América Latina (ACOSTA; SRNEC, 2011; CAMPOS et al., 2017). Nestes é comum afirmação que a participação da comunidade nas políticas públicas é fundamental para sua legitimidade e eficácia, sendo uma condição prévia para o sucesso dos processos deliberativos.

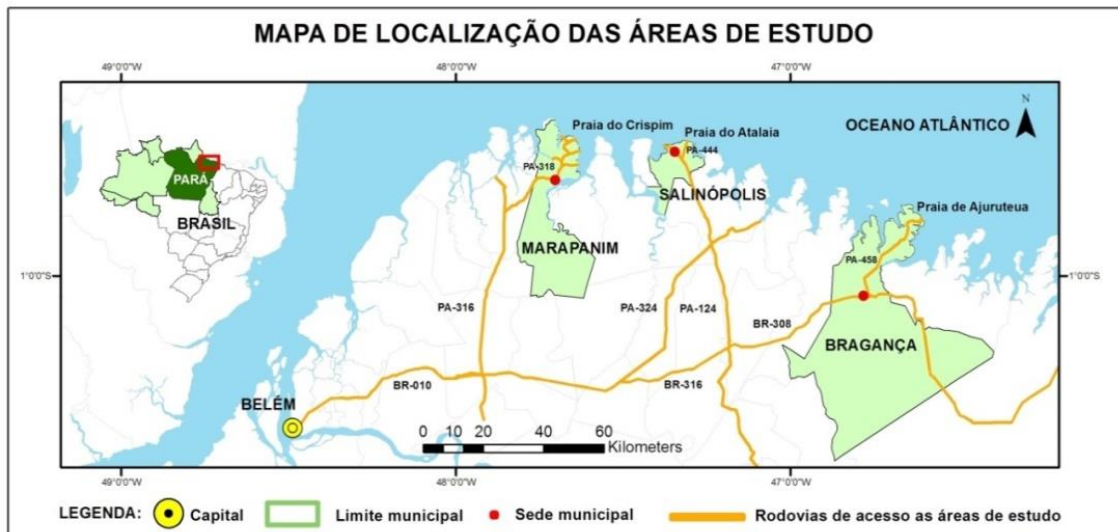
Neste sentido, este estudo contribuirá para analisar a problemática sobre a atuação social das comunidades litorâneas na zona costeira do NE paraense, tomando como base as políticas públicas nas áreas socioeconômicas e ambientais, corroborando com as discussões sobre o tema. Deste modo, este trabalho avaliou a atuação da comunidade local no processo de consolidação das políticas para o desenvolvimento socioeconômico e, a garantia dos padrões ambientais nas praias do Crispim (Marapanim), Atalaia (Salinópolis) e Ajuruteua (Bragança) no Estado do Pará, Brasil.

MATERIAL E MÉTODOS

Área de estudo

A Costa Atlântica do Salgado Paraense possui 598 km de extensão (Baía do Marajó – rio Gurupi), distribuídos em 13 municípios. Para este estudo foram selecionados a praia do Crispim (município de Marapanim), distante cerca de 18 km da sede do município e 156 km da cidade de Belém por via rodoviária. A praia do Atalaia (município de Salinópolis), distante cerca 13 km da sede do município e 213 km da capital paraense. A praia de Ajuruteua (município de Bragança), distante 36 km da sede do município e 246 km da capital do Estado (Figura 1). Estas praias receberam investimentos públicos referentes à expansão rodoviária, urbanização e turismo.

Figura 1. Mapa de localização das áreas de estudo, Estado do Pará, Brasil.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Etapas da pesquisa

As etapas para o desenvolvimento deste estudo, contou com a realização da fundamentação teórica a cerca do tema. No segundo momento, para obter as informações a cerca da atuação da população local nas políticas públicas, optou-se pela aplicação de entrevista estruturada, com questões abertas claramente definidas. Cada pergunta buscou obter as opiniões dos entrevistados a cerca: a) Quais as medidas adotadas para o desenvolvimento socioeconômico local? b) Quais os meios propostos para garantir a funcionalidade dos padrões ambientais? c) Quais os resultados da atuação comunitária em prol das políticas publicas? d) Quais as dificuldades enfrentadas para atuação comunitária nas políticas públicas? e, e) Quais as mudanças nos aspectos ambientais, econômicos e sociais relacionados ao tempo meteorológico? A questão (e) busca responder a relação e os impactos entre o tempo meteorológico e as políticas públicas. Essa análise relacional permite que as

respostas orais sejam comparadas, de modo que os resultados atendam as necessidades da pesquisa.

Para a escolha dos participantes da entrevista optou-se pelos membros dos órgãos públicos em suas diferentes esferas de governo (federal, estadual, municipal) e entidade de classe (local), por conhecerem melhor a atuação dos comunitários, em virtude dos seus trabalhos nas áreas em estudo. Não se optou por entrevistar a população para não obter respostas favoráveis a sua atuação, mesmo que estes participem da elaboração das políticas públicas. Em virtude das políticas (socioeconômico e ambiental) que se pretende obter as respostas da atuação comunitária, optou-se por entrevistar os membros dos órgãos ambientais, ensino e pesquisa, planejamento e obras públicas, turismo e, os respectivos representantes de cada órgão de classe existente nas áreas em estudo.

Num terceiro momento, realizou-se a coleta dos dados durante os meses de outubro e novembro de 2015, agosto e setembro de 2016, com os atores sociais públicos e privados. Foram entrevistados 16 membros (federal (03), estadual (03), municipal (06) e local (04)¹⁵). Em seguida, para a tabulação dos dados, optou-se pela padronização das respostas a partir do objeto central mencionado nas respostas dos entrevistados, permitindo a sua demonstração qualitativa (quadro) e, na forma quantitativa (gráfico e tabela) após tabulação em planilha Excel, possibilitando a discussão dos resultados a partir da análise descritiva dos dados qualitativos nominais, que apresentaram maior frequência absoluta (FA) e relativa (FR).

RESULTADOS

As respostas obtidas nas entrevistas estão padronizadas conforme a citação dos entrevistados, permitindo dimensionar as ações políticas dos órgãos públicos e das entidades de classe a qual fazem parte, além de informar a atuação dos comunitários nas políticas públicas direcionadas as suas respectivas áreas. Independente do nível de poder, os órgãos apresentam semelhanças nas respostas, permitindo compara-las, buscando atender o objetivo da pesquisa. Os resultados obtidos nas entrevistas podem ser observados no quadro 1.

¹⁵ Foram entrevistados atores sociais públicos a nível federal (membros da Superintendência de Patrimônio da União (SPU/PA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Universidade Federal do Pará (UFPA)), estadual (membros da Secretária Estadual de Turismo (Setur), Secretaria de Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e Secretária de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP)), municipal (membros da Agencia Distrital de Marudá (Marapanim), Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marapanim, Secretaria Municipal de Turismo de Salinópolis, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Salinópolis, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Bragança, Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte (Bragança)). A nível local foram entrevistados os atores sociais privados, formados pela sociedade civil organizada, considerando como base as praias em estudo (Presidentes da Associação Comunitária dos Moradores do Crispim (ASCOMC); Associação dos Moradores da Praia de Ajuruteua (AMPA); Conselho Municipal de Turismo (Bragança) e, da Associação dos Barraqueiros da Praia de Atalaia).

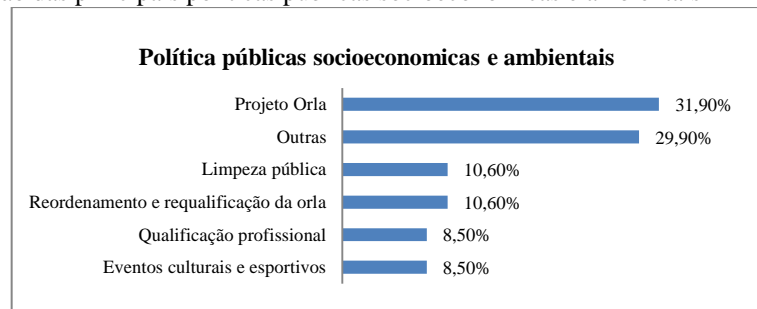
Quadro 1. Demonstração qualitativa das informações dos atores sociais públicos e privados referentes às informações sobre as políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental nas praias do Crispim, Atalaia e Ajuruteua, Zona Costeira do Estado do Pará, Brasil.

NIVEL	ÓRGÃO	QUESTÕES				
		Medidas para o desenvolvimento socioeconômico.	Meios para garantir os padrões ambientais	Atuação comunitária nas políticas públicas.	Dificuldades enfrentadas para a atuação comunitária nas políticas públicas.	Mudanças relacionadas ao tempo meteorológico.
FEDERAL	SPU	Regularização fundiária.	Autorização e definição do tipo de uso e ocupação.	Mudança no entendimento da legislação para garantir os padrões ambientais.	Ausência da prefeitura por falta de recursos financeiros.	- Erosão costeira. - Sazonalidade turística. - Aumento de resíduos sólidos e de água servida (esgoto).
	ICMBIO	Planejamento e gerenciamento das Resex-Mar.	- Criação de RESEX-Mar. - Plano de Manejo.	Mobilização comunitária.	Falha na comunicação para mobilização comunitária.	Sazonalidade turística.
	UFPA	Projeto Orla	Projeto Orla	Mobilização comunitária.	- Ausência de Órgãos envolvidos. - Ausência da comunidade envolvida e afetada pelas políticas públicas.	- Erosão costeira. - Sazonalidade turística.
ESTADUAL	SETUR	- Projeto Orla. - Qualificação profissional.	Projeto Orla.	Mobilização comunitária.	- Falha de comunicação para mobilização comunitária. - Mobilidade para participar das reuniões. - Conflito e divergências de interesses.	- Erosão costeira. - Sazonalidade turística. - Aumento de resíduos sólidos e de água servida (esgoto).
	SEMAS	Projeto Orla	Projeto Orla	Mobilização comunitária.	Políticas públicas planejadas sem participação comunitária.	Sazonalidade turística.
	SEDOP	Reordenamento, requalificação urbana e ambiental da orla.	Reordenamento, requalificação urbana e ambiental da orla.	Mobilização dos barraqueiros.	Conflito e divergências de interesses.	- Erosão costeira. - Sazonalidade turística.
MUNICIPAL	AG. DIST. Marudá	Eventos culturais e esportivos.	- Limpeza pública. - Coibir novos empreendimentos que ameacem o meio ambiente.	Interesse na elaboração das políticas públicas.	- Baixa participação comunitária no processo de decisão. - Baixa qualificação profissional.	- Erosão costeira. - Sazonalidade turística.
	SEMMA Marapanim	- Limpeza pública. - Abastecimento de água (outros inexistem).	- Estudos técnicos geológicos. - Apoio nos trabalhos da Resex-Mar Mestre Lucindo.	Mobilização comunitária (depende da pauta da reunião).	Conflito e divergências de interesses.	- Erosão costeira - Sazonalidade turística - Aumento de resíduos sólidos e de água servida (esgoto).
	SECTUR Salmópolis	- Reordenamento, requalificação urbana e ambiental da orla - - Eventos culturais e esportivos.	- Projeto Orla. - Limpeza pública.	Direcionamento das ações e projetos.	Descontinuidade das políticas públicas.	Sazonalidade turística.
	SEMMA Salmópolis	Reordenamento, requalificação urbana e ambiental da orla.	- Projeto Orla. - Criação do Monumento Natural na Praia do Atalaia. - Mutirão ecológico.	Mobilização dos barraqueiros.	Falta de interesse da população local.	- Erosão costeira. - Sazonalidade turística.
	SECTUR Bragança	Planejamento Turístico	Projeto Orla.	Interesse na elaboração das políticas públicas.	- Falta de integração entre poder público, privado e comunidade. - Dependência da estrutura municipal para tomada de decisões.	Sazonalidade turística.
	SEMMA Bragança	Projeto Orla.	- Projeto Orla. - Reordenamento, requalificação urbana e ambiental da orla	Grande presença de moradores.	- Baixa participação comunitária no processo de decisão. - Conflito e divergências de interesses. - Resistência de entendimento do assunto (ideias formadas)	- Erosão costeira. - Sazonalidade turística. - Aumento de resíduos sólidos e de água servida (esgoto).
LOCAL	PRES. DO COMTUR Bragança	Qualificação profissional.	Projeto Orla.	Direcionamento das ações e projetos.	- Não aplicabilidade das ações e projetos acordados nas reuniões. - Ausência de Órgãos envolvidos.	- Erosão costeira. - Aumento de resíduos sólidos e de água servida (esgoto).
	LÍDER COM. (ASCOMC)	Inexiste	Limpeza pública pela população local (Ineficiência do serviço público).	Mobilização comunitária (depende da pauta da reunião).	- Baixa participação comunitária no processo de decisão. - Conflito e divergências de interesses.	- Erosão costeira. - Sazonalidade turística.
	PRES. DA ABAMS	- Qualificação profissional dos barraqueiros. - Eventos culturais e esportivos.	- Projeto Orla. - Limpeza pública.	Direcionamento das ações e projetos.	Dificuldade no acesso a informação.	Sazonalidade turística
	LÍDER COM. (AMPA)	- Projeto Orla. - Qualificação profissional. - Eventos culturais e esportivos.	- Projeto Orla. - Estudos técnicos geológicos.	- Mobilização comunitária. - Interesse na elaboração das políticas públicas.	- Falta de interesse do poder público. - Mobilidade para participar das reuniões.	- Erosão costeira. - Sazonalidade turística.

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

A política pública mais mencionada, em andamento ou já executada, para promoção do desenvolvimento socioeconômico e, para manter os padrões ambientais nas praias foi o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima - Projeto Orla, da Secretária de Patrimônio da União (SPU), conforme o gráfico 1. De todos os resultados, a praia do Crispim foi à única mencionada por não receber investimentos públicos para o desenvolvimento socioeconômico, o entrevistado informou que os serviços públicos são o sistema de abastecimento de água encanada, energia elétrica e serviço de limpeza pública (ineficiente).

Gráfico 1. Totalização das principais políticas públicas socioeconômicas e ambientais



Fonte: Dados da pesquisa (2016)

As atuações comunitárias nas reuniões que tratam sobre a criação, planejamento e execução das políticas públicas citadas anteriormente, resultaram na mudança no entendimento das informações, além do interesse no auxílio a formulação e direcionamento das políticas públicas com reflexos positivos nos resultados e, grande presença dos comunitários em algumas reuniões, na qual a mobilização comunitária e de classes foi a mais citada pelos entrevistados.

Ao contextualizar os resultados referentes às dificuldades enfrentadas pela atuação comunitária na efetivação das políticas, verifica-se que o mau planejamento das reuniões por parte do poder público (falhas na comunicação, divulgação e articulação dos envolvidos), bem como, a dificuldade na mobilidade para o comparecimento das reuniões externas a comunidade, provocam a ausência dos mesmos e dos representantes dos órgãos envolvidos (estes dependem da autorização e da disponibilidade de transporte para locomoção).

A falta de interesse do poder público com trabalho público e comunitário (gestores compromissados com política partidária), somado a descontinuidade das políticas públicas, ausência das prefeituras por falta de recursos financeiros, a não aplicabilidade das ações e projetos aprovados nas reuniões, motiva a falta de interesse da população local (desacreditar na eficiência do poder público, transferindo para o mesmo a tomada de decisão). Gerando uma dependência da estrutura municipal para a tomada de decisão, resultando em políticas públicas planejadas sem a participação comunitária.

A baixa participação comunitária no processo de decisão, além de conflito e divergências de interesse e ideias, resistência de entendimento do assunto, baixa qualificação profissional, dificuldade de acesso à informação e, a falta de integração entre o setor público, privado e comunidade local, em conjunto, dificultam as soluções para os problemas cotidianos, mantendo a inércia do subdesenvolvimento e atraso da comunidade.

Ao analisar as mudanças relacionadas ao tempo meteorológico, que afetam os aspectos ambientais, sociais e econômicos, verifica-se que há uma relação direta com a política pública mais citada. Tanto a sazonalidade turística (maior fluxo de visitantes durante o período menos chuvoso - julho e em feriados prolongados) como a erosão costeira (intensificada no período mais chuvoso) são considerados os principais problemas que afetam os aspectos socioeconômicos e ambientais, que podem ser solucionados ou mitigados pelo Projeto Orla, conforme as opiniões dos entrevistados.

O Projeto Orla ao visar à compatibilização das políticas ambiental, urbana e patrimonial, para o desenvolvimento de atividades socioeconômicas sustentáveis na orla, permite através da gestão dos terrenos de marinha, medidas para evitar o aumento do acúmulo de resíduos sólidos prejudiciais ao ambiente costeiro, que no período menos chuvoso tem origem antrópica (produzido pelos veranistas). Segundo os entrevistados, a limpeza da praia e pós-praia é de responsabilidade da prefeitura (Secretária Municipal de Limpeza Pública), na ausência da coleta dos resíduos, a queima torna-se comum, podendo provocar incêndios nas áreas de restinga e mangue.

Outra solução esperado pelo Projeto Orla, que tem influência do tempo meteorológico, é o tratamento de esgoto, que em virtude do aumento de veranista motivado pelo período menos chuvoso, aumenta a sua produção, infiltrando no lençol freático ou drenando para cursos d'água do mar, sem nenhum tipo de tratamento.

Considerando as informações dos entrevistados, referente às cinco questões, as respostas que obtiveram maior frequência podem ser visualizadas no quadro 2, em seguida serão discutidas com base em estudos desenvolvidos a cerca dos temas.

Quadro 2. Distribuição das respostas com maiores frequências sobre atuação da população local nas políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental nas praias do Crispim, Atalaia e Ajuruteua, Zona Costeira do Estado do Pará, Brasil.

Questões	Respostas	Frequência Absoluta (FA)	Frequência Relativa (FR)
Mudanças relacionadas ao tempo meteorológico.	Sazonalidade turística	15	45%
Meios para garantir os padrões ambientais.	Projeto Orla	10	40%
Resultados da atuação comunitária nas políticas públicas.	Mobilização	9	53%
Medidas para o desenvolvimento socioeconômico local.	Projeto Orla	5	23%
Dificuldades enfrentadas para a atuação comunitária nas políticas públicas.	Conflito e divergências de interesses	5	20%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

DISCUSSÃO

Para Furtado et al. (2006), as áreas que abrigam as praias em estudo receberam investimentos para o desenvolvimento socioeconômico da região a partir da segunda metade do século XX. Segundo Souza (2009), por serem terras da União, a demarcação de imóveis e aforamento dos terrenos de marinha pela Secretária de Patrimônio da União (SPU) foi possibilitado pelo Decreto Lei 9.760/1946, tendo preferência para quem as cultivasse.

Segundo Oliveira e Nicolodi (2012), na década de 1960 estava em vigor a Lei 4.771/1965 (Código Florestal), que determinava as florestas e outras formas de vegetação natural situadas nas restingas fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangue como área de preservação permanente (APP). No entanto, o Estado (municipal, estadual e federal) promoveu o desrespeito ao Código Florestal vigente, ao promover investimentos públicos de expansão rodoviária, incentivo a urbanização (aforamento, loteamento e ocupação espontânea) e turismo balnear, sendo este os principais vetores de transformação e mudança socioeconômico e ambiental, que exigem dos gestores públicos atuais soluções para os problemas enfrentados pelas populações residentes nestas áreas (MONTEIRO, et al., 2009; RANIERI; EL-ROBRINI, 2015).

Os problemas apresentam uma relação com o tempo meteorológico, este provoca a variabilidade¹⁶ que se observa no tempo e que afeta as atividades humanas no dia a dia (DIAS; SILVA, 2009). Nesta região do Atlântico Equatorial no extremo norte do Brasil, há diferenças nas estações do ano em relação ao restante do país¹⁷. No período menos chuvoso (jun./jul./ago.), ocorre uma grande procura pelas praias em estudo, principalmente no mês de julho (férias escolares), esta sazonalidade do turismo¹⁸ balnear promove impactos econômicos, como a diminuição da geração de emprego e renda no período chuvoso e, forte impacto sobre os aspectos socioambientais no período menos chuvoso, como o aumento da produção de resíduos sólidos e água servida, ambos prejudiciais ao meio ambiente e a saúde humana (FURTADO et al., 2006; MONTEIRO et al., 2009; RANIERI; EL-ROBRINI, 2016).

¹⁶ As variabilidades do tempo meteorológico na zona costeira paraense são influenciadas pelo movimento migratório latitudinal da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) do Atlântico (um sistema gerador de precipitação); pelas Linhas de Instabilidade (LIS) e as anomalias climáticas naturais que ocorrem no oceano Pacífico e Atlântico (El Niño/La Niña e Dipolo do Atlântico) (CARVALHO; OYAMA, 2013; MOURA; VITORINO, 2012; RANIERI; EL-ROBRINI, 2015).

¹⁷ No hemisfério sul durante o verão austral (dez./jan./fev.) é o início do período chuvoso na costa norte equatorial e, durante o inverno austral (jun./jul./ago.) seja o período menos chuvoso na costa norte do Brasil, denominado de verão amazônico (CARVALHO; OYAMA, 2013).

¹⁸ A sazonalidade é um desequilíbrio temporal no fenômeno turístico, que provoca períodos de alta e baixa no fluxo de turistas de um determinado destino em diferentes épocas do ano, por algumas variáveis motivacionais (férias escolares ou dos trabalhadores, poder aquisitivo, clima, etc.), que são capazes de promover picos nas atividades de prestação de serviços (SCHEUER; BAHL, 2011).

O tempo meteorológico no período chuvoso, também provoca um aumento dos processos erosivos na zona costeira paraense. Para Medeiros et al. (2014), a erosão costeira configura-se um grave problema mundial de cunho ambiental, econômico e social. Mazzer e Dillemburg (2009) e, Souza (2009), afirmam que os eventos erosivos estão relacionados às atividades desenvolvidas e os diversos processos de ocupação dos ambientes de praia, que induzem o seu aceleramento.

Segundo Ranieri e El-Robrini (2016), a ocupação desordenada sobre as dunas e região do estirâncio (setores que desempenham função de proteção costeira e apresentam maior risco de erosão), intensificam os processos erosivos, principalmente quando associado ao período chuvoso, marés de sizíguas (março/abril e setembro/ outubro) e, incidência de ondas formada por fortes ventos alísios de NE.

Para Iwama, Batistell e Ferreira (2014) e Pedrosa (2013), é fundamental o conhecimento dos processos costeiros atuantes, as limitações impostas pelas variações na configuração da linha de costa, a sua suscetibilidade à erosão, a elevação do nível do mar e, os eventos climáticos extremos. Tais informações são ferramentas fundamentais para o planejamento e gerenciamento costeiro, permitindo o estabelecimento de faixas de recuos da zona litorânea, determinação de áreas de risco de erosão costeira, além de contribuir com informações para a implantação de obras de intervenção direta na linha de costa (DIAS; ROCHA-BARREIRA, 2011; MARINO; FREIRE, 2013).

Nestas praias do litoral paraense, há uma necessidade crescente do ordenamento e adequação da orla para o uso público, além de obras de proteção/mitigação de erosão ou o estabelecimento de espaço para dinâmica natural costeira, porém a disponibilidade de espaço em virtude da concentração de edificações no limite do pós-praia reduz a realização das mesmas. Para Silva et al. (2013), a urbanização das praias em diversas partes do mundo não deixaram espaços suficientes para a dinâmica costeira, ocasionando prejuízos ambientais, comerciais e recreativos.

Outro fator que limita a implantação de obras, adequação da orla para o uso e outros serviços públicos é a ausência de recursos financeiros nas prefeituras. Para Fernandes e Araújo (2015), a baixa emissão de nota fiscal para a arrecadação de imposto aos cofres públicos nestas praias também limita a disponibilidade de recursos financeiros. Segundo Soares; Gomes e Toledo Filho (2011), tais recursos provenientes da movimentação econômica da sociedade em geral ao serem arrecadados são aplicados no próprio estado e nos municípios sobre sua jurisdição, para investimentos em políticas públicas. Os recursos do ICMS poderiam ser utilizados para a implantação e gerenciamento do sistema de saneamento

básico (água, esgoto, resíduos sólido), evitando os impactos socioambientais nas praias (GOUVEIA, 2012).

Nesse contexto de situações problemáticas resultantes dos processos de interligação rodoviária, urbanização e turismo balnear, tem-se a iniciativa do governo federal através do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima - Projeto Orla, objetivando solucionar tais problemas ao compatibilizar as políticas ambiental, urbana e patrimonial no trato dos espaços litorâneos sob a propriedade e guarda da União, baseadas na participação popular, visando o uso, gestão, orientação e estímulo as atividades socioeconômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da orla (MENEZES et al., 2016; OLIVEIRA; BROXADO, 2014; ROCHA; FERNANDEZ; NASCIMENTO, 2013).

Para Oliveira e Nicolodi (2012), o Projeto Orla demanda ações de projeto de urbanização, paisagismo, contenção de risco e erosão, organização e padronização de quiosques, saneamento, coleta e tratamento de resíduos sólidos, legislação, capacitação profissional, recuperação de APP, regularização fundiária, sinalização, disciplinamento de uso e atividades e, turismo. Esses projetos demonstram que para garantir a função de sustentação natural e econômica da zona costeira, faz-se necessário o planejamento de uso e ocupação desse espaço, principalmente das atividades econômicas desenvolvidas, como o turismo.

Os problemas referentes à sazonalidade turística, resíduos sólidos e líquidos são amenizados a partir do planejamento da atividade turística. Para Fernandes, Souza e Dantas (2010) e Umbelino e Amorim (2010), muitos destinos ainda não implementaram ou fazem-no de forma inadequada, tornado uma atividade insustentável com o tempo; este planejamento é realizado principalmente pelo setor público, por envolver vários setores da economia, contando com a participação do setor privado e da comunidade, visando assegurar a competitividade e sustentabilidade dos destinos turísticos.

Para Quaresma e Campos (2006), nas áreas litorâneas do Pará, o turismo encontrou o produto ideal para a sua efetivação, porém nem sempre associado a um planejamento integrado e inclusivo, alterando a vocação natural de vilas de pescadores em balneários turísticos, gerando impactos diretos e indiretos nas formas tradicionais de organização socioeconômica e política das populações costeiras e, na poluição e esgotamento dos recursos naturais. Amaral et al. (2008), afirma que tais impactos fez aumentar o interesse em preservar determinados ecossistemas, a partir da reivindicação da comunidade local ou para combater a pesca predatória, assegurando os modos de vida e formas de manejo destas populações em relação à natureza. Segundo Santos e Schiavetti (2013), a partir desse interesse de preservação dos ecossistemas foram criadas as Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX-Mar) no litoral

paraense, baseadas nas reservas extrativistas terrestres, mas com os limites parcial ou totalmente dentro do ambiente marinho.

As 10 Resex-Mar existentes no litoral do Nordeste paraense exemplificam a mobilização de grupos sociais, que apesar de possuírem menor poder aquisitivo e, baixa capacitação para se fazer ouvir nos meios de comunicação e nas esferas de decisão, obtiveram o resultado esperado após a mobilização comunitária, que segundo Figueiredo, Furtado e Castro (2009), as Resex-Mar visam reduzir a fragilidade ambiental e amenizar os conflitos entre grupos sociais e o tipo de relação que eles mantêm com o meio natural.

Para alguns autores a solução de tais situações problemáticas que demandam políticas públicas a fim de solucionar-las está na mobilização comunitária, pois segundo Pinheiro e Darnet (2014), a ausência da população local no planejamento das políticas públicas gera resultados com falhas e, não solucionam os problemas que impedem o desenvolvimento local. Gohn (2011) enumera três tipos de participação política: 1) presencial: o indivíduo mostra comportamento passivo; 2) ativo: o indivíduo desenvolve atividades que lhe são confiadas; 3) participação (real): o indivíduo contribui para decisões políticas.

Para os autores Cattani e Ferrarini (2010), Ferrarini (2012), Silva e Silva (2008), a mobilização comunitária da sociedade civil na esfera pública além de promover o desenvolvimento local, contribui para o desenvolvimento socioeconômico com qualidade de vida e, o uso racional dos recursos naturais; esse empoderamento sociopolítico da população envolvida possibilita enunciar de forma coletiva suas necessidades, prioridades e soluções, como o fortalecimento dos mecanismos democráticos; além de gerar um ambiente favorável à diminuição do oportunismo e da corrupção, possibilitado uma melhor transparência nos negócios públicos, garantido uma melhor eficácia das políticas públicas.

Nas comunidades em estudo verifica-se que há falhas do poder público e dos comunitários nas discussões das políticas públicas locais, referentes ao planejamento, compromisso, não aplicabilidade das ações, demonstração de interesse (individualista e coletivista¹⁹) e forma de atuação²⁰, motivando o desinteresse de ambos na atuação. Para Cattani e Ferrarini (2010), a ausência e atitudes de um compromete o desenvolvimento do outro, sendo fundamental a participação da população em todas as etapas e não apenas na

¹⁹ As formas de participação social são determinadas pelo momento histórico-cultural e pelas configurações típicas dos grupos humanos, que podem apresentar princípios individualistas (conduzindo o indivíduo a atuar em benefício próprio em detrimento dos demais) ou coletivistas (atua com base na cooperação e generosidade, com ênfase nos valores sociais) (GOUVEIA et al., 2003; PALMIERI; BRANCO, 2004).

²⁰ Considera-se também a importância e a eficácia da participação individualizada dos cidadãos como indivíduos, em suas diferentes posições, circunstâncias e ideias, pois uma democracia saudável requer ambos (MAIA, 2010).

execução, pois uma política pública não consegue atingir resultados abrangentes e sustentáveis sem a articulação local com entidades da sociedade civil e, planejamento adequado em conformidade com as necessidades da comunidade.

A atuação dos atores sociais no planejamento das políticas públicas também podem apresentar visões e decisões localizadas e isoladas, por falta de percepção dos processos globais em que o local está inserido. Para Tapia (2005), os atores sociais e suas instituições trabalham com o nível e qualidade de informação limitada ao seu espaço, não captando a complexidade e a relevância dos fatores externos, decisivos para o seu futuro, no que se referem as oportunidade e ameaças, que pode estar relacionado com a dificuldade de acesso à informação, apesar deste ser um direito constitucional garantido pela Constituição de 1988 (Art. 5º, inciso XXXIII).

Para os autores Batista e Mello (2011), Silva e Naval (2014), além da dificuldade do acesso as informações, soma-se o uso indevido do conhecimento técnico-científico, em que técnicos falam para leigos provocando o silêncio das experiências populares e, a desautorização do posicionamento dos representantes dos usuários, fragilizando a participação política da comunidade e de seus representantes; gerando a “despolitização” da sociedade frente às políticas públicas.

Os autores Machado, Cotta e Soares. (2015), mencionam que outra dificuldade enfrentada pelos comunitários é a descontinuidade e alternância político-partidária e administrativa da gestão governamental por eleição, que além de provocar uma desmotivação na atuação dos comunitários, técnicos e gestores do poder público, gera uma interrupção de iniciativas, projetos, programas, obras, desperdício de recursos públicos, mudanças de prioridades, perda de memória e saber institucional, engavetamento de planos futuros e, desânimo dos envolvidos na elaboração das políticas públicas.

Apesar da mobilização da atuação comunitária apresentar diversas dificuldades para o exercício da cidadania no planejamento das políticas públicas, Leite (2009) afirma que é fundamental o processo da descentralização político-administrativa, através da distribuição das responsabilidades e do poder decisório para o desenvolvimento local, contribuindo para a eficiência da gestão pública, facilitando o diálogo entre os atores sociais em menor escala de negociação, sem mediação das estruturas políticas distantes, elevando os resultados e reduzindo os custos, assegurando a contribuição para o desenvolvimento local e democratização da sociedade.

CONCLUSÕES

A principal política pública voltada para o desenvolvimento socioeconômico e para manter os padrões ambientais é o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla). Os informantes avaliaram a atuação dos comunitários das áreas estudadas como positiva, ao informarem que há uma mobilização seja ela comunitária ou de classe. As principais dificuldades enfrentadas para garantir essa atuação referem-se ao conflito e divergência de interesses dos próprios comunitários. A principal mudança nos aspectos socioeconômico e ambiental relacionado ao tempo meteorológico refere-se à sazonalidade turística.

As primeiras políticas públicas implantadas nas áreas em estudos (expansão rodoviária, urbanização e atividade turística) contribuíram para os problemas atuais enfrentados pelas comunidades, que em conflito com as ações naturais (tempo meteorológico e dinâmica costeira) exigem soluções adequadas. A gestão integrada entre o poder público, setor privado e a comunidade local é fundamental para o planejamento, execução e avaliação das políticas públicas, melhorando a sua transparência. Esse processo de descentralização político-administrativa possibilita a criação de projetos e ações acertáveis para o desenvolvimento socioeconômico em consonância com a legislação ambiental vigente.

Torna-se fundamental a atuação coletiva da comunidade local, mesmo que haja dificuldades deve se organizar, priorizando suas demandas coletivas e individuais, informar-se e buscar compreender o contexto externo ao qual estão inseridas, evitando soluções imediatistas em detrimento das assertivas, que consideram estudos técnicos sobre a realidade local. Do contrário, sua ausência causa um desequilíbrio ou mau direcionamento das políticas, tirando a sua legitimidade quanto política pública descentralizada, integrada e participativa.

AGRADECIMENTOS:

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de doutorado.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, M.C.; SRNEC, C.C. Strategies for action and public policy implications of the third degree cooperatives in Argentina. **Visión de Futuro**, v. 15, n. 2, 2011.
- AMARAL, D.D.; PROST, M.T.; BASTOS, M.N.C.; COSTA NETO, S.V.; SANTOS, J.U.M. Restingas do litoral amazônico, Estados do Pará e Amapá, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Sér. Ciênc. Nat.**, v. 3, n. 1, p. 35-67, 2008.

- BATISTA, E.C.; MELO, E.M. A participação popular em Ipatinga (MG, Brasil): conquistas e desafios do setor de saúde. **Ciência & saúde coletiva**, v. 16, n. 1, p. 337-347, 2011.
- CAMPOS, F.H.P.; ZEITOUNE, C.G.Z.; IPARRAGUIRRE, H.A.R.; AGUILAR, R.M.P.; SOUZA, A.I. Humanized care as a Public Policy. The peruvian case. **Escola Anna Nery**, v. 21, n. 2, p. 1-8, 2017.
- CARVALHO, M.A.V.; OYAMA, M.D. Variabilidade da largura e intensidade da Zona de Convergência Intertropical Atlântica: aspectos observacionais. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 28, n. 3, p. 305-316, 2013.
- CATTANI, A.D.; FERRARINI, A.V. Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza. **Revista Katálysis**, v. 13, n. 2, p. 164-172, 2010.
- CICONELLO, Alexandre. A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil. In: GREEN, Duncan; FRIED, Mark. **From poverty to power: how active citizens and effective states can change the world**. Oxford: ed. Oxfam International, 2008.
- DIAS, I.C.C.M; ROCHA-BARREIRA, C.A. Comportamento morfodinâmico da praia da Taíba, Nordeste do Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 11, n. 4, p. 421-431, 2011.
- FERNANDES, A.S.A.; ARAÚJO, S.M.V.G. A criação de municípios e a formalização de regiões metropolitanas: os desafios da coordenação federativa. **URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, n. 3, p. 295-309, 2015.
- FERNANDES, M.F.D.; SOUZA, R.C.; DANTAS, J.R.Q. O papel do estado e das políticas públicas na definição do espaço turístico: um estudo de caso do município de Portalegre, RN. **Rev. Pol. Públ.**, v. 14, n. 1, p. 167-176, 2010.
- FERRARINI, A.V. Desenvolvimento local integrado e sustentável: uma metodologia para políticas e programas de superação da pobreza. **Interações**, v. 13, n. 2, p. 233-241, 2012.
- FERREIRA, C.M.S.; FONSECA, A. Public participation in the municipal environmental councils of the médio Piracicaba region of Minas Gerais state, Brazil. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 235-252, 2014.
- FIGUEIREDO, E.M.; FURTADO, L.G.; CASTRO, E.R. Trabalhadores da pesca e a Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá-PA: impactos socioambientais da rodovia PA-316. **Amazônia: Ci. & Desenv.**, v. 5, n. 9, p. 231-252, 2009.
- FREITAS, A.L.; FREITAS, A.L. Interações entre organizações coletivas na promoção do desenvolvimento local. **Interações**, v. 14, n. 2, p. 177-188, 2013.

- FURTADO, L.F.G.; NASCIMENTO, I.H.; SANTANA, G.; MANESCHY, M.C. Formas de utilização de manguezais no litoral do Estado do Pará: casos de Marapanim e São Caetano de Odivelas. **Amazônia: Ci. & Desenv.**, v. 1, n. 2, p. 113-127, 2006.
- GOHN, M.G.; Participação de representantes da sociedade civil na esfera pública na América Latina. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 18, p. 223-244, 2011.
- _____. Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil. **SER social**, Brasília, DF, v. 15, n. 33, p. 261-384, jul./dez. 2013.
- GONÇALVES, C.C.M.; BÓGUS, C.M. Participação social, planejamento urbano e promoção da saúde em Campo Grande (MS). **Trab. Educ. Saúde**, v. 15, n. 2, p. 617-640, 2017.
- GOUVEIA, N. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p.1503-1510, 2012.
- GOUVEIA, V.V.; ANDRADE, J.M.; MILFONT, T.L.; QUEIROGA, F.; SANTOS, W.S. Dimensões normativas do individualismo e coletivismo: é suficiente a dicotomia pessoal vs. social? **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 2, p. 223-234, 2003.
- HENRIQUES, J.M. On becoming healthier communities: poverty, territorial development and planning. **Rev. Port. Saúde Pública**, v. 1, n. 1, p. 58–73, 2013.
- IWAMA, A.Y.; BATISTELLA, M.; FERREIRA, L.C. Riscos geotécnicos e vulnerabilidade social em zonas costeiras: desigualdades e mudanças climáticas. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 4, p. 251-274, 2014.
- LEITE, C.K.S. Descentralização das políticas sociais no Brasil: o lugar dos estados no processo de municipalização. **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 2, p. 306-341, 2009.
- MACHADO, J.C.; COTTA, R.M.M.; SOARES, J.B. Reflexões sobre o processo de municipalização das políticas de saúde: a questão da descontinuidade político-administrativa. **Interface: comunicação saúde educação**, v. 19, n. 52, p. 159-170, 2015.
- MAIA, R.C.M. O papel democrático da sociedade civil em questão. **Lua Nova**, n. 81, p. 147-174, 2010.
- MARINO, M.T.R.D.; FREIRE, G.S.S. Análise da evolução da linha de costa entre as praias do Futuro e Porto das Dunas, Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Estado do Ceará, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 13, n. 1, p. 113-129, 2013.
- MARZUKI, A. Challenges in the public participation and the decision making process. **Sociologija i Prostor**, v. 201, n. 1, p. 21-39, 2015.
- MAZZER, A.M.; DILLENBURG, S. Variações temporais da linha de costa em praias arenosas dominadas por ondas do sudeste da ilha de Santa Catarina (Florianópolis, SC, Brasil). **Pesquisas em Geociências**, v. 36, n. 1, p. 117-135, 2009.

- MEDEIROS, E.C.S.; PANTALENA, A.F.; MIOLA, B.; LIMA, R.S.; SOARES, M.O. Percepção ambiental da erosão costeira em uma praia no litoral Nordeste do Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 14, n. 3, p. 471-482, 2014.
- MENEZES, D.S.; SIENA, O.; RODRÍGUEZ, T.D.M. Ambientalismo e concepções de Resex, extrativismo e conhecimento no ICMBIO na Amazônia Legal. **REAd**, Ed. 69, v. 17, n. 2, p. 451-479, 2011.
- MENEZES, C.T.B.; LUMERTZ, L.S.; MUNARI, A.B.; CENI, G. Gestão integrada e participativa em ambientes costeiros: estudo de caso do Projeto Orla no município de Balneário Rincão, SC, Brasil. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 38, p. 347-360, 2016.
- MONTEIRO, M.C.; PEREIRA, L.C.C.; GUIMARÃES, D.O.; COSTA, R.M. Ocupação territorial e variações morfológicas em uma praia de macromaré do litoral amazônico, Ajuruteua, PA, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 9, n. 2, p. 91-99, 2009.
- MOURA, M.N.; VITORINO, M.I. Variabilidade da precipitação em tempo e espaço associada à zona de convergência intertropical. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 27, n. 4, p. 475-483, 2012.
- OLIVEIRA, M.R.L.; NICOLODI, J.L. A gestão costeira no Brasil e os dez anos do Projeto Orla: uma análise sob a ótica do poder público. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 12, n. 1, p. 91-100, 2012.
- OLIVEIRA; R.R.; BROXADO; F.S.N. Visão apreciativa da atuação do comitê gestor da orla em Itamaracá, Pernambuco: contribuição ao estudo de uma política de descentralização na gestão pública brasileira. **Revista dos Mestrados Profissionais**, v. 3, n. 1, p. 68-95, 2014.
- PALMIERI, M.W.A.; BRANCO, A.U. Cooperação, competição e individualismo em uma perspectiva sociocultural construtivista. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 17, n. 2, p.189-198, 2004.
- PEDROSA, A.S. Risco de erosão no litoral norte de Portugal: uma questão de ordenamento do território. **Soc. & Nat.**, v. 25, n. 1, p. 133-146, 2013.
- PINHEIRO, J.O.C.; DARNET, L.A.F. Comunidades tradicionais em áreas litorâneas da Amazônia: estudo sobre desenvolvimento local em Vila Mota, Pará, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Sér. Cienc. Hum.**, v. 9, n. 1, p. 145-162, 2014.
- QUARESMA, H.D.A.B.; CAMPOS, R.I.R. Turismo como instrumento de ação coletiva em áreas pesqueiras do litoral da Amazônia. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Sér. Ciênc. Hum.**, Belém, v. 1, n. 2, p. 139-147, 2006.

- RANIERI, L.A.; EL-ROBRINI, M. Condição oceanográfica, uso e ocupação da costa de Salinópolis (Setor Corvina – Atalaia), Nordeste do Pará, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 16, n. 2, p. 133-146, 2016.
- RANIERI, L.A.; EL-ROBRINI, M. Evolução da linha de costa de Salinópolis, Nordeste do Pará, Brasil. **Pesquisas em Geociências**, v. 42, n. 3, p. 207-226, 2015.
- ROCHA, T.B.; FERNANDEZ, G.B.; NASCIMENTO, L.C. Avaliação dos critérios morfodinâmicos para a fase de diagnóstico do Projeto Orla: um estudo de caso em praias arenosas com desembocaduras fluviais. **Soc. & Nat.**, v. 25, n. 2, p. 333-348, 2013.
- SANTOS, C.Z.; SCHIAVETTI, A. Reservas extrativistas marinhas do Brasil: contradições de ordem legal, sustentabilidade e aspecto ecológico. **Bol. Inst. Pesca**, v. 39, n. 4, p. 479-494, 2013.
- SCHEUER, L.; BAHL, M. Sazonalidade do turismo no município de Guaratuba, Paraná, Brasil. **RA'E GA**, v. 23, p. 289-316, 2011.
- SILVA, F.A.C.; NAVAL, L.P. A contribution to develop strategies to support the social control of sanitation activities. **Ambient. soc.**, v. 18, n.1, pp.59-74, 2015.
- SILVA, F.C.; SILVA, L.J.M. História regional e participação social nas mesorregiões paraenses. **Paper do NAEA**, n. 226, p.1-25, 2008.
- SILVA, L.M.; GONÇALVES, R.M.; LIRA, M.M.S.; PEREIRA, P.S. Modelagem fuzzy aplicada na detecção da vulnerabilidade à erosão costeira. **Bol. Ciênc. Geod.**, v. 19, n. 4, p.746-764, 2013.
- SOARES, M.; GOMES, E.C.O.; TOLEDO FILHO, J.R. A repartição tributária dos recursos do ICMS nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba. **RAP**, v. 45, n. 2, p. 459-81, 2011.
- SOUZA, C.R.G. A erosão costeira e os desafios da gestão costeira no Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 9, n. 1, p. 17-37, 2009.
- TAPIA, J.R.B. Desenvolvimento local, concertação social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 132-139, 2005.
- UMBELINO, J.; AMORIM, E. Estrutura organizacional do processo de planejamento turístico: Uma perspectiva teórica. **CULTUR**, v. 4, n. 2, p. 38-50, 2010.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os investimentos em políticas públicas referentes a infraestrutura rodoviária, urbanização e atividade turística planejada para a região costeira do Nordeste paraense a partir da década de 1960, visavam o desenvolvimento socioeconômico da região em consonância com as políticas públicas desenvolvimentistas do novo modelo econômico estabelecido no país.

Ao analisar tais investimentos a partir de uma visão orgânica, como um sistema integrado e sistemático, verificasse que estas políticas desenvolvimentistas provocaram mudanças na relação entre os aspectos ambientais, econômicos e sociais nas praias do Crispim (Marapanim), Atalaia (Salinópolis) e Ajuruteua (Bragança), a partir de 1960.

As principais mudanças nesta relação demonstram que em virtude da abertura de estradas até os ambientes de praia, somados ao processo de urbanização, provocaram no aspecto ambiental a perda da vegetação de restinga e dunas em virtude da instalação de comércios e segundas residências. Enquanto no social houve a perda dos espaços de pesca e, no econômico, a substituição das atividades pesca tradicional para a atividade turística.

Neste cenário de mudanças socioeconômicas e ambientais, os gestores públicos e privados almejam em seus discursos promover o desenvolvimento socioeconômico da região. No entanto, ao avaliar os indicadores socioeconômicos verificasse que os três municípios, que abrigam as praias em estudo, apresentaram Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio. As principais pressões e impactos causados pela urbanização, que afetam o estado do meio ambiente estão relacionados qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos subterrâneos, ausência dos serviços públicos de saneamento básico e, uso e ocupação desordenada das APP. Na qual, a perda de espaços terrestres por erosão costeira configura-se a maior ameaça. Os indicadores turísticos demonstram que há ausência de serviços e de equipamento turístico, a não observância dos aspectos ambientais, qualidade e meios de acesso e marketing, comprometem a competitividade das áreas em estudo quanto destino turístico.

Ausência da população local nas políticas públicas, a partir da década de 1960, contribuiu para a formação do cenário atual e seus problemas socioeconômicos e ambientais. Ao avaliar a atuação da comunidade local no processo de consolidação das políticas para o desenvolvimento socioeconômico e, garantia dos padrões ambientais, verifica-se que há uma mobilização comunitária ou de classe, mesmo que durante o processo de participação social na construção, execução e avaliação das políticas públicas ocorra conflitos e divergências de interesses dos próprios comunitários, dificultando o seu desempenho e resultados.

Confirma-se a hipótese de que os investimentos em políticas públicas (infraestrutura rodoviária, urbanização e turismo) implantadas na região costeira paraense causaram mudanças nas relações sistêmicas dos aspectos ambientais, sociais e econômicos, não apresentando na atualidade o desenvolvimento socioeconômico, presente no discurso dos seus idealizadores, com sérios prejuízos nos padrões de qualidade ambiental.

Os resultados desta tese permitem que o poder público, o setor privado e a comunidade em geral, tenha mais um ponto de referência para a discussão do modelo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Principalmente durante as fases do processo de planejamento e execução das políticas públicas baseadas na gestão compartilhada, descentralizada e participativa, na busca pelo desenvolvimento local e solução dos problemas socioeconômicos e ambientais enfrentados pela população local.

Recomenda-se que os investimentos futuros em expansão rodoviária, urbanização e turismo balnear devam considerar a fragilidade deste ambiente e as mudanças na posição do litoral (erosão ou acreção) em resposta às variações no nível do mar, balanço de sedimentos e condições hidrodinâmicas. A artificialização da zona costeira, tanto pela urbanização quanto pela implementação de infraestrutura de apoio a atividade turística, tendo como facilitador a abertura de estradas, provoca o desequilíbrio do meio físico. Diante da perda do equilíbrio dinâmico, a praia busca se reequilibrar, porém nem sempre é favorável a continuidade da ocupação humana, por serem áreas geologicamente desfavoráveis à ocupação e edificação, provocando acidentes e desastres por erosão costeira. Enfim, estes resultados servem de alerta para as outras áreas balneares, que se proliferam no litoral paraense, gerando ocupações inadequadas com sérios prejuízos socioeconômicos e o esgotamento dos recursos naturais.

As contribuições ao Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA/UFPa) dá-se a partir do conhecimento construído sobre a região costeira paraense, com os seus ambientes modificados, a partir das dinâmicas de uso da terra desenvolvidas nas últimas décadas, considerando as transformações nas relações sociais e, as políticas públicas voltadas ao fomento, desenvolvimento socioeconômico e, a conservação dos ecossistemas costeiros.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, D.G.S. Pescadores dos sonhos: um olhar a cerca da mudança nas relações de trabalho e na organização social entre as famílias dos pescadores diante do turismo balnear em Salinópolis, Pa. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Sér. Ciênc. Hum.**, v. 1, n. 2, p. 11-21, 2006.
- AGNES, C.C.; CALEGARI, L.; GATTO, D.A.; STANGERLIN, D.M. Uma discussão sobre a descentralização da gestão ambiental. **Revista Científica Eletrônica de Engenharia Florestal**, v. 14, p. 53-73, 2009.
- ALMEIDA, S.S. Identificação, avaliação de impactos ambientais e uso da flora em manguezais paraenses. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Sér. Ciênc. da Terra**, v. 8, p.31-46, 1996.
- ALVES, A.B. Estrada Bragança-Ajuruteua e a percepção dos trabalhadores do manguezal paraense (1975-1991). **A Palavrada**, n. 5, p.26-38, 2014.
- ALVES FILHO, A. A política dos governos militares na Amazônia. In: ALVES FILHO, A.; SOUZA JÚNIOR, J. A.; BEZERRA NETO, J. M. (Org.). **Pontos de história da Amazônia**. 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2000. v. 2.
- AMARAL, D.D.; PROST. M.T.; BASTOS, M.N.C.; COSTA NETO, S.V.; SANTOS, J.U.M. Restingas do litoral amazônico, Estados do Pará e Amapá, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Sér. Ciênc. Nat.**, v. 3, n. 1, p. 35-67, 2008.
- AMARAL, R. **Fundação de Belém do Pará: jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco, em 1615-1616**. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010. 108p.
- ANDRADE, A.L. Pensamento sistêmico: um roteiro básico para perceber as estruturas da realidade organizacional. **REAd**, v. 3, n. 1, p. 1-30, 1997.
- ARAÚJO, M.C.B.; SOUZA, S.T.; CHAGAS, A.C.O.; BARBOSA, S.C.T.; COSTA, M.F. Análise da ocupação urbana das praias de Pernambuco, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 7, n. 2, p. 97-104, 2007.
- AREND, M. **50 Anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária**. 251f. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdades de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- AREND, M.; FONSECA, P.C.D. Brasil (1955-2005): 25 anos de catching up, 25 anos de falling behind. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 1, p. 33-54, 2012.
- ASSUNÇÃO, D. **Sambaquis de paleolaguna de Santa Marta: em busca do contexto regional no litoral sul de Santa Catarina**. 157f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2010.

ATASSIO, A.P. **A batalha pela memória e o golpe de 1964**. 184f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

B. SOBRINHO, G.H. Decreto presidencial regulamenta o uso e a ocupação da zona costeira e estabelece os critérios para a gestão da orla marítima. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 5, n.5, p. 259-275, 2006.

BANDEIRA, C.; FLORIANO, E.P. **Avaliação de impacto ambiental de rodovias**. Santa Rosa: ANORGS, 2004. 16p. (Caderno didático, n. 8).

BASTOS, M.N.C. A importância das formações vegetais da restinga e do manguezal para as comunidades pesqueiras. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Sér. Antr.**, v. 11, n. 1, p. 41-56, 1995.

BASTOS, M.N.C.; SANTOS, J.U.M.; AMARAL, D.D.; COSTA NETO, S.V. Alterações ambientais de origem natural e antrópica na vegetação litorânea do nordeste do Pará. In: PROST, M.T.R.C.; MENDES, A. (Org.). **Ecosistemas costeiros: impactos e gestão ambiental**. Belém: MPEG, 2011. 220p.

BASTOS, M.R.; DIAS, J.A.; BAPTISTA, M.; BATISTA, C. Ocupação do litoral do Alentejo, Portugal: passado e presente. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 12, n. 1, p. 99-116, 2012.

BATISTA NETO, J.A.; FONSECA, E.M. Variação sazonal, espacial e composicional de lixo ao longo das praias da margem oriental da Baía de Guanabara (Rio de Janeiro) no período de 1999-2008. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v.11, n. 1, p. 31-39, 2011.

BECKER, B.K.; EGLER, C.A.G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BECKER, K.B. **Um futuro para Amazônia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 150p. (Série inventando o futuro).

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 168p.

BERTALANFFY, L.V. **Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BEZERRA NETO, J.M.B. A conquista portuguesa da Amazônia. In: FILHO, A.A.; JÚNIOR, J.A.S.; BEZERRA NETO, J.M. (Org.). **Pontos de história da Amazônia**. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2001. v. 1.

BRAGA, F.P.S. **Morfologia e sedimentologia da praia de macromaré de Ajuruteua, Pará: um estudo para definição de índices de sensibilidade ambiental ao derramamento de**

óleo. 116f. Dissertação (Mestrado em Geologia e Geoquímica) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

BRAGA, F.P.S.; SOUZA FILHO, P.W.M.; ALVES, M.A.M.S.; PEREIRA, L.C.C. Morfologia e sedimentologia da praia de macromaré de Ajuruteua, Amazônia, Norte do Brasil. **Boletim Paranaense de Geociências**, n. 60-61, p. 11-30, 2007.

BRANDÃO, A.R.P. A postura do positivismo com relação às ciências humanas. **Theoria – Revista Eletrônica de Filosofia**, v. 3, n. 6, p. 80-105, 2011.

BRASIL, W.F.W. **Memória do turismo: trajetória histórica da EMBRATUR no período de 1966 a 2006**. 241f. Monografia (Especialização em Gestão de Negócios e Turismo) - Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diagnóstico para avaliação e ações prioritárias para conservação da biodiversidade da zona costeira e marinha amazônica. In: SANTOS, J.U.M.; GORAYEB, I.S.; BASTOS, M.N.C. (Org.). **Projeto de conservação e utilização sustentável da diversidade biológica brasileira**. Belém, 1999. 80p.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 221-236, 2006.

BRITO, F.M.O. **Salinópolis-PA: (re) organização sócio-espacial de um lugar Atlântico-Amazônico**. 121f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 180p.

CABRAL, N.W.S.S. **Zona costeira resiliente: um estudo sócio-ecológico no nordeste paraense**. 100f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sócio-Ambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

CARVALHO, P.G.M.; OLIVEIRA, S.M.M.C.; BARCELLOS, F.C.; ASSIS, J.M. Gestão local e meio ambiente. **Ambiente & Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 1-19, 2005.

CASTRO, J.W.A.; FERNANDES, D.; DIAS, F.F. Monitoramento do processo de erosão costeira na praia das Tartarugas, Rio das Ostras. Estado do Rio de Janeiro. Brasil: aplicação de metodologia quantitativa. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 11, n. 3, p. 355-368, 2011.

CINTRA, J.P. Reconstruindo o mapa das capitânicas hereditárias. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 11-45, 2013.

COELHO, M.C.N.; SIMONIAN, L.; FENZL, N. (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**. Belém: CEJUP, 2000. 290p.

- CORIOLANO, L.N.M.T. Litoral do Ceará: espaço de poder, conflito e lazer. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 8, n. 2, p. 277-287, 2008.
- COSTA NETO, S.V.; BASTOS, M.N.C.; LOBATO, L.C.B. Composição florística e fitofisionomia da restinga do Crispim, município de Marapanim, Pará. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Sér. Bot.**, v. 12, n. 2, p. 237-249, 1996.
- COSTA NETO, S.V.; SANTOS, J.U.M.; BASTOS, M.N.C.; AMARAL, D.D.; LOBATO, L.C.B. Composição florística das formações herbáceas da restinga do Crispim, Marapanim – Pará. **Bol., Mus, Para, Emílio Goeldi, Sér. Bot.**, v. 16, n. 2, p. 163-209, 2000.
- DIAS FILHO, M.; SILVA-CAVALCANTI, J.S.; ARAUJO, M.C.B.; SILVA A.C.M. Avaliação da percepção pública na contaminação por lixo marinho de acordo com o perfil do usuário: estudo de caso em uma praia urbana no nordeste do Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 11, n. 1, p. 49-55, 2011.
- DIEDERICHSEN, S.D.; GEMAEL, M.K.; HERNANDEZ, A.O.; OLIVEIRA, A.O.; PAQUETTE, M-L.; SCHMIDT, A.D.; SILVA, P.G.; SILVA, M.S.; SCHERER, M.E.G. Gestão costeira no município de Florianópolis, SC, Brasil: um diagnóstico. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 13, n. 4, p. 499-512, 2013.
- EL-ROBRINI, M.H.S.; SILVA, M.M.A.; SOUZA FILHO, P.W.M.; SILVA JR., O.G.; FRANÇA, C.F. Pará. In: MUEHE, D. (Org.). **Erosão e progradação do litoral brasileiro**. Brasília, DF: MMA, Programa de Geologia e Geofísica Marinha, 2006.
- FERNANDES, M.E.B.; FERNANDES, J.S.; MURIEL-CUNHA, J.; SEDOVIM, W.R.; GOMES, I.A.; SANTANA, D.S.; SAMPAIO, D.S.; ANDRADE, F.A.G.; OLIVEIRA, F.P.; BRABO, L.B; S. JUNIOR, M.G.; ELIAS, M.P. Efeito da construção da Rodovia PA-458 sobre as florestas de mangue da península bragantina, Bragança, Pará, Brasil. **UAKARI**, v. 3, n. 1, p. 55-63, 2008.
- FERRARINI, A.V. Desenvolvimento local integrado e sustentável: uma metodologia para políticas e programas de superação da pobreza. **Interações**, v. 13, n. 2, p. 233-241, 2012.
- FERREIRA, A. Estado e economia no Brasil: 1930-1964. Fundamentos da construção de um capitalismo urbano-industrial periférico. **Revista de Ciências Sociais**, v. 36, n 1/2, p. 52-72, 2005.
- FERREIRA PENNA, D.S. Breve notícia sobre os sambaquis do Pará. **Archivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 85-99, 1876.
- FONSECA, P.C.D. A revolução de 1930 e a economia brasileira. **Revista Economia**, v. 13, n. 3b, p. 843-866, 2012.

- FRANÇA, D.L.S. **Turismo e dinâmica demográfica:** reflexos da atividade turística no comportamento reprodutivo da mulher no município de Salinópolis, PA. 198f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- FREITAS, A.L.; FREITAS, A.L. Interações entre organizações coletivas na promoção do desenvolvimento local. **Interações**, v. 14, n. 2, p. 177-188, 2013.
- FREITAS, J.G. O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 7, n. 2, p. 105-115. 2007.
- FURTADO, L.F.G. Aspectos históricos e econômicos de Marapanim - Nordeste Paraense. **Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Sér. Antr.**, n. 67, p. 1-33, 1978.
- _____. Pesqueiros reais e pontos de pesca. Traços da territorialidade haliêutica ou pesca Amazônica. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Sér. Antr.**, v. 18, n. 1, p. 3-26, 2002.
- _____. Zona costeira amazônica: um espaço de reflexões teóricas e práticas sociais. In: MENDES, A.C.; PROST, M.T.; CASTRO, E. (Org.) **Ecossistemas amazônicos: dinâmicas, impactos e valorização dos recursos naturais**. Belém: MPEG, 2011a. 436p.
- _____. Ocupação humana do litoral amazônico. In: PROST, M.T.R.C.; MENDES, A. **Ecossistemas costeiros: impactos e gestão ambiental**. Belém: MPEG, 2011b. 220p.
- FURTADO, L.F.G.; NASCIMENTO, I.H. Traços de uma comunidade pesqueira do litoral Amazônico: relato sobre organização em comunidade haliêutica. In: FURTADO, L.F.G.; QUARESMA, H.D.A.B. (Org.) **Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal**. Belém: MPEG, 2002. 258p.
- FURTADO, L.F.G.; NASCIMENTO, I.H.; SANTANA, G.; MANESCHY, M.C. Formas de utilização de manguezais no litoral do Estado do Pará: casos de Marapanim e São Caetano de Odivelas. **Amazônia: Ci. & Desenv.**, v. 1, n. 2, p. 113-127, 2006.
- GADELHA, R.M.A.F. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira norte do Brasil. **Revista Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 63-80, 2002.
- GARCIA, E.V. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 40, n. 1, p. 18-40, 1997.
- GASPAR, M.D. Território de exploração e tipo de ocupação dos pescadores, coletores e caçadores que ocuparam o litoral do estado do Rio de Janeiro. **CLIO - Revista de Pesquisa Histórica. Série Antropológica**, n. 11, p. 153-174, 1996.

- GOMES, R.K.S.; PEREIRA, L.C.C.; RIBEIRO, C.M.M.; COSTA, R.M. Dinâmica socioambiental em uma comunidade pesqueira amazônica, PA-Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 9, n. 2, p.101-111, 2009.
- GREGÓRIO, A.M.S.; MENDES, A.C.; BUSMAN, D.V. Erosão na praia do Atalaia – Salinópolis/PA. In: MENDES, A.C; PROST, M.T; CASTRO, E. (Org.) **Ecossistemas amazônicos: dinâmicas, impactos e valorização dos recursos naturais**. Belém: MPEG, 2011. 436p.
- HOGUANE, A.M. Perfil diagnóstico da zona costeira de Moçambique. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 7, n. 1, p. 69-82, 2007.
- IGNARRA, L.R. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 2003. 205p.
- INNOCENTINI, T.C. **Capitanias Hereditárias: herança colonial sobre desigualdades e instituições**. 57f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) - Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009.
- KAJIHARA, K.A. **A imagem do Brasil no exterior: análise do material de divulgação oficial da EMBRATUR, desde 1966 até os dias atuais**. 96f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- LACERDA, G.B. Augusto Comte e o “Positivismo” redescobertos. **Rev. Sociol. Polít.**, v. 17, n. 34, p. 319-343, 2009.
- LACERDA, J.B. O homem dos sambaquis. Contribuição para a antropologia brasileira. **Archivos do Museu Nacional**, v. 6, p. 175-203, 1885.
- LANGA, J.V.Q. Problemas na zona costeira de Moçambique com ênfase para a costa de Maputo. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 7, n. 1, p. 33-44, 2007.
- LEITÃO, W.M. Organização e movimentos sociais dos trabalhadores da pesca. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Sér. Antr.**, v. 12, n. 2, p. 183-199, 1996.
- LIMA, T.A. Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. **Revista USP**, n. 44. p. 210-327, 1999-2000.
- LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008. 486p.
- MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, p. 131-167, 2003.
- _____. O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano. **IPEA, Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise**, v. 12, p. 211-220, 2006.

- MARINHO, R.S. **Faces da Expansão urbana em Salinópolis, zona costeira do Estado do Pará**. 136p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
- MAUTNER, Y. A periferia como fronteira de expansão do Capital. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S.R. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2004.
- MEDEIROS, E.C.S.; PANTALENA, A.F.; MIOLA, B.; LIMA, R.S.; SOARES, M.O. Percepção ambiental da erosão costeira em uma praia no litoral Nordeste do Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 14, n. 3, p. 471-482, 2014.
- MEIRELLES FILHO, J.C.M. **Livro de ouro da Amazônia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 422p.
- MELLO, A.F. Movimentos sociais na pesca: breve balanço bibliográfico; novos desafios teóricos. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Sér. Antr.**, v. 11, n. 1, p. 19-39, 1995.
- MELLO, K.; TOPPA, R.H.; ABESSA, D.M.S.; CASTRO, M. Dinâmica da expansão urbana na zona costeira brasileira: o caso do município de São Vicente, São Paulo, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 13, n. 4, p. 539-551, 2013.
- MELLO, M.A.S.; VOGEL, A. Nas malhas da nação: a nova política do Brasil nos sertões do litoral. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Sér. Antr.**, v.16, n. 1, p. 85-108, 2000.
- MENDES, A.C. Geomorfologia e sedimentologia. In: FERNANDES, M.E.B. (Org.). **Os manguezais da costa norte brasileira**. Vol. II. Maranhão: Fundação Rio Bacanga, 2003. 165p.
- MENDES, A.C.; SILVA, M.S.; SANTOS, V.F. Análise do meio físico para gestão ambiental das ilhas de Algodal e Atalaia (NE do Pará). In: PROST, M.T.R.C.; MENDES, A. **Ecossistemas costeiros: impactos e gestão ambiental**. Belém: MPEG, 2011. 220p.
- MENEZES, F.D. **Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica, e a construção do Brasil grande**. 154f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.
- MONTEIRO, M.C.; PEREIRA, L.C.C.; GUIMARÃES, D.O.; COSTA, R.M. Ocupação territorial e variações morfológicas em uma praia de macromaré do litoral amazônico, Ajuruteua – PA, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 9, n. 2, p. 91-99, 2009.
- MOORE, C.J.; LATTIN, G.L.; ZELLERS, A.F. Quantity and type of plastic debris flowing from two urban rivers to coastal waters and beaches of southern California. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 11, n. 1, p. 65-73, 2011.

- MORAIS, J.O.; PINHEIRO, L.S.; CAVALCANTE, A.A.; PAULA, D.P.; SILVA, R.L. Erosão costeira em praias adjacentes às desembocaduras fluviais: o caso de Pontal de Maceió, Ceará, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 8, n. 2, p. 61-76, 2008.
- MUEHE, D. Erosão costeira, tendências ou eventos extremos? O litoral entre o Rio de Janeiro e Cabo Frio, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 11, n. 3, p. 315-325, 2011.
- NASCIMENTO, I. Dinâmica costeira, ocupação humana e migração. O caso de Tamaruteua. In: PROST, M.T.R.C.; MENDES, A. (Org.). **Ecossistemas costeiros: impactos e gestão ambiental**. Belém: MPEG, 2011. 220p
- NEVES, R.C.; SANTOS, L.A.S.; OLIVEIRA, K.S.S.; NOGUEIRA, I.C.M.; LOUREIRO, D.V.; FRANCO, T.; FARIAS, P.M.; BOURGUINON, S.N.; CATABRIGA, G.M.; BONI, G.C.; QUARESMA, V.S. Análise qualitativa da distribuição de lixo na praia da Barrinha (Vila Velha - ES). **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 11, n. 1, p. 57-64, 2011.
- OLIVEIRA, A.U. A inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial. In: ROSS, J.L.S. (Org.). **Geografia do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2009. 552p.
- OLIVEIRA, F.S.B.F.; REIS, M.T.; FREIRE, P.; NEVES, M.G.; SANCHO, F.; SILVA, L.G.; CLÍMACO, M.; VICENTE, C.M. Aplicação de modelação numérica e física para o estudo da reabilitação e proteção da praia de Colwyn Bay, País de Gales, Reino Unido. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 12, n. 3, p. 323-342, 2012.
- OLIVEIRA, K. **Estudando a cerâmica pintada da tradição Tupiguarani: a coleção Itapiranga**, Santa Catarina. 200f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, 200f.
- OLIVEIRA NETO, T. Rodovia Transamazônica: falência de um grande projeto geopolítico. **Revista Geonorte**, v. 7, n. 1, p. 282-298, 2013. Edição Especial.
- PEREIRA, L.C.C.; DIAS, J.A.; CARMO, J.A.; POLETTE, M. A zona costeira amazônica brasileira. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 9, n. 2, p. 3-7, 2009.
- PEREIRA, L.C.C.; RIBEIRO, M.J.S.; GUIMARÃES, D.O.; SOUZA FILHO, P.W.M.; COSTA, R.M. Formas de usos e ocupação na praia de Ajuruteua - Pará (Brasil). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 13, p. 19-30, 2006.
- PIATTO, L.; POLETTE, M. Análise do processo de artificialização do município de Balneário Camboriú, SC, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 12, n. 1, p. 77-88, 2012.
- PINHEIRO, K. Bases teóricas gerais sobre urbanização no Brasil. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 9, n. 15, p. 61-68, 2007.

- PIRES, I.; CRAVEIRO, J.; ANTUNES, Ó. Artificialização do solo e vulnerabilidade humana em duas zonas sujeitas a processos de erosão costeira: casos de estudo da Costa da Caparica e Espinho (Portugal). **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 12, n. 3, p. 277-290, 2012.
- PROST, M.T.R.C.; MENDES, A.C.; FAURE, J.F.; BERRÊDO, J.F.; SALES, M.E.C.; FURTADO, L.C.; SILVA, M.G.S.; SILVA, C.A.; MASCIMENTO, I.; GORAYEB, I.; SECCO, M.F.V.; LUZ, L.M. Manguezais e estuários da costa paraense: exemplo de estudo multidisciplinar integrado (Marapanim e São Caetano de Odivelas). In: PROST, M.T.R.C.; MENDES, A. **Ecosistemas costeiros: impactos e gestão ambiental**. Belém: MPEG, 2011. 220p.
- QUARESMA, H.D.A.B.; CAMPOS, R.I.R. Turismo como instrumento de ação coletiva em áreas pesqueiras do litoral da Amazônia. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Sér. Ciênc. Hum.**, v. 1, n. 2, p. 139-147, 2006.
- RANIERI, L.A.; EL-ROBRINI, M. Evolução da linha de costa de Salinópolis, nordeste do Pará, Brasil. **Pesquisas em Geociências**, v. 42, n. 3, p. 207-226, 2015.
- REBELO-MOCHEL, F. Manguezais amazônicos: status para a conservação e a sustentabilidade na zona costeira maranhense. In: MARTINS, M.B.; OLIVEIRA, T.G. (Org.). **Amazônia Maranhense: diversidade e conservação**. Belém: MPEG, 2011.328p.
- REGO, J.M.; MARQUES, R.M. **Economia brasileira**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- RIBIC, C.A.; SHEAVLY, S.B.; RUGG, D.J. Trends in marine debris in the U.S. Caribbean and the Gulf of Mexico 1996-2003. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 11, n. 1, p. 7-19, 2011.
- RODRIGUES, P.R.A. **Introdução aos sistemas de transporte no Brasil e à logística internacional**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Aduaneiras, 2009. 245p.
- ROSINKE, J.G.; HECK, C.R.; DALFOVO, W.C.T.; RUSCHEINSKY, A. Efeitos sociais e econômicos para o desenvolvimento local através das contribuições do Programa Bolsa Família no município de Sinop-MT no período de 2004 a 2009. **Interações**, v. 12, n. 1 p. 77-88, 2011.
- SAMPAIO, R.S.; BRITO, P.C.R. **Impactos ambientais causados pela construção de rodovias**. Universidade Católica de Salvador, 2009. 17p.
- SANOVICZ, E. **A promoção comercial do turismo brasileiro no exterior: o caso da reconstituição da Embratur**. 168f. Tese (Doutorado em Turismo) - Escola de Comunicações e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

- SANTANA, G. Formas organizativas e estratégias de vida no litoral paraense. In: PROST, M.T.R.C.; MENDES, A. (Org.). **Ecosistemas costeiros: impactos e gestão ambiental**. Belém: MPEG, 2011. 220p.
- SANTOS, C.Z.; SCHIAVETTI, A. Reservas extrativistas marinhas do Brasil: contradições de ordem legal, sustentabilidade e aspecto ecológico. **Bol. Inst. Pesca**, v. 39, n. 4, p. 479-494, 2013.
- SARGES, M.N. **Belém: Belezas produzidas a belle-époque (1870-1912)**. 2. ed. Belém: Pakatatu, 2002. 212p.
- SCARLATO, F.C. População e urbanização brasileira. In: ROSS, J.L.S. (Org.). **Geografia do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2009a. 552p.
- _____. Espaço industrial brasileiro. In: ROSS, J.L.S. (Org.). **Geografia do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2009b. 552p.
- SCHERER, M. Gestão de praias no Brasil: subsídios para uma reflexão. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 13, n. 1, p.1-11, 2013.
- SCHERER, M.; SANCHES, M.; NEGREIROS, D.H. **Gestão das zonas costeiras e as políticas públicas no Brasil: um diagnóstico**. [S.l.]: Rede Iberoamericana de Manejo Costeiro (Brasil), Agencia Brasileira de Gerenciamento Costeiro, 2009. 37p.
- SENNA, C.; MELLO, C.F.; FURTADO, L.F.G. Impactos naturais e antrópicos em manguezais do litoral nordeste do estado do Pará. In: FURTADO, L.F.G.; QUARESMA, H.D.A.B. (Org.). **Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal**. Belém: MPEG, 2002. 258p.
- SILVA, F.C.; SILVA, L.J.M. História regional e participação social nas mesorregiões paraenses. **Paper do NAEA**, n. 226, p.1-25, 2008.
- SILVA, I.R.; BITTENCOURT, A.C.S.P.; SILVA, S.B.M.; DOMINGUEZ, J.M.L.; FILHO, J.R.S. Nível de antropização X nível de uso das praias de porto seguro (BA): subsídios para uma avaliação da capacidade de carga. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 8, n. 1, p. 81-92, 2008.
- SILVA, I.R.; PEREIRA, L.C. Estudo socioambiental da comunidade de Bacuriteua (Pará, Litoral Amazônico, Brasil). **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 2, n. 3, p. 1-7, 2010.
- SILVA, R.C.S. **Aplicação dos métodos geofísicos elétrico e eletromagnético na determinação de unidades sedimentares costeiras tropicais em Bragança, Nordeste do Pará**. 63f. Dissertação (Mestrado em Geofísica) - Centro de Geociências, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

- SILVEIRA, M.I. OLIVEIRA, E.R.; KERNI, D.C.; COSTA, M.L.; RODRIGUES, S.F.S. O sítio Jabuti, em Bragança, Pará, no cenário arqueológico do litoral amazônico. **Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Sér. Cienc. Hum.**, v. 6, n. 2, p. 335-345, 2011.
- SILVEIRA, M.I.; SCHAAN, D.P. Onde a Amazônia encontra o mar: estudando os sambaquis do Pará. **Revista de Arqueologia**, v. 18. p. 67-79, 2005.
- _____. A vida nos manguezais: a ocupação humana da costa Atlântica Amazônica durante o Holoceno. In: PEREIRA, E. GUAPINDAIA, V. (Org.). **Arqueologia Amazônia 1**. Belém: MPEG, IPHAN, SECULT, 2010. 2 v.
- SIRVINSKAS, L.P. **Legislação de direito ambiental**. São Paulo: Rideel, 2006. 525p.
- SOUSA, E.S. **O potencial interpretativo dos artefatos cerâmicos: a tradição Tupiguarani na Amazônia**. 118f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
- SOUSA, M.T.R. O litoral brasileiro. **R. Cult.: R. IMAE**, v. 5, n. 11, p. 63-67, 2004.
- SOUSA, T.A.F. **Política ambiental costeira: uma análise do seu impacto em Bragança-Pa**. 149f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- SOUZA, C.R.G. A erosão costeira e os desafios da gestão costeira no Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 9, n. 1, p. 17-37, 2009.
- SOUZA, D.L. Urbanização turística, políticas públicas e desenvolvimento: o caso de Salinópolis/PA. **Geografia em Questão**, v. 7, n. 1, p. 65-86, 2014.
- SOUZA FILHO, P.W.M. Impactos naturais e antrópicos na planície costeira de Bragança (NE do Pará). In: PROST, M.T.R.C.; MENDES, A. **Ecossistemas costeiros: impactos e gestão ambiental**. Belém: MPEG, 2011. 220p.
- SOUZA FILHO, P.W.M.; EL-ROBRINI, M. Morfologia, processos de sedimentação e litofácies dos ambientes morfosedimentares da Planície Costeira Bragantina - Nordeste do Pará (Brasil). **Revista Geonomos**, v. 4, n. 1, p. 1-16, 1996.
- SOUZA FILHO, P.W.M.; SALES, M.E.C.; PROST, M.T.R.C.; COSTA, F.R.; SOUZA, F.F.M.O. A zona costeira Amazônica: o cenário regional e os indicadores bibliométricos em C&T. In: SOUSA FILHO, P.W.M. et al (Org.). **Bibliografia da zona costeira Amazônica**. Belém: MPEG, UFPA, PETROBRAS, 2005. 401p.
- SZLAFSZTEIN, C.F. Indefinições e obstáculos no gerenciamento da zona costeira do Estado do Pará, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 9, n. 2, p. 47-58, 2009.
- TAVARES, M.G.C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, v. 2, n. 3, p. 59-83, 2008.

TENÓRIO, M.C. Identidade cultural e origem dos sambaquis. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 14, p. 169-178, 2004.

TREVISAN, L. **O pensamento militar brasileiro**. 2. ed. Ed. Global, 1987. 94p.

VASCONCELOS, F.P; CORIOLANO, L.N.M.T. Impactos socioambientais no litoral: um foco no turismo e na gestão integrada da zona costeira do Estado do Ceará, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 8, n. 2, p. 259-275, 2008.

VENTURA, R. Euclides da Cunha e a República. **Revista Estudos Avançados**, v. 10, n. 26, p. 274-291, 1996.

XAVIER, M.F. **A Coluna Prestes e a política externa brasileira na década de 1920: as relações Brasil-Argentina**. 96f. Dissertação (Mestrado em relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.